



Número: **0035838-69.2020.8.17.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **05/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (EXEQUENTE)	MARCOS LEONARDO DE SIQUEIRA FERREIRA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (EXECUTADO)	ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (EXECUTADO)	ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65870598	05/08/2020 20:53	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
65870599	05/08/2020 20:53	<a href="#">RG</a>	Documento de Identificação
65870600	05/08/2020 20:53	<a href="#">POBREZA</a>	Documento de Comprovação
65870601	05/08/2020 20:53	<a href="#">PROCURACAO</a>	Documento de Comprovação
65870602	05/08/2020 20:53	<a href="#">B.O</a>	Documento de Comprovação
65870603	05/08/2020 20:53	<a href="#">BOMBEIROS</a>	Documento de Comprovação
65870604	05/08/2020 20:53	<a href="#">MEDICA</a>	Documento de Comprovação
65870605	05/08/2020 20:53	<a href="#">tela</a>	Documento de Comprovação
65870606	05/08/2020 20:53	<a href="#">PAGAMENTO</a>	Documento de Comprovação
65877350	06/08/2020 08:09	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
65962853	07/08/2020 09:58	<a href="#">Citação</a>	Citação
65962854	07/08/2020 09:58	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
65962855	07/08/2020 09:58	<a href="#">Citação</a>	Citação
65998542	07/08/2020 15:50	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
67072434	27/08/2020 14:43	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição (3º Interessado)
67072435	27/08/2020 14:43	<a href="#">HABILITAÇÃO_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MORAES_PDF</a>	Petição em PDF

67072 437	27/08/2020 14:43	<a href="#">CONTESTAÇÃO_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_M ORAES_LIDER_EXCELSIOR_REG_1_DIF _PE_PDF</a>	Outros (Documento)
67072 438	27/08/2020 14:43	<a href="#">1_pdfsam_PAD_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MOR AES_PDF-email_compressed</a>	Outros (Documento)
67072 439	27/08/2020 14:43	<a href="#">46_pdfsam_PAD_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MOR AES_PDF-email_compressed</a>	Outros (Documento)
67072 441	27/08/2020 14:43	<a href="#">Rueda &amp; Rueda - PE-email</a>	Substabelecimento
67072 442	27/08/2020 14:43	<a href="#">2 -Procuração Interna Seguradora Líder 2018-email</a>	Procuração
67072 443	27/08/2020 14:43	<a href="#">CIA EXCELSIOR DE SEGUROS</a>	Substabelecimento
67072 463	27/08/2020 14:50	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição (3º Interessado)
67072 464	27/08/2020 14:50	<a href="#">HABILITAÇÃO_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MOR AES_PDF</a>	Petição em PDF
67072 465	27/08/2020 14:50	<a href="#">CONTESTAÇÃO_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_M ORAES_LIDER_EXCELSIOR_REG_1_DIF _PE_PDF</a>	Outros (Documento)
67072 466	27/08/2020 14:50	<a href="#">1_pdfsam_PAD_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MOR AES_PDF-email_compressed</a>	Outros (Documento)
67072 467	27/08/2020 14:50	<a href="#">46_pdfsam_PAD_LUIS_FELIPY_ANGELO_DE_MOR AES_PDF-email_compressed</a>	Outros (Documento)
67072 469	27/08/2020 14:50	<a href="#">PROCURAÇÃO - TODAS AS SEGURADORAS - NOVO</a>	Procuração
67072 470	27/08/2020 14:50	<a href="#">SUBSTALECIMENTO LIDER - RUEDA - NOVO</a>	Substabelecimento
67072 471	27/08/2020 14:50	<a href="#">Rueda &amp; Rueda - PE-email</a>	Substabelecimento
67072 472	27/08/2020 14:50	<a href="#">2 -Procuração Interna Seguradora Líder 2018-email</a>	Procuração
67072 473	27/08/2020 14:50	<a href="#">MARISTELLA-2</a>	Procuração
67072 475	27/08/2020 14:50	<a href="#">CIA EXCELSIOR DE SEGUROS</a>	Substabelecimento
67075 901	27/08/2020 15:15	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
67221 273	31/08/2020 12:36	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
67223 090	02/09/2020 07:48	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
67669 555	09/09/2020 10:35	<a href="#">Petição</a>	Petição
67669 557	09/09/2020 10:35	<a href="#">2746149_PETIÇÃO_DE_QUESITOS_PDF</a>	Petição em PDF
68290 468	21/09/2020 14:10	<a href="#">Petição</a>	Petição
68290 469	21/09/2020 14:10	<a href="#">2746149_PETIÇÃO_HP_PDF</a>	Petição em PDF
68291 503	21/09/2020 14:20	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68334 444	22/09/2020 08:47	<a href="#">Agendamento</a>	Petição em PDF
68350 331	22/09/2020 11:52	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68350 482	22/09/2020 11:52	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
68371 658	22/09/2020 15:30	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
68883 991	01/10/2020 12:25	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
68883 994	01/10/2020 12:25	<a href="#">35838-69.2020 COMPANHIA EXELSIOR 7A-1</a>	Aviso de recebimento (AR)
70557 901	05/11/2020 11:27	<a href="#">Laudo</a>	Petição em PDF
70557 904	05/11/2020 11:27	<a href="#">LAUDO 0035838-69.2020.8.17.2001</a>	Laudo Pericial

70558 315	05/11/2020 11:36	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
70564 698	05/11/2020 12:26	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
70576 232	05/11/2020 14:41	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
70865 198	11/11/2020 14:47	<a href="#">Petição</a>	Petição
70865 199	11/11/2020 14:47	<a href="#">2746149_MANIFESTAÇÃO_DE_LAUDO_PAGAMEN TO_ADM_A_MENOR_PDF</a>	Outros (Documento)
71325 293	20/11/2020 06:52	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
71487 689	24/11/2020 09:24	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
71487 690	24/11/2020 09:24	<a href="#">35838-69.2020 SEGURADORA LIDER 7A</a>	Aviso de recebimento (AR)
71979 315	03/12/2020 07:52	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
72324 353	10/12/2020 13:03	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
72366 943	11/12/2020 11:19	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
72384 853	11/12/2020 11:27	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
72439 248	13/12/2020 21:14	<a href="#">Impressão de alvará</a>	Petição em PDF
72617 991	16/12/2020 12:21	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
72617 992	16/12/2020 12:21	<a href="#">35838-69.2020 LUIS FELIPY 7A</a>	Aviso de recebimento (AR)
72668 186	17/12/2020 08:57	<a href="#">Embargos de Declaração</a>	Embargos de Declaração
72668 188	17/12/2020 08:57	<a href="#">EMBARGOS DECLARATÓRIOS LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES HONORÁRIOS FIXADO S_POR EQUIDADE PE_PDF</a>	Outros (Documento)
72668 191	17/12/2020 08:57	<a href="#">ACÓRDÃO ALEXANDRE ANTONIO DEODATO TJ_PE HONORÁRIOS_PDF(1)</a>	Outros (Documento)
72668 193	17/12/2020 08:57	<a href="#">ACÓRDÃO LUCIANO FRANCISCO DA SILVA HONORÁRIOS PE_PDF(1)</a>	Outros (Documento)
72714 227	17/12/2020 17:25	<a href="#">Contrarrazões</a>	Contrarrazões
72714 231	17/12/2020 17:25	<a href="#">embargos luis felipy</a>	Petição em PDF
72734 110	18/12/2020 07:28	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
72748 331	18/12/2020 11:15	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
72890 479	22/12/2020 10:00	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
72978 735	23/12/2020 14:59	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
73499 914	13/01/2021 15:04	<a href="#">Petição</a>	Petição
73499 915	13/01/2021 15:04	<a href="#">2746149_PETIÇÃO_CUSTAS_FINAIS_PDF</a>	Petição em PDF
74032 774	25/01/2021 12:19	<a href="#">Petição</a>	Petição
74032 775	25/01/2021 12:19	<a href="#">2746149_PETIÇÃO_CONDENACÃO_PDF</a>	Petição em PDF
74081 105	26/01/2021 09:33	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
74100 019	26/01/2021 11:19	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
74327 429	29/01/2021 15:58	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
74327 431	29/01/2021 15:58	<a href="#">peticao de separacao de honorarios luis felipy moraes</a>	Petição em PDF
74381 343	01/02/2021 10:15	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

74402 053	02/02/2021 09:06	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
74460 969	02/02/2021 10:42	<a href="#">Certidão</a>	Certidão



**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE.**

**LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES**, brasileiro, solteiro, auxiliar de almoxarifado, portador do RG nº 9427539-SDS/PE, inscrito no CPF/MF nº 702.048.214-79, com endereço na Rua Pedro Alvares Cabral, 327, Jd. Atlantico, Olinda, Pernambuco, CEP: 53.140-290 e sem endereço eletrônico (parágrafo 2º do Art. 319 do NCPC), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo e com endereço eletrônico segurosrodrigues@hotmail.com, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, com as alterações advindas da Lei nº 8.441/92, MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, assim como da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, caput do Art. 7º da Lei nº 8.441/92, parágrafo 4º do Art. 46 do NCPC, Súmula 540 do STJ e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT  
(RITO ORDINÁRIO)**

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, 74 – 5º Andar - Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205 e **EXCELSIOR SEGUROS** - inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife – PE, CEP 50.030-901 e com endereço eletrônico excelsior@excelsiorseguros.com.br;

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração em anexo.

**DOS FATOS**

**01.** Em primeiro momento, vem o causídico que esta subscreve, declarar e atestar a autenticidade dos documentos acostados à exordial, tudo de acordo com o que preceitua o art. 405 do NCPC.

**02.** **LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES**, ora Demandante, foi vítima de acidente de veículo automotor, em 24/09/2019, conforme prova a inclusa certidão de ocorrência policial, sendo que o aludido sinistro o(a) deixou com debilidade permanente dos movimentos do membro inferior direito, devido à fratura diafisária grave nos ossos da perna direita, consoante ratifica o laudo médico.

**03.** A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 19/02/2020, apenas o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme documento em anexo.



**04.** No tocante ao valor a ser pago, a Lei nº 6.194/74, com as alterações advindas da MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, que regulamenta o referido seguro, prevê em seu art. 3º, alínea “b”, que o valor da indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**05.** Todavia, de acordo com as alterações promovidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, a invalidez permanente passou a ser classificada como total ou parcial, devendo-se o pagamento da indenização utilizar como parâmetro o critério dos percentuais previstos na Tabela de Danos Pessoais para cada situação.

**06.** Como no laudo médico, restou ali concluído que o(a) Demandante adquiriu “**Debilidade Permanente dos movimentos do membro inferior direito**”, deverá ser aplicado o percentual de **70% (setenta por cento)**, consoante prevê a Tabela já acima citada, sobre o valor total de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme cálculo abaixo.

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 70% (Membro Inferior) = R\$ 9.450,00**

**07.** A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), resta ainda o montante de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

#### **DO DIREITO:**

**08.** Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES** APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

**09.** No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

#### **Acórdão STJ**

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte



DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. **O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão:Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs.M inistros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

10. Assim sendo, não resta outra alternativa ao(à) autor(a), senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, requer o(a) Demandante que Vossa Excelência se digne em:

- a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o(a) Demandante pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo.
- c) Determinar as citações das empresas Demandadas para que, no prazo de 15 (quinze) dias



úteis (Art. 335 do NCPC), ofertem resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (Art. 344 do NCPC);

d) Por economia processual e, também em razão do objeto da ação, nomear o perito médico de confiança deste Juízo ou participante do Convênio do Tribunal de Justiça deste Estado, para a avaliação e apuração do grau de invalidez do(a) Demandante em data/local/hora a serem designados por este Juízo;

e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação das Demandadas no pagamento do complemento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, com o acréscimo de juros legais a partir da citação (Súmula 426 do STJ) e correção monetária, pela Tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, qual seja, 24/09/2019 (data do sinistro) (Súmula 580 do STJ);

f) Condenar as Demandadas ao pagamento dos **honorários advocatícios** no importe de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da causa;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a inicial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Pede e espera deferimento.

Recife, 05 de Agosto de 2020.

**MARCOS LEONARDO DE SIQUEIRA FERREIRA**  
**OAB/PE Nº 52.970**





## DECLARAÇÃO DE POBREZA

**LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES**, brasileiro, solteiro, auxiliar de almoxarifado, portador do RG nº 9427539-SDS/PE, inscrito no CPF/MF nº 702.048.214-79, com endereço na Rua Pedro Alvares Cabral, 327, Jd. Atlantico, Olinda, Pernambuco, CEP: 53.140-290, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

*Luís Felipy Angelo de Moraes*  
RECIFE-PE, 02 de Agosto de 2020.



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

**LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES**, brasileiro, solteiro, auxiliar de almoxarifado, portador do RG nº 9427539-SDS/PE, inscrito no CPF/MF nº 702.048.214-79, com endereço na Rua Pedro Alvares Cabral, 327, Jd. Atlantico, Olinda, Pernambuco, CEP: 53.140-290,

### OUTORGADO:

**MARCOS LEONARDO DE SIQUEIRA FERREIRA**, advogado, inscrição junto a OAB/PE de nº 52.970, com endereço profissional à Rua Milton Souza Lopes, nº213, Bairro Paulista Centro, CEP. 53.401-220, na Cidade paulista-PE, onde deverá receber quaisquer notificações e ou intimações referentes a este feito.

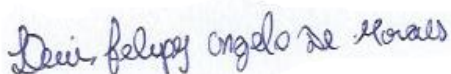
### PODERES:

Por este instrumento particular de procuração, constituo meu procurador o Outorgado, concedendo-lhe os poderes especiais para tudo que se fizer necessário para minha defesa, incluindo a cláusula ad judicia, para o foro em geral, salvo receber citação inicial, como assim proclama o art. 105 do CPC.

### PODERES ESPECÍFICOS:

A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para pedir à justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme o disposto no art. 105 do CPC; representar-me nas audiências, requerer, transigir, confessar, renunciar, assinar, transigir, desistir, firmar compromissos e/ou acordos, falar em nome do Outorgante, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso, para me representar em juízo. Podendo o Outorgado,

RECIFE-PE 02 de Julho de 2020





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0116003728**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **12:12**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES Pai: LUIZ CARLOS ANDRADE DE MORAES Data de Nascimento: 5/4/1997 Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 9427539/SDS/PE (RG). 70204821479 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO Endereço Residencial: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**  
Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEL/OUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

12/12/2019 12:13





Placa: **PGP1992** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO.SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
(VITIMA)**

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**



~~MARCOS LEONARDO DE SIQUEIRA FERREIRA~~  
DONO  
~~CON POSSE LUIS FELIPY~~





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0116003734**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **15:46**

Complementa o BO Número: **19E0116003728**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275** - Bairro: **JARDIM ATLANTICO** -  
**OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDO ( AUTOR / AGENTE )  
JOSE ACIOLE DOS SANTOS ( OUTRO )  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES ( VITIMA )

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES** Pai: **LUIS CARLOS ANDRADE DE MORAES** Data de Nascimento: **5/4/1997** Naturalidade: **OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **9427539/SDS/PE (RG), 70204821479 (CPF)** Estado Civil: **CASADO(A)** Profissão: **AUXILIAR DE ALMOXARIFADO**  
Endereço Residencial: **RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JOSE ACIOLE DOS SANTOS (não presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE ACIOLE DOS SANTOS**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

12/12/2019 15:47



**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a):

**DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVELO/OUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PGP1992** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

#### Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE ), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COOLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO.SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
**(VITIMA)**

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**





**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO**

**CERTIDÃO**

**Certidão nº 2019APH001270 Div. Op.**

Com fulcro no art. 5º XXXIV, letra "b" da Constituição Federal Brasileira, venho por meio de solicitação feita pelo(a) Sr(ª). LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , 22 anos, BRASILEIRA(a), CASADO(a), RG nº 9427539 SDS-PE, inscrito(a) na Receita Federal sob o CPF nº 702.048.214-79, residente à AV PEDRO ALVARES CABRAL , nº 327, CS 01, JARDIM ATLANTICO , OLINDA -PE, certificar que este Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar atendeu a uma ocorrência no dia 24/09/2019, por volta das 13:24 hs, no endereço: RUA SÃO JOÃO BATISTA, 275, JARDIM ATLÂNTICO OLINDA-PE, referente a um(a) COLISÃO, envolvendo PEUGEOT/208 GRIFFE A BRANCA PGP1992-PE ; MOTOCICLETA HONDA/CG 150 TITAN KS KHK8402-PE, no(a) qual fora vitimado(a) o(a) Sr(ª) LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , inscrito sob o CPF nº 702.048.214-79 e Registro Geral ° 9427539, atendido(a) pela Unidade Tática de Resgate do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar, comandada pelo(a) SD 711127-4 VERÔNICA. Foi transportado(a) para o HOSPITAL MIGUEL ARRAES. Registrado(a) com o prontuário nº 496586. Ficou aos cuidados do médico DUILIO NETO, registro 27508. Os registros desta Certidão foram extraídos dos arquivos da Divisão de Operações / GBAPH.

Posição em 12/12/2019

*A autenticidade desta certidão deve ser confirmada através do portal do Corpo de Bombeiros, no site*

*<http://www.cbm.pc.gov.br/> , consultar protocolo nº 2019APH001270*

Av. João de Barros, 399 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50050-180

Fone: (81) 3182-9126 / CNPJ: 00.358.773/0001-44



# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Protocolo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 24/09/2019 14:56

Nome Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 05/04/1997  
Sexo: Masculino  
Idade: 22 anos  
Senha: 0025  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 24/09/2019 15:15 - 24/09/2019 15:20

CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **URGENCIA AMARELO**

Cor:  AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE TRAZIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS COM HISTÓRIA DE COLISÃO ENTRE CARRO E MOTO, APRESENTANDO ESCORIAÇÕES EM ABDOMEM, FRATURA FECHADA EM MID.

Observação: NEGA HAS E DM  
NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:  
- SACR - REGUA DE DOR: 10  
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- FREQUENCIA CARDIACA: 54.00 BPM  
- GLICOSE: 103.00 MG/DL  
- P.A. SISTOLICA: 120.00 MMHG  
- P.A. DISTOLICA: 80.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 99.00 %  
- TEMPERATURA(C): 36.80 °C

MA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sim ( ) Não ( )

Assinatura

CLAUDIA PATRICIA DA SILVA  
COREN: 360963

Enfermeiro

Acolhido(a) por: CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 24/09/2019 15:20

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1







### Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 59795 Sala : 0002 SALA 02  
Paciente : 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES Atendimento : 496780  
Convênio Atend. : 1 SUS - INTERNACAO Carteira :  
Leito : 699 VERD2-23 Idade : 22 Anos  
Dt. Início : 27/09/2019 23:00 Dt. Fim : 27/09/2019 23:30  
Cid Pré-Operatório : S822 FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
Cid Pós-Operatório :

### Procedimentos

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia:

### Equipe Médica

URGIAO 16863 FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
ANESTESISTA 22513 PEDRO FILIPE DA LUZ SIQUEIRA DE O MELLO

### Descrição

#### Descrição Cirúrgica :

DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISARIA DE OSSOS DA PERNA DIREITA  
INTERVENÇÃO: APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR  
OPERADOR: DR FAGNER ATHAYDE  
1º AUXILIAR: GUILHERME BORBA  
ANESTESISTA: DR PEDRO  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

#### RELATO DE INTERVENÇÃO

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPISIA DE MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
4. REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE TIBIA E APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR  
DEBRIDAMENTO DE FLICLENAS
6. CURATIVO ESTÉRIL
7. BOA PERFUSÃO PERIFÉRICA

#### Achados Cirúrgicos:

#### Descrição Complementar

Guilherme Borba Anselmo  
Médico  
CRM-PE 27.749

DR(A) : FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
CRM : 16863



**HOSPITAL MIGUEL ARRAES**MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.: 07/10/2019

Hora.: 11:27

**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 59995

Sala : 0003 SALA 03

Paciente : 129722

LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES

Atendimento : 496780

Convênio Atend. : 1

SUS - INTERNACAO

Carteira :

Leito : 195

ORTO-501-LEITO 003

Idade : 22 Anos

Dt. Início : 07/10/2019 10:20

Dt. Fim : 07/10/2019 11:43

Cid Pré-Operatório : S822

FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA

Cid Pós-Operatório : S822

FRATURA DA DIAFISE DA TÍBIA

**Procedimentos**

Procedimento: 0408050500

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)

Convênio: 001

SUS - INTERNACAO

Anestesia:

**Equipe Médica**

CIRURGIO

13344 ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE

**Descrição****Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA

INTERVENÇÃO: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + RFFI COM HASTE INTRAMEDULAR

OPERADOR: DR. ALEXANDRE ANDRADE

1º AUXILIAR: PEDRO CUNHA (MR3)

2º AUXILIAR: SAMUEL MOURA (MR2)

INSTRUMENTADOR: ADAILMA

ANESTESISTA: DRA. SIMONE

ANESTESIA: RAQUI

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL

2. ASSEPSIA+ANTISSEPSIA

3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS

4. REALIZADO ACESSO INFRAPATELAR

5. DISSECÇÃO POR PLANOS, INCISÃO NO TENDÃO

PASSAGEM DE FIO GUIA

FRESAGEM INICIAL DE MÃO

PASSAGEM DE HASTE INTRAMEDULAR 9X39

REALIZADO BLOQUEIO COM 4 PARAFUSOS DE BLOQUEIO, 02 PROXIMAIS E 02 DISTAIS

10. LIMPEZA COM SF 0,9%

SUTURA POR PLANOS

CURATIVO

13. À SR

**Achados Cirúrgicos:****Descrição Complementar**

15 10 19

DR(A) : ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE  
CRM : 13344

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





### Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 60299  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 740  
Dt. Início : 18/10/2019 12:10  
Cid Pré-Operatório : L024  
Cid Pós-Operatório :  
Sala : 0003 SALA 03  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
VERD2-41  
Dt. Fim : 18/10/2019 12:35  
ABCESSO CUTANEO, FURUNCULO E ANTRAZ DO(S) MEMBRO(S)  
Atendimento : 499923  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

### Procedimentos

Procedimento: 0415040035  
Convênio: 001  
Anestesia:  
DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)  
SUS - INTERNACAO

### Equipe Médica

URGIAO 18882 JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES  
ANESTESISTA 16619 LUAR DE OLIVEIRA SILVA

### Descrição

#### Descrição Cirúrgica :

DIAGNÓSTICO: INFECÇÃO POS OSTEOSSINTESE EM TIBIA DIREITA + ABSCESSO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA  
INTERVENÇÃO: DRENAGEM CIRÚRGICA + LC + DC + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA  
OPERADOR: DR JOAO PAULO  
1º AUXILIAR: DR SAMUEL MOURA  
2º AUXILIAR: DR ICARO MOLIM  
INSTRUMENTADOR: SALOME  
ANESTESISTA: DRA LUAR  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

#### RELATO DE INTERVENÇÃO

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ASSEPSIA+ANTISSEPSIA MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS
4. OBSERVADO TUMORAÇÃO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA DIREITA. FEITO INCISÃO LONGITUDINAL DE CERCA DE 10 CM NA ÁREA DE FLUTUAÇÃO DO ABSCESSO. OBSERVADO SAÍDA DE GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PURULENTE DE PLANOS PROFUNDO TENDO CONTINUIDADE COM FOCO DE FRATURA.
5. LIMPEZA EXAUSTIVA COM 10000 ML SF 0,9%
6. DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS
7. COLETADO MATERIAL PARA CULTURA
8. APLICADO DRENO ASPIRATIVO
9. SUTURA COM NYLON 2-0
10. CURATIVO EM MID
11. BOA PERFUSÃO DISTAL EM MID

#### Achados Cirúrgicos:

#### Descrição Complementar

DR(A) : JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES  
CRM : 18882



**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 60418  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 84  
Dt. Início : 24/10/2019 11:50  
Cid Pré-Operatório : S822  
Cid Pós-Operatório : M869

Sala : 0003 SALA 03  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
ORTL-514-LEITO 004  
Dt. Fim : 24/10/2019 12:25  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
OSTEOMIELITE NAO ESPECIFICADA

Atendimento : 499923  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

**Procedimentos**

Procedimento: 0415040035 DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia: 05 RAQUI ANESTESIA

**Equipe Médica**

JRGIAO 14313 CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
ANESTESISTA 10487 SYLVIA MARIA VILELA LEITE

**Descrição**

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FERIMENTO INFECTADO EM PERNA DIREITA PÓS-OSTEOSSÍNTESE COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA  
CIRURGIA: LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRURGICOS + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA  
CIRURGIÃO: DR CRYSTIAN PEDROSA  
1º AUXÍLIO: DR ICARO MÔLIM  
2º AUXÍLIO: DR MANOEL OLIVEIRA  
ANESTESISTA: DRA SYLVIA VILELA  
ANESTESIA: RAQUI ANESTESIA

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DDH SOB RAQUI ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPISIA DE MID;
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS ESTÉREIS;
4. ABORDAGEM DO FERIMENTO EM FACE ANTERIOR DA PERNA DIREITA COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA E VISUALIZADA FERIDA QUANTIDADE DE SECREÇÃO SEROSA + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS, FICANDO EXPOSTA ÁREA DE TECIDO DE GRANULAÇÃO PRÓXIMO A TÍBIA + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURAS (OSSO E PARTES MOLES);
5. ABORDAGEM DE FERIDA OPERATÓRIA DE PINO DE SCHANZ QUE APRESENTAVA SAÍDA DE SECREÇÃO PURULENTE COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA + CURETAGEM DO TRAJETO DO PINO + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DAS BORDAS DA FERIDA;
6. LIMPEZA DO MEMBRO COM SF 0,9%;
7. SUTURA DA PELE COM NYLON 2-0;
8. CURATIVO ESTÉRIL COM ADAPTIC EM ÁREA EXPOSTA;

**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

Dr. Icaro Mólím de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 26860

DR(A) : CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
CRM : 14313



## RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

IDADE: 55 SEXO: M

DATA DA ADMISSÃO: 25/09/19

REG: 129722

DATA DA ALTA: 8/10/19

### DIAGNÓSTICO:

- FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA

### TRATAMENTO REALIZADO:

- 27/09/19: REDUÇÃO FECHADA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR
- 07/10/19: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + REDUÇÃO FECHADA E FIXAÇÃO INTERNA COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA

### ORIENTAÇÕES:

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO DAS SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRA) EM 02 SEMANAS;
- TROCA DIÁRIA DE CURATIVOS CONFORME ORIENTADO;
- FAZER USO DE MEDICAÇÕES PRESCRITAS;
- DOBRAR O JOELHO E MEXER O TORNOZELO DO MEMBRO OPERADO;
- DEAMBULAR COM USO DE 02 MULETAS COM CARGA PARCIAL CONFORME TOLERÂNCIA ÁLGICA;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### PROGRAMA APÓS ALTA:

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM (x) NÃO ( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE



## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REG: 129722

IDADE: 22

SEXO: MASCULINO

DATA DA ADMISSÃO: 16/10/19

DATA DA ALTA: 30/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- INFECÇÃO PÓS-OSTEOSSÍNTESE EM TÍBIA DIREITA
- ABSCESSO EM PERNA DIREITA

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- 18/10/19 – DRENAGEM CIRÚRGICA + LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA
- 24/10/19 – LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

### **ORIENTAÇÕES:**

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS) EM **01 SEMANA**;
- REALIZAR TROCA DE CURATIVO DIÁRIO CONFORME ORIENTADO PELA ENFERMAGEM;
- FAZER USO DE SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM POR 28 DIAS;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM (x) NÃO ( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dr. Luiz Rogério Macedo Gomes  
Médico  
CRM-PE 27685-PR 33039

+ Dr. Adauto Tichiro  
ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE





(1)



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPrensaTRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3200044171 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial Recife-PE

BENEFICIÁRIO LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

CPF/CNPJ: 70204821479

## Posição em 19-02-2020 10:41:40

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será realizado. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
19/02/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/02/2020	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/a8onS2g9yWbX5Yfjzwxrapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HziusqDulMNlrZbz3KvRHAU0=)
30/01/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/D0c0ovb__CikuL3KM5TEkapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HziusqDulMNlrZbz3KvRHAU0=)





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200044171**

**Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

**Data do Acidente: 24/09/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **104**

Agência: **000004739**

Conta: **00000004549-8**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## **DESPACHO**

# **Vistos etc.**

**Defiro a gratuidade da Justiça.**

**Considerando a norma processual fundamental da duração razoável do processo (art. 4º, NCPC) e a possibilidade de conciliação em qualquer fase do processo (art. 3º, NCPC), considerando que nas ações relativas à cobrança de seguro DPVAT o êxito nas conciliações é mais provável após realização de perícia, cite-se a parte demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia.**



**Recife, 6 de agosto de 2020.**

**IASMINA ROCHA**

Juíza de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
RECIFE, 7 de agosto de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 20080520531123300000064629404

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - autor**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 65877350, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos etc. Defiro a gratuidade da Justiça. Considerando a norma processual fundamental da duração razoável do processo (art. 4º, NCPC) e a possibilidade de conciliação em qualquer fase do processo (art. 3º, NCPC), considerando que nas ações relativas à cobrança de seguro DPVAT o êxito nas conciliações é mais provável após realização de perícia, cite-se a parte demandada para, querendo, ofertar defesa nos moldes do art. 335 e ss. do NCPC, no prazo de 15 dias (art. 335, III, c/c 219, do NCPC), sob pena de revelia."*

RECIFE, 7 de agosto de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
RECIFE, 7 de agosto de 2020.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**Endereço:** AVENIDA MARQUES DE OLINDA, 175, Recife antigo, RECIFE, RECIFE - PE - CEP: 50030-901

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 20080520531123300000064629404

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



CIENTE.



CONTESTAÇÃO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001**

**(Processo Eletrônico)**

**PARTE AUTORA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

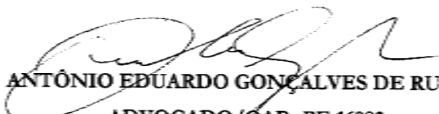
**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**

**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 16.983, vem, perante Vossa Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe, mediante juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE sob o nº 16.983, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

Recife/PE, 21 de Agosto de 2020.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 7ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

(Processo eletrônico)

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife – PE, CEP. 50030-000, com endereço eletrônico desconhecido E **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-205, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações [citacao.intimacao@seguradoralider.com.br](mailto:citacao.intimacao@seguradoralider.com.br), pelos motivos de fato e direito que narra a seguir nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, com arrimo no art. 335 e seguintes do NCPC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, esclarecendo, nos termos e para os fins do art. 334 do novo Código que, antes da conclusão da prova pericial, não tem interesse na composição consensual da lide.

Outrossim, requer a V. Exa., com espeque no art. 272, §§ 1º e 2º, do NCPC, que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas exclusivamente em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, com escritório no endereço-na Estrada do Encanamento nº 846 – 14º ao 17º andar, Casa Forte, Recife-PE, CEP Nº 52.171-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.829.483/0001-95 e devidamente registrada perante a OAB-PE sob o nº 1205.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

---



Alega a parte autora, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **24/09/2019**, o qual teria acarretado sua invalidez permanente em virtude de lesão sofrida.

Aduz ainda que, de posse de toda documentação necessária, procedeu com o aviso de sinistro no objetivo de receber o valor referente à indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, vindo a seguradora, após a análise da documentação apresentada, a efetuar o pagamento da verba indenizatória no importe total de **R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, montante correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente apresentado pela parte Autora.

Todavia, irressignada com a quantia que lhe fora assegurada, ingressou na via judicial, pleiteando a complementação da indenização securitária, por entender ser devida.

Eis a síntese da peça de átrio que passa a ser combatida pela parte ré nos tópicos seguintes.

## II| DA REALIDADE DOS FATOS

---

Importante salientar que não foi anexada a cópia do **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA** aos autos, Assim, em atenção aos **Arts. 319, 320 e 321 do NCPC**, que dispõem sobre a necessidade da parte autora apresentar provas pertinentes para demonstrar a verdade dos fatos alegados, documentos estes indispensáveis à propositura da ação, rogamos pela **intimação da parte Autora para que sane as ausências das cópias apresentadas, juntando assim COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE SUA TITULARIDADE, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.**

Alega a parte autora, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente de trânsito, o qual teria ocasionado sua invalidez permanente, motivo pelo qual ajuizou a presente demanda visando o recebimento de indenização securitária consubstanciada no Seguro Obrigatório DPVAT.

Ocorre que, conforme antecipado pela própria Parte Autora, após o aviso do sinistro e a sua devida regulação, fora realizado pagamento da





indenização devida, em esfera administrativa, com base na lesão apurada a partir da documentação apresentada pela Parte demandante.

Após parecer técnico administrativo, apurou-se que a invalidez da Parte Autora, em que pese ser permanente, é apenas parcial. Desta feita, houve pagamento administrativo de acordo com o grau da lesão sofrida pela parte demandada.

Conforme se pode observar da documentação médica colacionada aos autos, a parte demandante foi diagnosticada com **fratura diafisária de tíbia direita**:

**RX: FRATURA DIAFISÁRIA DE OSSOS DA PERNA DIREITA**

DADOS DO SINISTRO		
Número: 3200044171	Cidade: Olinda	Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES	Data do acidente: 24/09/2019	Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA		
Data da análise: 29/01/2020		
Valoração do IML: 0		
Perícia médica: Não		
Diagnóstico: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.		
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15) ALTA MÉDICA.		
Sequelae permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.		
Sequelae: Com sequela		

Uma vez diagnosticada, NA VIA ADMINISTRATIVA, que a lesão sofrida pela parte autora correspondente a um percentual de 25% ( vinte e cinco por cento) para perda funcional completa de um dos membros inferiores, tem-se que o valor da indenização securitária é R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00



Por outro lado, impende destacar que a Parte Autora não colacionou aos autos o laudo do IML, documento imprescindível para propositura da ação. Ora, a legislação aplicável é clara no sentido de que se faz necessário o laudo do Instituto Médico Legal - IML da jurisdição do acidente, devendo este quantificar as lesões apresentadas.

**Ora, Excelência! Mesmo já indenizada, a parte autora provoca este MM juízo pleiteando o complemento da indenização securitária, o que, de fato, não faz jus, uma vez que já recebeu a quantia correta, conforme será demonstrado em tópico oportuno.**

## BANCO DO BRASIL

### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	19/02/2020
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04739

CONTA: 000000004549-8

---

Nr. da Autenticação 2B6905F22A6C9065

**É importante ressaltar que esta Seguradora Ré procedeu ao pagamento administrativo de valor correspondente à lesão suportada pelo demandante, de acordo com a legislação especial que trata do seguro obrigatório, tendo procedido ao pagamento correspondente ao grau da lesão constante da tabela contida na Lei 11.945/09, não havendo razão ou fundamento jurídico que permita que a demandante receba uma indenização no valor máximo, razão pela qual a presente demanda deverá ser julgada improcedente.**

---



### III|DAS PRELIMINARES

---

#### III.1| DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO DA LIDE - INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. NA DEMANDA

---

Apesar da demanda ter sido direcionada a **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, é mister destacar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.** está apta a representá-la no presente feito, conforme razões exibidas adiante.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder - DPVAT, através da **Portaria nº 2.797/07**, publicada em 07 de dezembro de 2007, cujo trecho segue a seguir transcrito:

*“Art. 1º Conceder à **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.*

*Art. 2º Ratificar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º da Resolução CNSP N° 154, de 8 de dezembro de 2006.”*

Nota-se, do dispositivo supratranscrito, ser a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. a entidade condutora no que tange a gestão das coberturas estabelecidas na Lei 6.194/74.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder - DPVAT passou a



representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Feitos os devidos esclarecimentos, de logo se observa que a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, tem poderes de representação de todas as seguradoras envolvidas no consórcio.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**. da lide, inserindo a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ n. 09.248.608/0001-4, com sede na Rua Senador Dantas, 74 - 5º. Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ) no polo passivo da demanda.

Alternativamente, caso não entenda este r. Juízo pela alteração do polo passivo, requer a inclusão da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.** para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva.

### III.2 | DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

---

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

*§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."*



Ademais, tal exigência também é prevista na RESOLUÇÃO CNSP N° 273 de 2012, que consolidou as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – Seguro DPVAT, conforme dispões o art. 21, inciso I e suas respectivas alíneas:

“Art. 21 Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário deverá apresentar a seguinte documentação:

**II - indenização por invalidez permanente:**

a) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da tabela constante do anexo da Lei n° 6.196, de 1974.”

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

*A Lei n° 11.945/2009, que alterou o art. 3° da Lei n° 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível n° 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).*

**PROCESSO CIVIL.DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. NECESSIDADE DE LAUDO DO IML. APELAÇÃO IMPROVIDA.**  
*1.Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3.Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4.Apelação improvida. 5.Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator:*



Sendo assim, verifica-se que a parte autora carece da ação, haja vista que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Por todo o exposto, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, em conformidade ao **artigo 319, inciso VI e 320, do Novo Código de Processo Civil**, os quais determinam que compete à parte autora instruir a petição inicial, com provas indispensáveis para comprovar suas alegações.

Ademais, aplicando o art. 321, poderá a parte autora ser intimada a sanear o feito, todavia, caso não haja cumprimento, aplicar-se-á o parágrafo único do citado artigo, de modo a indeferir a pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

### **III.3 | FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA**

---

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida à baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.





Como bem restou comprovado nos autos, a parte autora já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente, conforme MEGADATA em anexo.

Ainda, há de se ressaltar que a parte autora, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da Seguradora Ré.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

*"Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada."*

*"Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante."*

**Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.**  
(Grifos nosso)

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz<sup>1</sup> que "(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação", e que "tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes". Indo mais além, afirma que mesmo que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstancias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante

<sup>1</sup> Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.



depósito bancário feito pelo devedor em conta-corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago”.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa<sup>2</sup>, que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado. Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2, DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).*

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando a parte autora nenhum direito creditório em face da Seguradora Ré, motivo pelo qual roga a esse MM Juízo que julgue o presente feito extinto, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no art. 485, VI, NCPC/2015.

#### IV | DO MÉRITO

---

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

---

<sup>2</sup>Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.





Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

#### IV. 1 | DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO

---

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, “b”, e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:

***“(...) I – Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...).”***

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a **Súmula 474**:

***“A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”***



Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.

Para embasar seu pedido a parte autora sustenta que sua pretensão encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74, a qual prevê a indenização no valor de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente, devendo-se observar que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa (100%) e incompleta (10, 25, 50 e 75%).

É o que se vê:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao*



valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)*

**Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.**

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo **STJ** em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

**“Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.”**

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito



autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.

Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

#### IV. 2 | EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA

---

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

**Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme se pode inferir do MEGADATA apresentado no início dessa peça.**

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria Parte Autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.



Sucede que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 17º e 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil de 2015.

#### IV. 3 | DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA

---

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

**Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.**

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.



#### IV. 4 | DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

---

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 240 da Nova Lei Processual Civil vigente de 2015, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

***“Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.”***

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

***“Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”***

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Súmula 580 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso, senão vejamos:

***“Súmula 580 - A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/1974, redação dada pela Lei 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”***

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o que verdadeiramente não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do evento danoso, tendo em vista o esposado na Súmula 580 do STJ, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

#### IV. 5 | DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

---



Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

[...]

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

**I - o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:



**"Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas".**

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja proporcionalmente distribuído, conforme supracitado.

#### **V|REQUERIMENTOS FINAIS**

---

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) **Determinar o depoimento pessoal da Parte Autora<sup>3</sup>**, com a intenção de esclarecer sobre a verdade dos fatos alegados à exordial;
- b) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação – Laudo IML, com base no art. 320, art. 321 c/c Art. 485, inc I do NCPC/2015;
- c) Que a parte autora seja intimada para juntar ao processo cópia legível do seu comprovante de residência no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo;
- d) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Seguradora Ré, com a consequente substituição da Seguradora Ré pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, ou, alternativamente, requer a inclusão desta última no polo passivo;
- e) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, diante da ausência de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demanda;

---

<sup>3</sup>Art. 385 do NCPC: Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.





Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma administrativa - de **R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**;
- b) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- c) Caso assim não entenda este MM. Juízo, pela improcedência de plano do pleito autoral, requer seja determinada a produção de prova pericial, nos termos da legislação aplicável, a fim de comprovar a proporcionalidade da invalidez alegada pela Parte Autora, uma vez que a Seguradora Ré já cumpriu integralmente sua obrigação quando do pagamento administrativo;
- d) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- e) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da



data de citação, e a correção monetária a partir do evento danoso, em conformidade com a súmula 580 do STJ;

- f) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 86, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuídos.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

**Por oportuno, fundamental destacar que está sendo protocolada junto a esta defesa cópia do processo administrativo.**

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 425 inciso VI do Novo Código de Processo Civil de 2015.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 86 do NCPC.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.  
Recife/PE, 26 de agosto de 2020.

  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



**ANEXO II**

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	19/02/2020
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	2.362,50
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04739

CONTA: 000000004549-8

---

---

Nr. da Autenticação 2B6905F22A6C9065





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Autorização de pagamento</b>	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto de todos os campos dos Dados Cadastrais, sem abreviações e/ou rasuras, confirmando as informações bancárias de titularidade da própria vítima/beneficiário, pois o banco recusou a realização do depósito da indenização/reembolso na conta bancária inicialmente informada.
<b>Comprovante de residência</b>	Apresentar a cópia simples do comprovante de residência da vítima, pois não foi entregue.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01729/01730 - carta\_03 - INVALIDEZ

00040865



Carta nº 15327447





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15327760





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00037/00038 - carta\_07 - INVALIDEZ

00070019



Carta nº 15366269







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200044171

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15427103





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200044171

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Comunicamos que o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido do Seguro DPVAT foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais e sua contagem será reiniciada imediatamente após a conclusão das verificações para esclarecimentos dos fatos. Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder-DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01599/01600 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 15450285





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200044171**

**Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

**Data do Acidente: 24/09/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **104**

Agência: **000004739**

Conta: **00000004549-8**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200004453 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 14/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA(P.11)  
INFECÇÃO/ABCESSO EM PERNA DIREITA(P.4)

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO- FIXADOR EXTERNO/ OSTEOSsíntese COM HASTE E PARAFUSOS (P.5,13,14,22)

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Em tratamento

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** CONFORME DOCUMENTO MÉDICO(PÁGINA 6), COM DATA DE 07/11/2019 EMITIDA PELO DR.CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA CRM 14313, NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.  
CONCLUINDO-SE POR VÍTIMA EM TRATAMENTO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA.

**Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200044171 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 29/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15) ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento faltante:**

**Apontamento do Laudo do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200044171 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 30/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15) ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento faltante:**

**Apontamento do Laudo do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos complementares:**

**Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200004453 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 14/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA(P.11)  
INFECÇÃO/ABCESSO EM PERNA DIREITA(P.4)

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO- FIXADOR EXTERNO/ OSTEOSsíntese COM HASTE E PARAFUSOS (P.5,13,14,22)

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Em tratamento

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** CONFORME DOCUMENTO MÉDICO(PÁGINA 6), COM DATA DE 07/11/2019 EMITIDA PELO DR.CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA CRM 14313, NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.  
CONCLUINDO-SE POR VÍTIMA EM TRATAMENTO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0004020/20

Número do Sinistro: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

CPF: 702.048.214-79

Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

Data do acidente: 24/09/2019

Titular do CPF: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

CPF de: Próprio

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 13/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 13/01/2020  
Nome: JONATAN BARBOSA DE BARROS  
CPF: 703.787.774-32

JONATAN BARBOSA DE BARROS





## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0037042/20

**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**CPF:** 702.048.214-79

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 24/09/2019

**Titular do CPF:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/01/2020  
Nome: JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA  
CPF: 117.852.524-45

\_\_\_\_\_  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

\_\_\_\_\_  
JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0004020/20

**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**CPF:** 702.048.214-79

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 24/09/2019

**Titular do CPF:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/01/2020  
Nome: JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA  
CPF: 117.852.524-45

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA







## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 70204821479 4 - Nome completo da vítima: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES 6 - CPF: 70204821479  
7 - Profissão: AUTONOMO 8 - Endereço: RUA PEDRO ALVARO GABRAL 9 - Número: 332 10 - Complemento: CASA  
11 - Bairro: JARDIM ATLANTICO 12 - Cidade: OLINDA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53140-290  
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD): 81 98825-4513

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO: \_\_\_\_\_  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 4739 CONTA: 0045498 AGÊNCIA: CONTA: (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

### 22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:  
• Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.  
Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.  
Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

### DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (já nascido)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª Nome: CO  
CPF: \_\_\_\_\_

39 - 2ª Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

16 JAN 2020  
Assinatura da testemunha  
COLO  
Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Olinda - PE, 15-12-2019

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

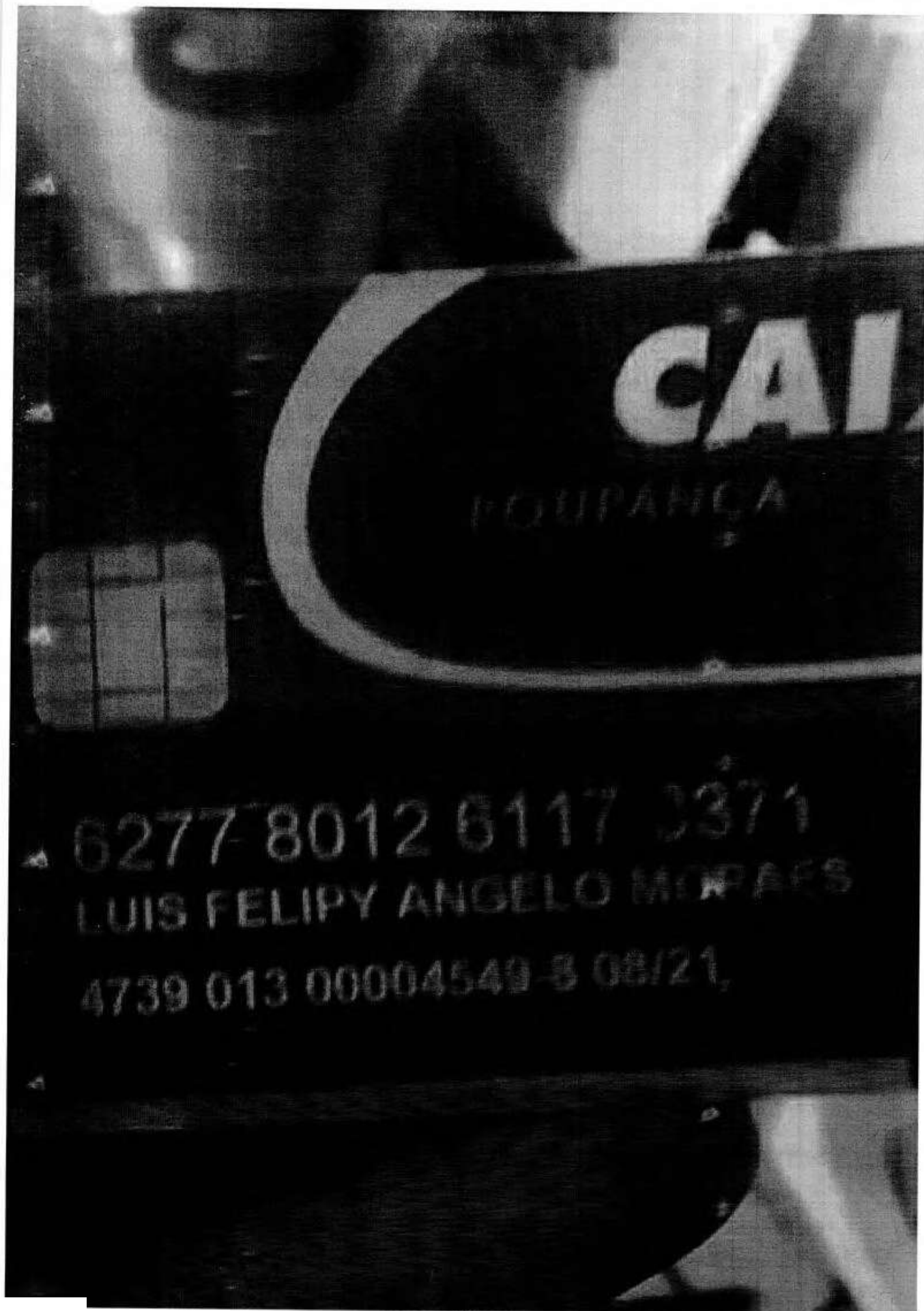
42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)













**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVELOUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PGP1992 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

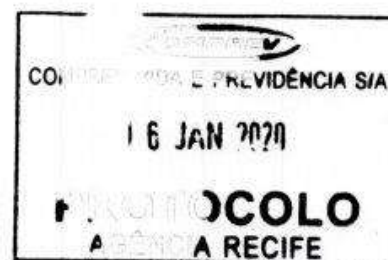
### Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE ), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COOLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO.SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
**(VITIMA)**

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**



12/12/2019 15:47









GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0116003734**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **15:46**

Complementa o BO Número: **19E0116003728**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDO ( AUTOR \ AGENTE )  
JOSE ACIOLE DOS SANTOS ( OUTRO )  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES ( VITIMA )

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES Pai: LUIZ CARLOS ANDRADE DE MORAES Data de Nascimento: 5/4/1997 Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 9427539/SDS/PE (RG), 70204821479 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO Endereço Residencial: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

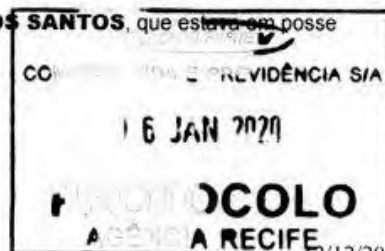
**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JOSE ACIOLE DOS SANTOS (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE ACIOLE DOS SANTOS**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0116003728**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **12:12**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (VITIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES Pai: LUIZ CARLOS ANDRADE DE MORAES Data de Nascimento: 5/4/1997 Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 9427539/SD3/PE (RG), 70204821479 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO Endereço Residencial: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEL/OUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**



12/12/2019 12:





Placa: **PGP1992** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

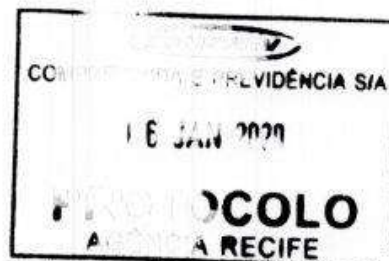
Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO. SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**



~~MATO JOSE A...~~  
DONO  
~~CON POSSE LUIS FELIPY~~

12/12/2019 12:11



# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 70204821479 4 - Nome completo da vítima: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES 6 - CPF: 70204821479  
7 - Profissão: AUTÔNOMO 8 - Endereço: RUA PEDRO ALVAROS BARBAL 9 - Número: 332 10 - Complemento: CASA  
11 - Bairro: JARDIM ATLANTICO 12 - Cidade: OLINDA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53140-290  
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): 81 98825.21513

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO:   
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 4733 CONTA: 4549 8 AGÊNCIA: CONTA:   
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:  
• Não há IML que atenda à região do acidente ou da minha residência; ou  
• O IML que atende à região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
• O IML que atende à região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.  
Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.  
Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (nascidos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo):  
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo):  
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo):

38 - 1ª | Nome: CO - INVALIDÊNCIA S/A  
CPF: 16 JAN 2020  
Assinatura da testemunha  
39 - 2ª | Nome: COLO  
CPF: A RECIFE  
Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Olinda - 19-12-2019  
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante): Luis Felipe Angelo de Moraes

a do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)











**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO**

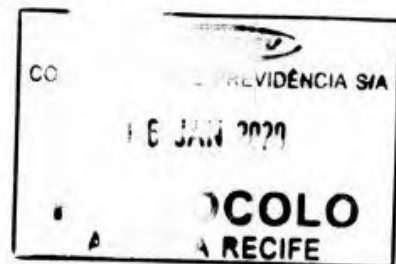
**CERTIDÃO**

**Certidão nº 2019APH001270 Div. Op.**

Com fulcro no art. 5º XXXIV, letra "b" da Constituição Federal Brasileira, venho por meio de solicitação feita pelo(a) Sr(ª). LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , 22 anos, BRASILEIRA(a), CASADO(a), RG nº 9427539 SDS-PE, inscrito(a) na Receita Federal sob o CPF nº 702.048.214-79, residente à AV PEDRO ALVARES CABRAL , nº 327, CS 01, JARDIM ATLANTICO , OLINDA -PE, certificar que este Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar atendeu a uma ocorrência no dia 24/09/2019, por volta das 13:24 hs, no endereço: RUA SÃO JOÃO BATISTA, 275, JARDIM ATLÂNTICO OLINDA-PE, referente a um(a) COLISÃO, envolvendo PEUGEOT/208 GRIFFE A BRANCA PGP1992-PE ; MOTOCICLETA HONDA/CG 150 TITAN KS KHK8402-PE, no(a) qual fora vitimado(a) o(a) Sr(ª) LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , inscrito sob o CPF nº 702.048.214-79 e Registro Geral ° 9427539, atendido(a) pela Unidade Tática de Resgate do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar, comandada pelo(a) SD 711127-4 VERÔNICA. Foi transportado(a) para o HOSPITAL MIGUEL ARRAES. Registrado(a) com o prontuário nº 496586. Ficou aos cuidados do médico DUILIO NETO, registro 27508. Os registros desta Certidão foram extraídos dos arquivos da Divisão de Operações / GBAPH.

Posição em 12/12/2019

*A autenticidade desta certidão deve ser confirmada através do portal do Corpo de Bombeiros, no site <http://www.cbm.pe.gov.br/> , consultar protocolo nº 2019APH001270*



Av. João de Barros, 399 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50050-180  
Fone: (81) 3182-9126 / CNPJ: 00.358.773/0001-44



## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DE PERNAMBUCO  
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,  
RECIFE, PERNAMBUCO  
CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02  
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Ouvidoria 0800 282 5599  
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado  
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

## DADOS DO CLIENTE

LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES  
CPF: 948.526.694-49

DATA DE VENCIMENTO  
**30/12/2019**

TOTAL A PAGAR (R\$)  
**81,29**

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL  
21/12/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO  
21/12/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL  
089508201

CONTA CONTRATO  
007033339520

Nº DO CLIENTE  
2016504641

Nº DA INSTALAÇÃO  
0006815577

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

AV PEDRO ALVARES CABRAL 327 CS- 01

JARDIM ATLANTICO/OLINDA  
53140-290 OLINDA PE

## CLASSIFICAÇÃO

**B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL**  
**Monofásico**

## RESERVADO AO FISCO

**87FD.5EE5.A085.4CB7.1410.9A5F.4A6D.93B5**

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site [www.celpe.com.br](http://www.celpe.com.br)

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	94,00	0,75727874	71,18
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,17
Acréscimo Bandeira VERMELHA			1,73
Contrib. Ilum. Pública Municipal			5,83
ICMS Subvenção-CDE-NF 081141555-16/10/19			0,38
TOTAL DA FATURA			81,29

## EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE.

Vencido	Di Reav	Valor
27/11/19	21/12/19	159,13
20/09/19	16/10/19	18,51

Esta comunicação NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/Anel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo(kWh)	0,54933000	DEZ 19	94
		NOV 19	174
		OUT 19	58
		SET 19	30
		AGO 19	30
		JUL 19	
		JUN 19	
		MAI 19	
		ABR 19	
		MAR 19	
		FEV 19	
		JAN 19	
		DEZ 18	

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	R\$	%
Geração de Energia	25,02	33,77
Transmissão	2,78	3,73
Distribuição (Celpe)	16,76	22,62
Encargos Soteristas	3,93	5,31
Tributos	20,33	27,44
Perdas de Energia	5,28	7,13
TOTAL	74,08	100

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
74,08	25,00	18,52	74,08	0,44	0,32	74,08	2,02	1,49

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
00000003183057170	CAT	20/11/2019	234,00	21/12/2019	328,00	31	1,00000	0,00	94,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 20/01/2020

## DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
out/2019					
DIC-No.de horas sem Energia	PARATIBE I	1,56	4,95	9,91	19,82
FIC-No.de vezes sem Energia		1,00	3,17	5,35	12,78
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		1,56	2,77	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 28,04					

Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13.  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.  
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.  
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

## NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

## DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007033339520	12/2019	81,29	30/12/2019	

## PAGAMENTO ATRAVÉS DE FICHA DE COMPENSAÇÃO

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.  
Este canhoto será usado em leitora ótica.









**HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES  
CENTRO DIAGNÓSTICO - ULTRASSONOGRAFIA**

Emissão de Laudo

Pedido de Exames.....: 365898 Cod. Atendimento...: 499682

Paciente.....: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Médico Solicitante.....: 734 PLANTONISTA ORTOPEDIA

Data da Solicitação.....: 16/10/2019 Hora.....: 14:35:16

Convênio.....: SUS - EXTERNO / Origem da Solicitação.....: URGENCIA

Unidade Internação....: VERDE 2 ORTOPEDIA Enfermaria.....: VERD2-32

Data.....: 16/10/2019

Hora.....: 15:42:10

SAME.....: 116376

Idade.....: 22a 6m 12d

Sexo.....: M

Dt. Realiz.....: 16/10/2019

URGENCIA/EMERGENCIA

Leito...: VERD2-32

**ULTRASSONOGRAFIA DE PERNA DIREITA**

*Exame realizado em caráter de urgência.*

**INDICAÇÃO:**

Abscesso.

**ACHADOS:**

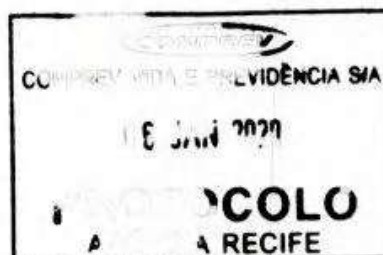
Observamos volumosa coleção de conteúdo heterogêneo, com aspecto espesso, volume estimado em 76mL, a qual atinge planos musculares profundos e plano ósseo. Esta coleção apresenta íntimo contato com descontinuidade óssea da tíbia, em terço médio de perna direita, na face medial.

Nessa região também existe importante espessamento difuso da pele inferindo processo inflamatório/infeccioso.



**Dra. Alice Abath**  
CRM-PE 19.764

**MR1 Filipe Villa Verde**  
CRM-PE 18.499









**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO



**MIGUEL ARRAES**



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

**NOME:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**IDADE:** 55      **SEXO:** M

**DATA DA ADMISSÃO:** 25/09/19

**REG:** 129722

**DATA DA ALTA:** 8/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- **FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA**

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- **27/09/19: REDUÇÃO FECHADA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR**
- **07/10/19: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + REDUÇÃO FECHADA E FIXAÇÃO INTERNA COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA**

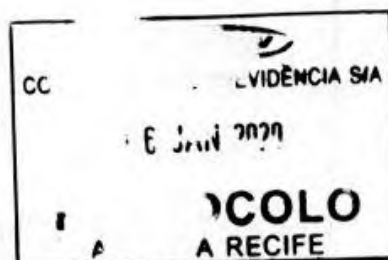
### **ORIENTAÇÕES:**

- **AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO DAS SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRA) EM 02 SEMANAS;**
- **TROCA DIÁRIA DE CURATIVOS CONFORME ORIENTADO;**
- **FAZER USO DE MEDICAÇÕES PRESCRITAS;**
- **DOBRAR O JOELHO E MEXER O TORNOZELO DO MEMBRO OPERADO;**
- **DEAMBULAR COM USO DE 02 MULETAS COM CARGA PARCIAL CONFORME TOLERÂNCIA ÁLGICA;**
- **PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;**
- **RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.**

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

**AMBULATÓRIO DE EGRESSO**      **SIM(x)**      **NÃO( )**

**DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL:**      /      /



**ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM**

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE





RECEITUÁRIO

Laísle M. Alves

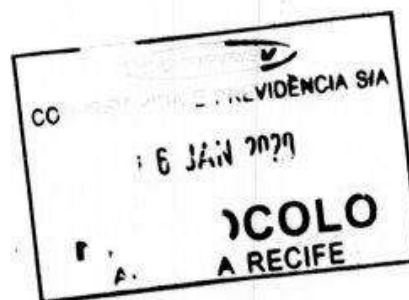
Doente operado em  
08/10/19 osteomielite fútil  
P com nódulo intramedular  
por fratura apófise fútil II,  
evoluindo com infecção por  
apoptose, em tratamento,  
segue em recuperação de  
infecção, com consolidação.

CIP: 582.2

07/11/19

Crystian Pedrosa Ferreira  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 14312  
R. 14312

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO







# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	2 - CNES	6431569
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	4 - CNES	6431569

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

1 - Nome do Paciente	LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES			6 - Nº Prontuário	129722
2 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - Raça/Cor	10.1 - Etnia	
00000000000000000000	05/04/1997	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica	
1 - Nome da Mãe	LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES			12 - Telefone de Contato	8198572355
3 - Nome Responsável	LUSIMARY			14 - Telefone de Contato	
5 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO				
6 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
OLINDA	260960	PE	53050180		

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

1 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos: PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO POR CARRO HA 5H, CURSANDO COM DOR + DEFORMIDADE + ESCORIAÇÕES EM PERNA DIREITA. NEGA TCE. NEGA COMORBIDADES OU ALERGIAS.

11 - Condições que justificam a internação: TRATAMENTO CIRÚRGICO

12 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas: ANAMNESE + EXAME FÍSICO + RADIOGRAFIA

13 - Diagnóstico Inicial / Código

FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

24 - CID 10 Principal

S822

25 - CID 10 Secundário

V239

26 - CID 10 Causas Associadas

17 - Descrição do Procedimento Solicitado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

28 - Código do Procedimento

0408050500

18 - Especialidade

CIRÚRGICA

30 - Caracter de Atendimento

2

31 - Documento

(X) CNS ( ) CPF

32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente

980016296381749

19 - Nome do Profissional Solicitante/Assistente

ADAUTO TELINO DE MELO JUNIOR

34 - Data da Solicitação

24/09/2019

35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)

Dr. Luiz Rogério Macedo Gomes

20671

Médico

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)

36 - ( ) Acidente de Trânsito

37 - ( ) Acid. Trabalho Típico

38 - ( ) Acid. Trabalho Trajetos

39 - CNPJ Seguradora

40 - Nº Bilhete

41 - Série

42 - CNPJ Empresa

43 - CNAE Empresa

44 - CBOR

45 - Vínculo com a Previdência

( ) Empregado

( ) Empregador

( ) Autônomo

( ) Desempregado

( ) Apor

## AUTORIZAÇÃO

18 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Cód. Órgão Emissor

E260000001

48 - Documento

49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador

( ) CNS ( ) CPF

50 - Data da Autorização

51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)

AIH

261910221161-6

AIH

261910221162-7

Código do Laudo: 496586

















**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 59995  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 195  
Dt. Início : 07/10/2019 10:20  
Dt. Fim : 07/10/2019 11:43  
Id Pré-Operatório : S822  
Id Pós-Operatório : S822

Sala : 0003 SALA 03  
LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
ORTO-501-LEITO 003  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

Atendimento : 496780  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

**Procedimentos**

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia:

**Equipe Médica**

CIRURGIAO 13344 ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE

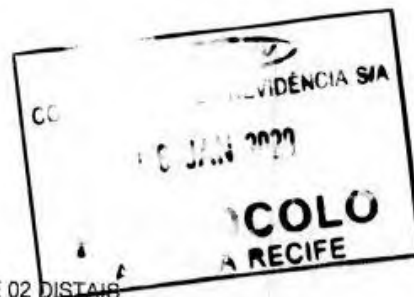
**Descrição**

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA  
INTERVENÇÃO: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + RFFI COM HASTE INTRAMEDULAR  
OPERADOR: DR. ALEXANDRE ANDRADE  
1º AUXILIAR: PEDRO CUNHA (MR3)  
2º AUXILIAR: SAMUEL MOURA (MR2)  
INSTRUMENTADOR: ADAILMA  
ANESTESISTA: DRA. SIMONE  
ANESTESIA: RAQUI

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ASSEPSIA+ANTISSEPISIA
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS
4. REALIZADO ACESSO INFRAPATELAR
5. DISSECÇÃO POR PLANOS, INCISÃO NO TENDÃO
6. PASSAGEM DE FIO GUIA
7. FRESAGEM INICIAL DE MÃO
8. PASSAGEM DE HASTE INTRAMEDULAR 9X39
9. REALIZADO BLOQUEIO COM 4 PARAFUSOS DE BLOQUEIO, 02 PROXIMAIS E 02 DISTAIS
10. LIMPEZA COM SF 0,9%
11. SUTURA POR PLANOS
12. CURATIVO
13. À SR



**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

DR(A) : ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE  
CRM : 13344

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



Atendimento: 496780

Dt Atendimento: 25/09/2019 - 15:25

Dt Alta: 08/10/2019 - 13:22

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Serviço: 15 ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 195 ORTO-501-LEITO 003

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

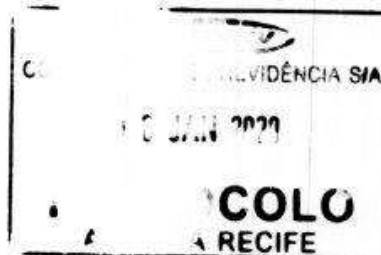
Usuário: FLAVIACAW

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

FLAVIA CAROLINA DE ARAUJO WANDERLEY



Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais  
HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR







# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	2 - CNES	6431569
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	4 - CNES	6431569

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5 - Nome do Paciente	LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES			6 - Nº Prontuário	129722
7 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - Raça/Cor	10.1 - Etnia	
702603734417541	05/04/1997	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica	
11 - Nome da Mãe	LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES			12 - Telefone de Contato	8198572355
13 - Nome Responsável	MARGARIDA			14 - Telefone de Contato	
15 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO				
16 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
OLINDA	260960	PE	53050180		

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos  
PACIENTE COM RELATO DE CIRURGIA EM PERNA DIREITA POR FRATURA DE OSSOS DA PERNA NO DIA 08/10. OPERADO NESTE SERVIÇO REALIZADO HÍM DE RAFI COM PALCA E PARAFUSO EM FIBULA, EVOLUI COM ABSCESSO EM TERÇO MEDIA DA PERNA DIREITA  
ENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL  
ABSCESSO EM PERNA DIREITA  
NEGA ALERGIAS E COMORBIDADES

21 - Condições que justificam a Internação  
CITADAS ACIMA

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas  
ANAMNESE + EXAME FÍSICO

23 - Diagnóstico Inicial / Código

ABSCESO EM PERNA D

24 - CID 10 Principal

L024

25 - CID 10 Secundário

W199

26 - CID 10 Causas Associadas

27 - Descrição do Procedimento Solicitado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

## PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ORTOPEDIA

28 - Código do Procedimento	0415020069		
29 - Especialidade	30 - Caracter de Atendimento	31 - Documento	32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente
CIRÚRGICA	2	(X) CNS ( ) CPF	980016278437533
33 - Nome do Profissional Solicitante/Assistente	34 - Data da Solicitação	35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)	
SORMANE DE CARVALHO BRITTO	16/10/2019	16339	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) Acidente de Trânsito	39 - CNPJ Seguradora	40 - Nº Bilhete	41 - Série
37 - ( ) Acid. Trabalho Típico	42 - CNPJ/ Empresa	43 - CNAE / Empresa	44 - CBOR
38 - ( ) Acid. Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência			
( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado			

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Cód. Órgão Emissor	52 - Nº da Autorização da Internação Hospitalar (AIH)
	E260000001	
48 - Documento	49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador	
( ) CNS ( ) CPF		
50 - Data da Autorização	51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)	
	261910222363-9	

Código do Laudo: 499682















**HOSPITAL MIGUEL ARRAES**MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.: 18/10/2019

Hora.: 12:30

**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 60299

Paciente : 129722

Convênio Atend. : 1

Leito : 740

Dt. Início : 18/10/2019 12:10

Cid Pré-Operatório : L024

Cid Pós-Operatório :

Sala : 0003 SALA 03

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

SUS - INTERNACAO

VERD2-41

Dt. Fim : 18/10/2019 12:35

Atendimento : 499923

Carteira :

Idade : 22 Anos

ABSCESO CUTANEO, FURUNCULO E ANTRAZ DO(S) MEMBRO(S)

**Procedimentos**

Procedimento: 0415040035

Convênio: 001

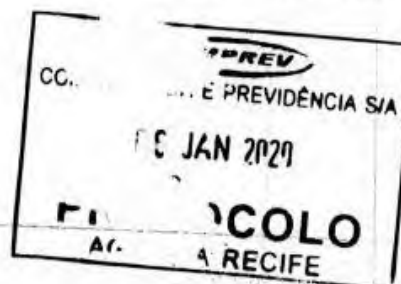
Anestesia:

DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)  
SUS - INTERNACAO**Equipe Médica**CIRURGIAO  
ANESTESISTA18882 JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES  
16619 LUAR DE OLIVEIRA SILVA**Descrição****Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: INFEÇÃO POS OSTEOSINTESE EM TIBIA DIREITA + ABSCESSO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA  
INTERVENÇÃO: DRENAGEM CIRÚRGICA + LC + DC + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA  
OPERADOR: DR JOAO PAULO  
1º AUXILIAR: DR SAMUEL MOURA  
2º AUXILIAR: DR ICARO MOLIM  
INSTRUMENTADOR: SALOME  
ANESTESISTA: DRA LUAR  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ASSEPSIA+ANTISSEPSIA MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS
4. OBSERVADO TUMORAÇÃO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA DIREITO. FEITO INCISÃO LONGITUDINAL DE CERCA DE 10 CM NA ÁREA DE FLUTUAÇÃO DO ABSCESSO. OBSERVADO SAÍDA DE GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PURULENTE DE PLANOS PROFUNDO TENDO CONTINUIDADE COM FOCO DE FRATURA.
5. LIMPEZA EXAUSTIVA COM 10000 ML SF 0,9%
6. DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS
7. COLETADO MATERIAL PARA CULTURA
8. APLICADO DRENO ASPIRATIVO
9. SUTURA COM NYLON 2-0
10. CURATIVO EM MID
11. BOA PERFUSÃO DISTAL EM MID

**Achados Cirúrgicos:****Descrição Complementar**DR(A) : JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES  
CRM : 18882

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





**HOSPITAL MIGUEL ARRAES**MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.....: 24/10/2019

Hora.....: 12:36

**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Sala : 0003 SALA 03

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

SUS - INTERNACAO

ORTL-514-LEITO 004

Dt. Fim : 24/10/2019 12:25

FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

OSTEOMIELEITE NAO ESPECIFICADA

Atendimento : 499923

Carteira :

Idade : 22 Anos

Aviso de Cirurgia : 60418

Paciente : 129722

Convênio Atend. : 1

Leito : 84

Dt. Início : 24/10/2019 11:50

Cid Pré-Operatório : S822

Cid Pós-Operatório : M869

**Procedimentos**

Procedimento: 0415040035

Convênio: 001

Anestesia: 05

DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)

SUS - INTERNACAO

RAQUI ANESTESIA

**Equipe Médica**JRGIAO  
ANESTESISTA14313 CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
10487 SYLVIA MARIA VILELA LEITE**Descrição****Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FERIMENTO INFECTADO EM PERNA DIREITA PÓS-OSTEOSSÍNTESE COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA  
CIRURGIA: LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRURGICOS + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA  
CIRURGIÃO: DR CRYSTIAN PEDROSA  
1º AUXÍLIO: DR ICARO MÓLIM  
2º AUXÍLIO: DR MANOEL OLIVEIRA  
ANESTESISTA: DRA SYLVIA VILELA  
ANESTESIA: RAQUI ANESTESIA

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DDH SOB RAQUI ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA DE MID;
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS ESTÉREIS;
4. ABORDAGEM DO FERIMENTO EM FACE ANTERIOR DA PERNA DIREITA COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA E VISUALIZADA QUANTIDADE DE SECREÇÃO SEROSA + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS, FICANDO EXPOSTA ÁREA DE TECIDO DE GRANULAÇÃO PRÓXIMO A TÍBIA + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURAS (OSSO E PARTES MOLES);
5. ABORDAGEM DE FERIDA OPERATÓRIA DE PINO DE SCHANZ QUE APRESENTAVA SAÍDA DE SECREÇÃO PURULENTE COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA + CURETAGEM DO TRAJETO DO PINO + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DAS BORDAS DA FERIDA;
6. LIMPEZA DO MEMBRO COM SF 0,9%;
7. SUTURA DA PELE COM NYLON 2-0;
8. CURATIVO ESTÉRIL COM ADAPTIC EM ÁREA EXPOSTA;

**Achados Cirúrgicos:****Descrição Complementar**

Dr. Icaro Molim de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 28560

IPREV	
CC.	.. E PREVIDÊNCIA SIA
15 JAN 2020	
COLO	
RECIFE	

DR(A) : CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
CRM : 14313

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





MIGUEL ARRAES

GOVERNO DO ESTADO



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

IDADE: 22 SEXO: MASCULINO

DATA DA ADMISSÃO: 16/10/19

REG: 129722

DATA DA ALTA: 30/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- INFECÇÃO PÓS-OSTEOSSÍNTESE EM TÍBIA DIREITA
- ABSCESSO EM PERNA DIREITA

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- 18/10/19 – DRENAGEM CIRÚRGICA + LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA
- 24/10/19 – LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

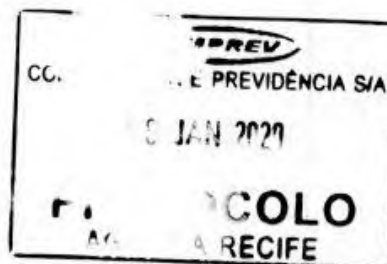
### **ORIENTAÇÕES:**

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS) EM **01 SEMANA**;
- REALIZAR TROCA DE CURATIVO DIÁRIO CONFORME ORIENTADO PELA ENFERMAGEM;
- FAZER USO DE SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM POR 28 DIAS;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM (x) NÃO ( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE



Atendimento: 499923

Dt Atendimento: 17/10/2019 - 11:37

Dt Alta: 30/10/2019 - 16:32

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Serviço: 37 ORTOP23EDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 84 ORTL-514-LEITO 004

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

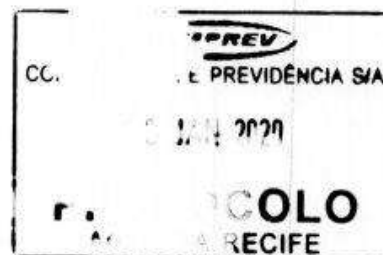
Usuário: EVAIROD

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

EVAIR OLIVEIRA DIAS



Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR







**Pedro Marques**  
Ortopedia e Traumatologia

CRM 8594

União Viária  
Atendo que o paciente WIZ Fátima Anjos  
de Moraes, natural de alagoas de transtorno  
em 24/09/2019 com BO de N° 19ED/1003734.  
Sofreu fratura da tíbia e fíbula direita,  
foi tratado com fixação cirúrgica com  
em 24/09/2019. O mesmo evolui com  
sequelas que limitam sua capacidade  
funcional. O mesmo requer com que  
seja.

Definição artroscópica e  
placa de fixação de fratura  
de ambas as pernas  
limitar de plano. Trabalho do  
jelho  
CID 10 S82

Dr. Pedro Marques  
Ortopedista  
CRM PE 8594  
CPF 172.878.334-04  
Não autorizo troca de médico

24/01/2020

Rua Castelo Branco, 470 - Abreu e Lima/PE  
Tel.: (81) 3542.3278 / 98897.4003




## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o (a) senhor (a) **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** foi atendido (a) neste serviço no dia 25/09/2019 . Necessitando de **60(sessenta)** dias de afastamento de suas atividades (no trabalho ou escola).

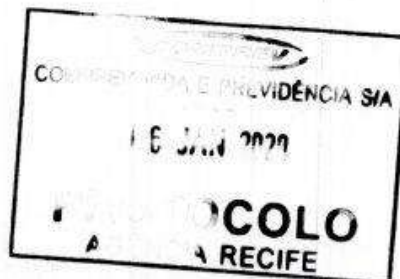
**CID.10: S 82.2**

Paulista, 8 de outubro de 2019



---

Médico





## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o (a) senhor (a) **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** foi atendido (a) neste serviço no dia 16/10/2019 . Necessitando de **30(TRINTA)** dias de afastamento de suas atividades (no trabalho ou escola).

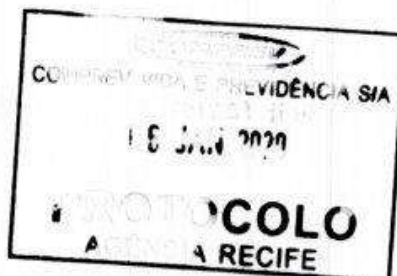
**CID.10: L02.4; T84.7**

Paulista, 30 de outubro de 2019

Dr. Luiz Rogério Gonçalves

*[Assinatura]*

Médico







PERNAMBUCO  
GOVERNO DO ESTADO



HOSPITAL  
MIGUEL ARRAES



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

IDADE: 22

SEXO: MASCULINO

DATA DA ADMISSÃO: 16/10/19

REG: 129722

DATA DA ALTA: 30/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- INFECÇÃO PÓS-OSTEOSSÍNTESE EM TÍBIA DIREITA
- ABSCESSO EM PERNA DIREITA

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- 18/10/19 – DRENAGEM CIRÚRGICA + LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA
- 24/10/19 – LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

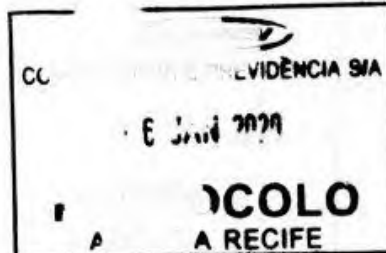
### **ORIENTAÇÕES:**

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS) EM 01 SEMANA;
- REALIZAR TROCA DE CURATIVO DIÁRIO CONFORME ORIENTADO PELA ENFERMAGEM;
- FAZER USO DE SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM POR 28 DIAS;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM( x ) NÃO( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Dr. Luiz Rogério Macedo Gomes  
Médico  
CRM-PE 27686-8/2019

+ Dr. Adauto Tchinio  
ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE







RECEITUÁRIO

Leandro Gomes

Doente operado em  
08/10/19 osteomielite fútil  
P com nódulo intramedular  
por fratura aberta fútil II,  
evoluindo com infecção por  
aperturas, em tratamento,  
segue em reabilitação de  
infecção, com consolidação.

CIH: 582.2

07/11/19

Crystal Patrícia Ferreira  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 14312  
R. 14312

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO







## FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N  
Jaguaribe - Paulista - PE  
CEP.: 53.400 - 000

**Cód. Atendimento: 496780**

Usuário: ANDERSONSC

### DADOS DO PACIENTE

Paciente: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Idade: 22a 5m 23d Sexo: M Estado Civil: SOLTEIRO Prontuário: 129722  
Profissão: Escolaridade: Data de Nascimento: 05/04/1997  
R.G.: 9427539 C.P.F.: 70204821479 Telefone: CEP 53050180  
Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO - OLINDA - PE  
**Dados da Internação**  
Origem: URGENCIA/EMERGENCIA Data e Hora da Internação: 25/09/2019 15:25  
Convênio: SUS - INTERNACAO Plano: GERAL  
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACA Leito: VERD2-23  
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

### DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: Endereço: R.G.: C.P.F.: 15.10.88  
Telefone: Cidade: Número: Estado civil: *Em*

### DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 26 / 09 / 19 Hora da Alta: :  
Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão

Condições de Alta: *Boas*

Diagnóstico Principal.....: *Fr. distal do fêmur da perna da*

Diagnóstico Secundário01.: *-*

Diagnóstico Secundário02.: *-*

Procedimento.....: *24/09/19 - Aplicação de fixador externo + RFA e fixador*

Médico e CRM:

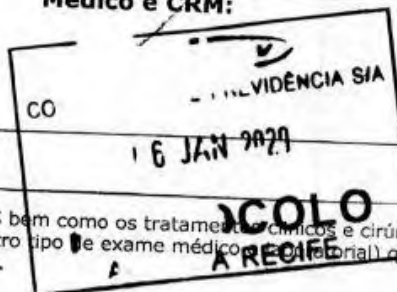
Responsável pela retirada do paciente Assinatura e RG

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (Intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e material) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável





# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 24/09/2019 14:56

Nome Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 05/04/1997  
Sexo: Masculino  
Idade: 22 anos  
Senha: 0025  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 24/09/2019 15:15 - 24/09/2019 15:20

CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **URGENCIA AMARELO**

Cor: **AMARELO**

Queixa Principal: PACIENTE TRAZIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS COM HISTÓRIA DE COLISÃO ENTRE CARRO E MOTO, APRESENTANDO ESCORIAÇÕES EM ABDOMEM, FRATURA FECHADA EM MID.

Observação: NEGA HAS E DM  
NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:  
- SACR - REGUA DE DOR: 10  
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- FREQUENCIA CARDIACA: 54.00 BPM  
- GLICOSE: 103.00 MG/DL  
- P.A. SISTOLICA: 120.00 MMHG  
- P.A. DISTOLICA: 80.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 99.00 %  
- TEMPERATURA(C): 36.80 °C

MA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sinais de Vida

CCRI  
Claudia Patricia da S. Freire  
COREN-PE 360963-5

Enfermeiro



Acolhido(a) por: CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 24/09/2019 15:20

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Atendimento: 496586

Senha da Classificação:

0025

Data e Hora: 24/09/2019 15:25

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 05/04/1997 Idade: 22 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MC Nome do Pai: LUIS CARLOS ANDRE DE MORAES

Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA CRM: 12346

Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRI - 327 Bairro: JARDIM ATLANTICO

Cidade/UF: OLINDA PE Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ Hora: 15:10

Queixa Principal

Paciente interna de ortopedia, braço direito. Queixa de dor no ombro direito - referida em R4.1. 15/09/2019

Exame Físico

D: 46:15 pr. pilas viduadas e joelhos. E: 46:15 pr. pilas viduadas e joelhos. E: 46:15 pr. pilas viduadas e joelhos. E: 46:15 pr. pilas viduadas e joelhos.

Hipótese Diagnóstico

1. Poliomiosite

Prescrição Médica

1. 1000mg de tramadol + 1000mg de paracetamol

2. 1000mg de tramadol

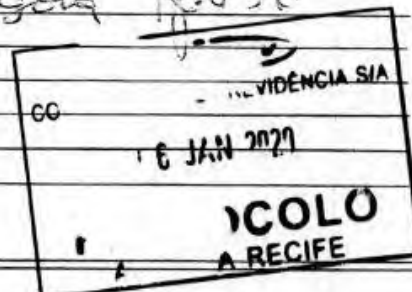
3. 1000mg de tramadol

4. 1000mg de tramadol

5. 1000mg de tramadol

Direto Neto  
CRM: 123456

Assinatura e Carimbo/Médico



Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatorio ( ) Residência

( ) Transferido: Para

( ) Encaminhado ao setor de internação

Senha:







**EVOLUÇÃO CLÍNICA**

NOME:

REG:

CLÍNICA:

ENFERMAGEM:

LEITO:

DATA/HORA	
02/01/20	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Sinais vitais: FC=72, PA=120/80, FR=18, SpO2=98%. Ausculta pulmonar: sem alterações. Abdominal: sem alterações. Extremidades: sem alterações. Estado geral: bom.
12/01/20	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Sinais vitais: FC=72, PA=120/80, FR=18, SpO2=98%. Ausculta pulmonar: sem alterações. Abdominal: sem alterações. Extremidades: sem alterações. Estado geral: bom.
18/01/20	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Sinais vitais: FC=72, PA=120/80, FR=18, SpO2=98%. Ausculta pulmonar: sem alterações. Abdominal: sem alterações. Extremidades: sem alterações. Estado geral: bom.
19/01/20	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Sinais vitais: FC=72, PA=120/80, FR=18, SpO2=98%. Ausculta pulmonar: sem alterações. Abdominal: sem alterações. Extremidades: sem alterações. Estado geral: bom.
20/01/20	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Sinais vitais: FC=72, PA=120/80, FR=18, SpO2=98%. Ausculta pulmonar: sem alterações. Abdominal: sem alterações. Extremidades: sem alterações. Estado geral: bom.

Dr. Miguel Arraes  
CRM 17.725

Dr. Miguel Arraes  
CRM 17.725

VIDÊNCIA SIA  
16 JAN 2020  
ICOLU  
A RECIFE

Dr. Miguel Arraes  
CRM 17.725

Dr. Miguel Arraes  
CRM 17.725



### Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 59795  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 699  
Dt. Início : 27/09/2019 23:00  
Id Pré-Operatório : S822  
Id Pós-Operatório :  
Sala : 0002 SALA 02  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
VERD2-23  
Dt. Fim : 27/09/2019 23:30  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
Atendimento : 496780  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

### Procedimentos

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia:

### Equipe Médica

URGIAO 16863 FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
ANESTESISTA 22513 PEDRO FILIPE DA LUZ SIQUEIRA DE O MELLO

### Descrição

#### Descrição Cirúrgica :

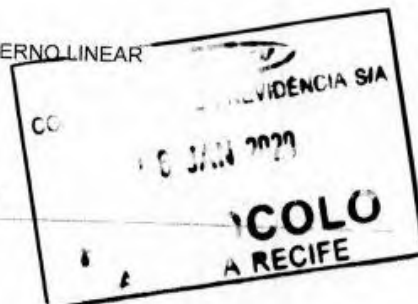
DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISARIA DE OSSOS DA PERNA DIREITA  
INTERVENÇÃO: APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR  
OPERADOR: DR FAGNER ATHAYDE  
1º AUXILIAR: GUILHERME BORBA  
ANESTESISTA: DR PEDRO  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

#### RELATO DE INTERVENÇÃO

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA DE MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
4. REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE TIBIA E APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR
5. DEBRIDAMENTO DE FLICLENAS
6. CURATIVO ESTÉRIL
7. BOA PERFUSÃO PERIFÉRICA

#### Achados Cirúrgicos:

#### Descrição Complementar



Guilherme Borba Anselmo  
Médico  
CRM-PE 27.749

DR(A) : FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
CRM : 16863

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR











# FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N  
Jaguaribe - Paulista - PE  
CEP.: 53.400 - 000

Cód. Atendimento: 499923

Usuário: ANACOS

## DADOS DO PACIENTE

Paciente: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Idade: 22a 6m 13d Sexo: M Estado Civil: SOLTEIRO Prontuário: 129722  
Profissão: R.G.: 9427539 C.P.F.: 70204821479 Data de Nascimento: 05/04/1997  
Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO CEP 53050180 - OLINDA - PE  
Origem: URGENCIA/EMERGENCIA  
Convênio: SUS - INTERNACAO  
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACAO Leito: VERD2-41  
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

## DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: R.G.: C.P.F.: 11 11 19  
Endereço: Número: Estado civil :  
Cidade:

## DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 12/10/2019 Hora da Alta: 12:00  
Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão

Condições de Alta: Bem, sem dor, sem febre.

Diagnóstico Principal.....: Fratura do osso da perna direita com deslocamento.

Diagnóstico Secundário01.:  
Diagnóstico Secundário02.:  
Tratamento.....: 12 dias de internação.

Médico e CRM:

Responsável pela retirada do paciente Assinatura e RG

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos, cirúrgicos, anestésicos, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e laboratorial que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável

CC - EVIDÊNCIA S/A  
10 JUL 2020

COLO  
RECIFE



PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 16/10/2019 11:17

Nome Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 05/04/1997  
Sexo: Masculino  
Idade: 22 anos  
Senha: 0009  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 16/10/2019 11:29 - 16/10/2019 11:34  
FERNANDA MARIA ROCHA

16/10/2019 11:29 - 16/10/2019 11:34  
FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Cor:

URGENCIA AMARELO

AMARELO

Queixa Principal:

PACIENTE VEM POR DEMANDA ESPONTANEA EM 8º DPO COM QUEIXA DE DOR EM MID,  
RELATO DE SAÍDA DE SECREÇÃO E FEBRE (T: 38º). PASSADO DE FX DE TIBIA DIREITA,  
NEGA HAS, DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA

Observação:

NEGA HAS, DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA  
FERIDAS E ABSCESSOS

Fluxograma sintoma:

- FERIDA INFECTADA COM SINAIS SISTÊMICOS  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Discriminador(es):

Especialidade:

Sinais Vitais Lidos:

- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15
- FREQUENCIA CARDIACA: 77.00 BPM
- FREQUENCIA RESPIRATORIA: 18.00 RPM
- GLICOSE: 89.00 MG/DL
- P.A. SISTOLICA: 110.00 MMHG
- P.A.DISTOLICA: 70.00 MMHG
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 100.00 %

REMOVED  
SEP 1964

HMA - Hospital Miguel Arraes

## Lesão de Pele

dim. Nec ✓

**Fernanda Borelho**  
Enfermeira  
Enfermeira

COLO  
RECIFE

Acolhido(a) por: FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 16/10/2019 11:34

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





Atendimento: 499682

Data e Hora: 16/10/2019 11:37

Senha da Classificação:

**0009**

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 05/04/1997

Idade: 22 anos

Convenio: 2

SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MC

Nome do Pai: LUIS CARLOS ANDRE DE MORAES

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL --

327

Bairro: JARDIM ATLANTICO

Cidade/UF: OLINDA

PE

Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Observação:

Nr Documento Estrangeiro:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: \_\_\_\_\_

Altura: \_\_\_\_\_

Temperatura: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

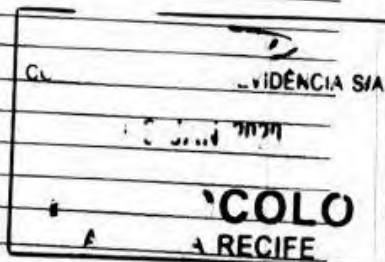
Queixa Principal

Exame Físico

Hipótese Diagnóstico

Prescrição Médica

Assinatura e Carimbo/Médico



Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

( ) Transferido: Para

( ) Encaminhado ao setor de internação

Senha: \_\_\_\_\_





**José Marcelo Xavier**  
M.E.C.O.  
CNPJ - 07.724.896/0001-00





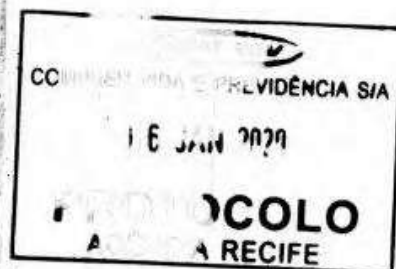








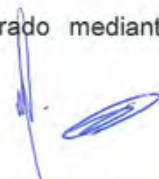




### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, inscrito na OAB/PE 16.983 e **MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileira, inscrita na OAB/PE 23.748; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA RUEDA & RUEDA ADVOGADOS**, inscrita na OAB/PE sob o número 1205, com escritório situado na Rua Condado, nº 77, Parnamirim, Recife, Pernambuco, CEP: 52.060-080 TEL: (81) 3128 6150, com endereço eletrônico: [ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br](mailto:ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br), aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante


*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*





Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

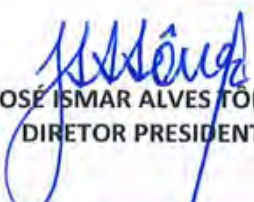
  
**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807

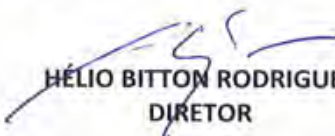


## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas</b> RUA CAPITAL	Tabellião Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5600	ADB28690 088574
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	de verdade.	Conf. por: Serventia: T. J. FLÁVIO DE CARVALHO
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
ETCP-54891 NOT. ETCP-54892 ORS		
https://www.titri.us.br/silepublico		

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
Escriventa  
3.96  
CNPJ 40062 série 09077 ME  
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

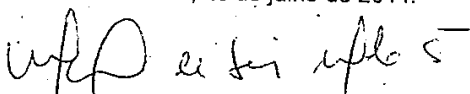
Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGÔ SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANÁ DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A;





VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

  
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS - RJ Bruno Rodrigo Balem Gaspar Escrivente 20 CAD / CGJ nº 94.04761 58 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08) Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por: _____ Em testemunho da verdade. Serventia 4 20 36% TJ+FUNDOS 1 58 Total 5 78		
Bruno Rodrigo Balem Gaspar - Aut. EAKH-87150 VAV Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>		

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS - RJ Geovani Alves Cunha Escrivente 20 CAD / CGJ nº 94.04761 58 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução original que foi apresentado. Cod: X0000010CF6C. Conf. por: _____ Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia 4 20 36% TJ+FUNDOS 1 58 Total 5 78		
Geovani Alves Cunha - Aut. EALF-10450 DAV Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>		



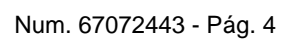
**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, ~~residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE.~~, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



**CARTÓRIO DO 17º**  
**OFÍCIO DE NOTAS**  
**Geovani Alves**  
**Cunha**  
**Escritante**  
**CRS nº 66.919**  
**Rua São José, 158 RJ**  
**M. 2053 Tel. 1.959.54**





em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



Recife, 20 de fevereiro de 2014.

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgínio, Fone: (81)3224-8865 -Rua Tomazina, nº 121  
Reconheço por SEMELHANÇA às assinaturas indicadas de SERGIO  
DE PETRIBU BIVAR e JOSÉ TUPINAMBA COELHO, a qual confere  
com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fé. Recife, 20 de  
fevereiro de 2014. Emol: RS 7.492

Em test. da verdade.

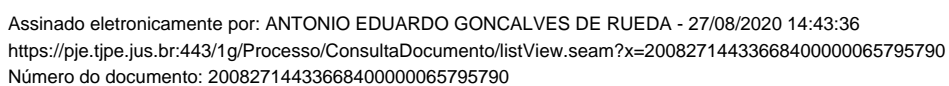
*Rosana Farias Barbosa*  
Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada  
\*\*\*Válido somente com o selo de autenticidade\*\*\* 15:58



**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



**CARTÓRIO DO 17º**  
**Geovanni Alves**  
**Cunha**  
Escrevente  
CITR 674019  
Estat. 18.00  
At 2037 12.03.2024



**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011  
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)**

**Data, hora e local:** dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar – bairro Recife Antigo – Recife / PE.

**Convocação:** anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

**Presenças:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar

Secretária: Catarina de Petribú Bivar ....

**Deliberações:** considerando que a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 – bairro Afritos - Recife – PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 – Pina – CEP 51011-220 – Recife – PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói – RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC

32



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº: 2012689/1940

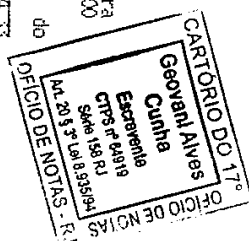
Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Forno Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro, Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800  
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
 original que foi apresentado. Doc: X00000100F62. Conf. por: \_\_\_\_\_  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 4.33  
 36% IUTUROS : 1.53  
 Total : 5.86  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EMLF-10440 ECF Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

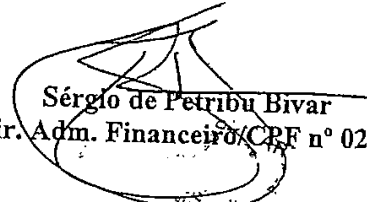


Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250 - SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF. nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Coifman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribú Bivar - Secretário / Luciano de Petribú Bivar

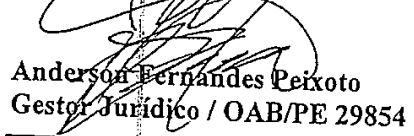
Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

  
**José Tupinambá Coelho**

**Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91**

  
**Sérgio de Petribu Bivar**

**Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41**

  
**Anderson Fernandes Peixoto**  
**Gestor Jurídico / OAB/PE 29854**

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº: 20126891940

Protocolo: 12/689194-0

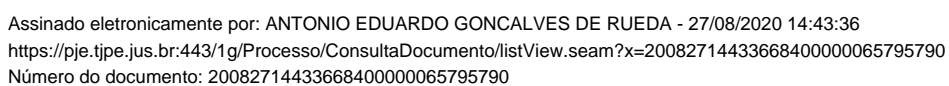
Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
**ROLDÃO ALVES PAES BARRETO**  
SECRETÁRIO GERAL



**CARTÓRIO DO 17º**  
**OFCIO DE NOTAS**

**Cartório do 17º Ofício de Notas**  
**João Vilas Boaventura Alves**  
**Cunha**  
**Boaventura**  
**tel 6498.64919**  
**CEP 5600-168 RJ**  
**6498.64919**  
**6498.64919**





[illegible]

UNIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ (MF) 70.056.536/0001-04 -  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA:** *Pravara Seabra: Submetemos a apreciação do V.Sar. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007, 2.008, 2.009, 2.010 e 2.011. Recife (PE), 25 de abril de 2012. A DIRETORIA.*

	2.011	2.010	2.009	2.008	2.007	2.006
ATIVO	5.156.398	5.412.937	4.042.471	3.856.071	2.127.991	1.931.242
CIRCULANTE	4.041.067	4.018.728	3.328.562	2.051.268	1.010.912	334.075
MOBIL CIRCULANTE	1.099.541	1.305.204	703.910	974.193	1.117.079	245.163
PASSIVO	5.156.398	5.412.937	4.042.471	3.856.071	2.127.991	1.931.242
CIRCULANTE	913.390	1.347.141	999.778	243.177	245.557	434.047
MOBIL CIRCULANTE	347.250	394.000	457.212	504.412	500.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.878.269	3.861.786	2.585.481	2.216.481	1.382.034	1.149.195

	2.011	2.010	2.009	2.008	2.007	2.006
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.023.235	1.414.020	1.532.960	963.072	432.221	191.181
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(275.838)	(222.824)	(215.206)	(105.589)	(130.092)	(147.747)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	444.072	374.789	330.368	90.850	(15.175)	19.702
RESULTADO OPERACIONAL	1.091.669	1.565.985	1.647.122	894.153	307.054	62.266
PROVISÃO PARA TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	(126.988)	(126.908)	(81.222)	(75.510)	(30.375)	(23.804)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	964.681	1.439.077	1.565.900	818.643	276.678	38.462
NÚMERO DE AÇÕES QUE COMPÕE O CAPITAL	158.870.320	158.870.320	158.870.320	158.870.320	158.870.320	158.870.320
RESULTADO POR LOTE DE M.M. AÇÕES	0,0299	0,0443	0,0540	0,1496	1,7480	0,2480

	DE DEZEMBRO				
	EXPRESSA EM REAIS				
	2.011	2.010	2.008	2.006	2.007
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	993.839	260.444	959.099	113.859	
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	37.022	(40.406)	(10.099)	(214.770)	
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(941.250)	(576.620)	(582.800)	0	
ACRESCIMO (DECRESCIMO) NO DISPONIVEL	80.611	(256.382)	-504.790	(100.910)	
DISPONIVEL NO INICIO DO EXERCICIO	45.241	40.823	35.823	120.521	
DISPONIVEL NO FINAL DO EXERCICIO	134.852	45.241	40.823	25.823	

ORIGENS	2011	2010	2009	2008	2007	2006
DAS OPERAÇÕES DE TERCEIROS					277.571	87.552
DE APLICAÇÕES					(509)	(28.078)
DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DO PERMANENTE					905.883	74.285
DE LUCROS DISTRIBUÍDOS					74.275	
DE VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					0	0
DE VARIAÇÃO NO ATIVO CIRCULANTE					(228.312)	(8.742)
DE VARIAÇÃO NO PASSIVO CIRCULANTE					(4.312)	(4.900)

	2.011	2.010	2.009	2.008	2.007	2.006
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	0	1.928.828	233.293	12.736	27.489	
AJUSTOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	18.704	(1.560)	10	
SALDO INICIAL AJUSTADO	0	0	1.928.828	231.704	27.489	
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	950.374	1.437.777	1.568.500	11.175	27.369	
CURSOS DISTRIBUÍDOS	(239.043)	(241.472)	(1.200.000)	231.099	53.101	
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	(718.931)	(1.090.305)	(1.325.928)	(43.483)	(67.120)	
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	0	0	1.928.828	232.249	12.735	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.006, 2.007, 2.008, 2.009, 2.010 E 2.011 – NOTA 1 – SUMÁRIO DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS** – As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos contábeis da Lei nº 6.402/1966 e as Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as sociedades de contabilidade. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas seguintes informações: a) Imobilizado: é registrado sob o custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/2005; b) Todos os ativos e passivos são avaliados pelo custo líquido até a data das demonstrações contábeis; c) 2005 – O capital social é composto de 158.970.330 ações nominativas sem valor nominal, sendo 127.263.604 de ações ordinárias e 31.886.866 de ações preferenciais, (Resolução (PE) 31 de dezembro de 2011); d) 2006 – 2009 – O capital social é composto de 158.970.330 ações nominativas sem valor nominal, sendo 127.263.604 de ações ordinárias e 31.886.866 de ações preferenciais, (Resolução (PE) 31 de dezembro de 2011); e) 2010 – 2011 – O capital social é composto de 158.970.330 ações nominativas sem valor nominal, sendo 127.263.604 de ações ordinárias e 31.886.866 de ações preferenciais, (Resolução (PE) 31 de dezembro de 2011).



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
 Rua do Carmo 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8800  
 Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXXXX  
 Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2014.  
 Aut. Geovani Alves Cunha  
 EALF-10444 JGP Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/site>

**CARTÓRIO DO 17º**  
**OFÍCIO DE NOTAS - RJ**  
 Geovani Alves  
 do Cunha  
 Escrevente  
 OAB RJ 254919  
 At. 20.874.448.9356-1



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRABALHO,  
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

## EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

TCA Nº 018/2012 - Compromissada Gestora - Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo Compromissada Adversita: Secretária de Administração Objeto: Portaria, em duas, para publicação informações no Portal Emprega PE. Data: 28/09/2012. ANTONIO CARLOS MARRANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRABALHO,  
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

## EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

12ª TA ao CT Nº 103/2008, Contrato - Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo Contratada: Jacob Benaim Neto. Objeto: Realizar anual contratual a partir de 16/12/2011, bem como a sucessão de propriedade do imóvel, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral do Estado de Nº 057/2012 - Processo PGE Nº 2012.02.001236. Data: 24/07/2012. ANTONIO CARLOS MARRANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRANSPORTES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SETRAAVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012.

A Comissão Especial de Licitação torna público, para o conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO, por interesse administrativo, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012-CEL. Objeto: Execução das Obras de Restauração da Rodovia PE-292, trecho: Entr. PE-275 (Albuquerque Nã) - Igarapé - Afogados de Ingazeira, com extensão de 40,27 km. A nova data para abertura de referida licitação será informada através da publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

SECRETARIA DE TURISMO DE  
PERNAMBUCO - SETUR

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

## AVISO DE ADIAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2012 - CPL/SETUR  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2012-SETUR  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ROTAS ACESSÍVEIS À PRAIA DE BOA VISTA PARA BANHO DE MAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NA CIDADE DO RECIFE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.  
Fica adiado o recebimento das propostas para 16/10/2012. O novo edital, poderá ser retido no site www.setur.pe.gov.br, ou pessoalmente na CPL, a partir de quarta-feira, 10/10/2012, no horário das 9:00 (nove) às 12:00 (doze) horas, na SETUR, informações pelo fone: (081) 31623996.  
Recife, 08 de outubro de 2012  
Mary Chã Ferraz de Castro  
Presidente da CPL - SETUR

SECRETARIA DE TURISMO,  
CNPJ Nº 08.113.327/0001-81

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio 01/2012; Concedente: Secretária de Turismo; Proponente: Departamento de Estradas de Rodagem-PE; Objeto: Repasse de recursos financeiros por destaque orçamentário objetivando a indenização para desapropriação da faixa de domínio Rodovia Via ROTA ACESSÍVEL À PRAIA de bom vizinho, bem como de terra a beneficiários as margens da Rodovia LD e LE e no sentido Tamandará e Praia dos Carneiros e indenização parcial da imóvel atingido pela obra da Rodovia PE-051 em Porto de Galinhas no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo  
Superintendente de Planejamento e Gestão

## Publicações Municipais

CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA-PE  
CONTRATO Nº 005/2012 - OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de cartuchos, lona: lona de tinta e toner para impressoras da Câmara Municipal de Petrolina, pelo período de

12 (doze) meses, conforme as especificações do Anexo III do Edital de Pregão Nº 06/2012. Empresa Contratada: REKARGA LEONARDO MARTINS PIRES INFORMATICA ME. Plano de Vigência: 12 meses. Valor R\$ 19.884,00. Data da Assinatura: 11/09/2012. Assina: Maria Elana de Alencar - Presidente da CMP/PE.

(44048)

## PREFEITURA DE VERDEJANTE

## Estrato Termo de Rescisão Contratual

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE torna público o Termo de Rescisão Amigável do Contrato Nº 018/2012, com a empresa S P PAJEU EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, que tem como objeto a execução de serviços de locação e gerenciamento de veículos, destinados ao atendimento das necessidades de rede escolar. Valor contratual R\$ 94.553,68. Fundamentação Legal: Títulos do Art. 78, XII e Art. 75, II da Lei Federal 8.666/93, Em 03 de setembro de 2012.

Lucia Pereira de Sá e Silva - Presidente CPL

(44045)

## Publicações Particulares

## MAMOABA AGRO PASTORIL S/A

## CNPJ (MF) Nº 11.026.333/0001-06

## EXTRATO DE ATA

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas cumulativamente. Data da Realização: 06/08/2012, às 10:00 (dez) horas, Local: Na sede social, sita na Av. Marques de Olinda, nº 11, Recife-PE. Compareceram: Acolitos representantes de toda a sociedade da capital social. Mesa: Presidente: José Bernardino Pereira dos Santos; Secretário: Francisco de Jesus Pinheiro, representante da acionista AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Escorial S/A. Deliberações: Por unanimidade de votos, aprovou-se o seguinte: I) Em Assembleia Geral Ordinária: a) Foi aprovado o Relatório de Administração, encaminhado do Balanço Patrimonial encontrado em 31/12/11, demonstrações financeiras correspondentes e parecer do Conselho Fiscal; b) eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) eleição dos membros do Conselho Fiscal; d) eleição dos membros do Conselho Fiscal; e) eleição dos membros do Conselho Fiscal; f) eleição dos membros do Conselho Fiscal; g) eleição dos membros do Conselho Fiscal; h) eleição dos membros do Conselho Fiscal; i) eleição dos membros do Conselho Fiscal; j) eleição dos membros do Conselho Fiscal; k) eleição dos membros do Conselho Fiscal; l) eleição dos membros do Conselho Fiscal; m) eleição dos membros do Conselho Fiscal; n) eleição dos membros do Conselho Fiscal; o) eleição dos membros do Conselho Fiscal; p) eleição dos membros do Conselho Fiscal; q) eleição dos membros do Conselho Fiscal; r) eleição dos membros do Conselho Fiscal; s) eleição dos membros do Conselho Fiscal; t) eleição dos membros do Conselho Fiscal; u) eleição dos membros do Conselho Fiscal; v) eleição dos membros do Conselho Fiscal; w) eleição dos membros do Conselho Fiscal; x) eleição dos membros do Conselho Fiscal; y) eleição dos membros do Conselho Fiscal; z) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ab) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ac) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ad) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ae) eleição dos membros do Conselho Fiscal; af) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ag) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ah) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ai) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ak) eleição dos membros do Conselho Fiscal; al) eleição dos membros do Conselho Fiscal; am) eleição dos membros do Conselho Fiscal; an) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ao) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ap) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ar) eleição dos membros do Conselho Fiscal; as) eleição dos membros do Conselho Fiscal; at) eleição dos membros do Conselho Fiscal; au) eleição dos membros do Conselho Fiscal; av) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ax) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ay) eleição dos membros do Conselho Fiscal; az) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ba) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; be) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; br) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; by) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ca) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ce) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ch) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ci) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ck) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; co) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ct) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; da) eleição dos membros do Conselho Fiscal; db) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; de) eleição dos membros do Conselho Fiscal; df) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; di) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; do) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ds) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; du) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ea) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ec) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ed) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ee) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ef) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ei) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ej) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ek) eleição dos membros do Conselho Fiscal; el) eleição dos membros do Conselho Fiscal; em) eleição dos membros do Conselho Fiscal; en) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ep) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; er) eleição dos membros do Conselho Fiscal; es) eleição dos membros do Conselho Fiscal; et) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ev) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ew) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ex) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ey) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ez) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ff) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ft) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ga) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ge) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; go) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ha) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; he) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ho) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ht) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ia) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ib) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ic) eleição dos membros do Conselho Fiscal; id) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ie) eleição dos membros do Conselho Fiscal; if) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ig) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ih) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ii) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ij) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ik) eleição dos membros do Conselho Fiscal; il) eleição dos membros do Conselho Fiscal; im) eleição dos membros do Conselho Fiscal; in) eleição dos membros do Conselho Fiscal; io) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ip) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ir) eleição dos membros do Conselho Fiscal; is) eleição dos membros do Conselho Fiscal; it) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ix) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ja) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; je) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ji) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; js) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ju) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ka) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ke) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ki) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; km) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ko) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ks) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ku) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ky) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; la) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ld) eleição dos membros do Conselho Fiscal; le) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; li) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ll) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ln) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ls) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ly) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ma) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; md) eleição dos membros do Conselho Fiscal; me) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ml) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ms) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; my) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; na) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ne) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ng) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ni) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; no) eleição dos membros do Conselho Fiscal; np) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ns) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ny) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ob) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; od) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; of) eleição dos membros do Conselho Fiscal; og) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ok) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ol) eleição dos membros do Conselho Fiscal; om) eleição dos membros do Conselho Fiscal; on) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; op) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; or) eleição dos membros do Conselho Fiscal; os) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ot) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ou) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ov) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ow) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ox) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ph) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; po) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ps) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; px) eleição dos membros do Conselho Fiscal; py) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ql) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ra) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; re) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ri) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ro) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ru) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ry) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; se) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; si) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; so) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ss) eleição dos membros do Conselho Fiscal; st) eleição dos membros do Conselho Fiscal; su) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ta) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; td) eleição dos membros do Conselho Fiscal; te) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; th) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ti) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; to) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ts) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ty) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ua) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ub) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ud) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ue) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ug) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ui) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ul) eleição dos membros do Conselho Fiscal; um) eleição dos membros do Conselho Fiscal; un) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; up) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ur) eleição dos membros do Conselho Fiscal; us) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ut) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ux) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; va) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ve) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; we) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ws) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ww) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ya) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ye) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ym) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ys) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; za) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ze) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zz) eleição dos membros do Conselho Fiscal.

(44042)

## TRAMONTINA DELTA S.A. - Recife - PE CNPJ

## 02.508.145/0001-23 - NIRE 262000128/47 - ATA DE REUNÃO

## DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Aos atos e seis dias

## da mês de setembro do ano dois mil e dois (2009/2012), às (08:00)

## horas da tarde, na sede social da Companhia, sita na Av. Barão do Bonito,

## 1110, Bairro da Vitória, em Recife, PE, reuniram-se os membros

## do Conselho de Administração de TRAMONTINA DELTA S.A.

## Aberta a reunião e dirigida pelo seu Presidente, Sr. Cláudio

## Tramontina, a secretária pelo seu Vice-Presidente, Sr. José

## Gustavo, informou o Sr. Presidente que a finalidade desta reunião

## é de submeter à Deliberação Executiva da Companhia proposta

## por Sr. Domingos Nizola, brasileiro, casado, residente na Rua

## de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente na Rua

## Domingos Paganelli, 975, Garibaldi, RS, Carteira de Identidade

## nº 5003152148 SSP/RS e CPF nº 033.381.340-53, a Sr. Rui José

## Baldassar, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial

## de bens, do comércio, residente na Av. Kyrton Sena da Silva, 998,

## apto. 501, bairro Piedade, Jaboatão dos Guararapes, PE, Carteira

## de Identidade nº 04306030-2 SSP/PA e CPF nº 277.600.900-

## 30 a celebrar junto ao Governo do Estado de Pernambuco um

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES para a implantação de um

## empreendimento industrial no Distrito Industrial Moreno, no

## qual estado previstos: Os compromissos da Empresa; Os

## compromissos do Estado; Os compromissos do município

## - Outros compromissos; Dispositivos gerais. Nada mais

## havendo a tratar, o Sr. Presidente solicitou a leitura da presente

## ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos.

## Ass: Cláudio Tramontina - Presidente; José Gustavo - Secretário;

## Felix Paiva, Eduardo Scomazzon. A presente é cópia fiel da sua

## transcrição do Livro próprio. Recife, 26 de setembro de 2012. Cláudio

## Tramontina - Presidente do Conselho de Administração, José

## Gustavo - Secretário, Junta Comercial do Estado de Pernambuco,

## Cartório de Registro em 04/10/2012, sob nº 20120682975,

## Protocolar: 12486297-5, Roldão Alves Paes Barreto - Secretário

## Geral.

(44044)

## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## CNPJ/NIF Nº 23.054.828/0001-82 - NIRE Nº 28.10001024-1 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - PORTARIA Nº 4,

## de 17/09/2012 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de competência

## delegada pelo Ministro da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no

## 36 do Decreto-Lei nº 721, de 21 de novembro de 1968, e o que consta dos Processos SUSEP Nº 15414.001002012-45, resolve: Art. 1º - Aprovar

## os, 15414.001002012-45, 15414.001002012-21 e 15414.001002012-21 e 15414.001002012-21, de outubro de 2011, 30 de dezembro

## cancelamento das assembleias gerais extraordinárias realizadas em 22 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011,

## sede na cidade de Recife - PE, conforme as deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada

## em 22 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011, 23 de setembro de 2011,

## 12 de julho de 2012, Art. 2º - Ratificar que o capital social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, no valor de R\$ 33.151,44

## representado por 4.060.084.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de

## publicação. LUCIANO PORTAL SANTANA, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO

## de 2012 - DIA, HORA E LOCAL: Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dois, às 10h00min, na sede social da Companhia

## Av. Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife - PE, QUORUM: Acionistas representando 99,60% do CA

## dos dias 29, 30 de junho e 01 de julho de 2012 e "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" edições dos dias 29, 30 de junho e 03 de

## julho de 2012, em razão do que foi legalmente instalada a Assembleia. MESA: Presidente: Luciano Cadeas Bivar / Secretário: Sérgio de

## Bivar. ORDEM DO DIA: 1. Cancelamento das Assembleias Gerais Extraordinárias de: a) 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social; b) 23/09/2011 - Aumento do Capital Social em R\$ 1.000.000,00; c) 23/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social; d) 23/09/2011 - Aumento do Capital Social em R\$ 1.000.000,00; e) 23/09/2011 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 e 23/09/2011; f) 23/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.000.000,

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fimio Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9200  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100567. Conf. por  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10445 SUH Consulte em <https://www3.tirijus.br/site/>  
CARTÓRIO DO 17º  
Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
C.Tax. 64918  
M. 21.871.683/94  
OFÍCIO DE NOTAS - RJ



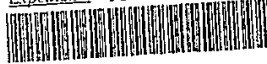
PROTOCOLO



SUSEP

Superintendência de Seguros Privados

Expediente 10-004198/2011



**EXCELSIOR  
SEGUROS**



**Formulário de Abertura de Processo Administrativo – SUSEP**

**Nome da Empresa:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**Código:** 0569-0

**Assunto:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Aumento de Capital Social         | <input type="checkbox"/> Redução de Capital Social        |
| <input type="checkbox"/> Cisão, Fusão ou Incorporação      | <input type="checkbox"/> Reforma do Estatuto Social       |
| <input type="checkbox"/> Constituição de Sociedade         | <input type="checkbox"/> Transferência de Carteira        |
| <input type="checkbox"/> Consulta                          | <input type="checkbox"/> Transferência Controle Acionário |
| <input type="checkbox"/> Desinvestidura de Administradores | <input type="checkbox"/> Transformação em S/A             |
| <input type="checkbox"/> Investidura de Administradores    | <input type="checkbox"/>                                  |
| <input type="checkbox"/> Reavaliação de imóveis            |   |

**Outros dados:**

**Data:** 30/03/2011

- ☐ AGC - Assembléia Geral de Constituição
- ☐ **AGO - Assembléia Geral Ordinária**
- ☐ AGO/E - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária
- ☐ AGE - Assembléia Geral Extraordinária
- ☐ RCD - Reunião de Conselho Deliberativo
- ☐ RCA - Reunião de Conselho Administrativo
- ☐ RD - Reunião de Diretoria
- ☐ Outros (especificar)

**Observações:**

**Local e Data:**

Recife (PE), 30 de março de 2011

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

Sergio de Petribu Bívar  
Diretor Administrativo/Financeiro  
SUSEP

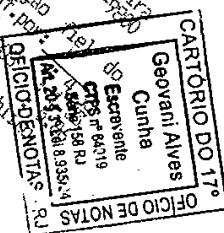
Raphael  
29 ABR 2011

AGO 30.03.11 - formulário de abertura do processo.doc

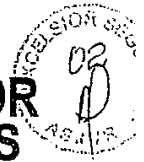
PROTOCOLO <sup>Página 1 de 1</sup>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Campo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9880  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
original que foi apresentada. Cód: XXXXX100F09. Conf. pp.  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10446 (RJ) Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepub>







À  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**

**Interessado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

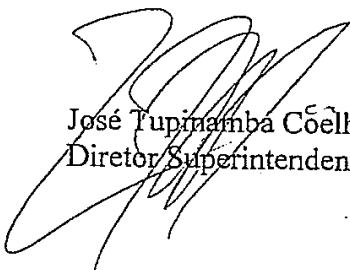
**Assunto: AGO de 30 de março de 2011**

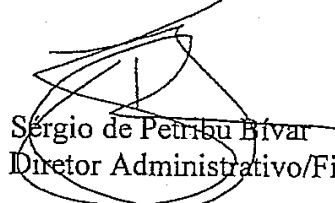
**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92; NIRE 26.30001024-1, com sede na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro do Recife – Recife PE, vem, por seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a homologação das deliberações aprovadas na **Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011:**

1. Investidura dos Administradores com a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014.
2. Ratificação das atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP, conforme legislação em vigor.
3. Fixação da remuneração dos Administradores.
4. Delimitação da área de atuação da Seguradora.

Recife (PE), 30 de março de 2011

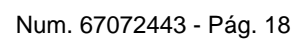
**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

  
José Tupinamba Côelho  
Diretor Superintendente

  
Sérgio de Penha Bivar  
Diretor Administrativo/Financeiro



**Geovani Alves Cunha**  
Escrivente  
CIPPS nº 84.910  
Sala 155 RJ  
Art. 2º § 3º Lei 8.335/94





**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2011**

**Dia, Hora e Local:** Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

**Quorum:** Acionistas representando 99,59% do Capital, conforme assinaturas no Livro próprio.

**Publicações:** Convocação por Edital publicado nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 19, 23 e 25 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 21, 23 e 25 de março de 2011, após a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 12, 15 e 16 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 14, 16 e 18 de março de 2011.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar  
Secretária: Tatiana Tavares de Campos

**Ordem do dia:**

1. Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
2. Destinação dos resultados do exercício.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
4. Atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP.
5. Fixação da verba mensal global para a remuneração dos administradores.
6. Delimitação da área de atuação da Seguradora.
7. Outros assuntos de interesse social.

**Deliberações:** Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes à Assembléia os administradores da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei:

1. Pediu a palavra o Diretor Presidente, Dr. Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, para informar aos Srs. Acionistas que, considerando as mudanças significativas na implantação do novo Sistema, o que veio a prejudicar o cumprimento do cronograma de publicação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tais documentos não foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Folha



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 21-2507-2123  
 Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentada. Cod: XXXXXX100764. Conf. por:  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
 Geovana Alves Rocha - Art.  
 EALF-10442 SXL Consulta em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º	
Geovani Alves	OFÍCIO DE NOTAS - RJ
Cunha	
Escrevente	
CPF nº 84919	
Selo 158 RJ	
12/08/2014 20:53	
Leilão 835584	

1  
 5.8



de Pernambuco" até a presente data, reafirmando que, em nenhum momento, se houve a EXCELSIOR SEGUROS com negligência ou má-fé, reiterando que a empresa está passando por transtornos relacionados exclusivamente à implantação de novo Sistema, tendo em vista os contratempos gerados pela migração de dados, conforme já amplamente acompanhado pela fiscalização da SUSEP. Desta forma, considerando que, embora estejam os ajustes próximos do seu enquadramento, o prazo legal para publicação já se esgotou, o que comprova o caráter excepcional do seu pedido, requerendo o Sr. Diretor Presidente submissão da aprovação das contas do exercício à sua publicação, tão logo ocorra. Por unanimidade dos acionistas presentes, deliberou a Assembléia prorrogar a aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 *ad referendum* de Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada logo após a efetivação das publicações legais.

2. Tendo em vista o acima exposto, deliberou esta Assembléia que a destinação dos resultados do exercício também fica submetida à apreciação da AGE a ser convocada para a aprovação das contas do exercício passado.

3. Procedeu-se à **reeleição dos membros do Conselho de Administração**, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2014, tendo sido reeleitos os seguintes Conselheiros: **I) Presidente, Luciano Caldas Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 557.970 – SSP/PE, CPF nº 018.189.614-15, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **II) Catarina de Petribu Bivar**, brasileira, casada, empresária, RG nº 525.146 – SSP/PE, CPF nº 001.066.314-20, residente e domiciliada à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **III) Luciano de Petribu Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.127.130 – SSP/PE, CPF nº 024.650.494-37, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1501 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE. Os Conselheiros permanecerão em suas funções até que os nomes dos Conselheiros que forem eleitos em 2014 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Conselheiros eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 136/2005 e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

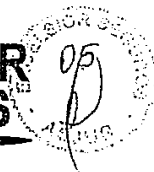
4. Deliberaram os senhores acionistas ratificar as atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, como segue: **Diretor Presidente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia;



17o OFICIO DE NOTAS - Taboão do Carlos Alberto  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do  
original que foi apresentado. Cod. 201.000.000  
Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2010.  
Geovani Alves Lima - Aut.  
EALF-10443 DIA Consultoria em https://www3  
OFICIO DE NOTAS  
Taboão do Carlos Alberto  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Cod. 201.000.000  
10 de Agosto de 2010  
Geovani Alves Lima - Aut.  
EALF-10443 DIA Consultoria em https://www3







**Diretor Administrativo-Financeiro** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005.

5. Mantido o montante global mensal da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser distribuído em Reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Art. 7º do Estatuto Social.

6. Cumprindo entendimento da SUSEP de que a área de atuação da Seguradora deverá ser delimitada em Assembléia Geral, a fim de que estejam claros os parâmetros de capital mínimo e taxa de fiscalização exigidos por aquela Autarquia, ratificar que a Companhia opera com Seguros de Danos e Seguros de Pessoas em todas as Regiões.

7. Nenhum outro assunto de interesse da sociedade foi tratado na presente Assembléia.

Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação.

**Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

**Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembléia, referidos nesta ata.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembléia Geral Ordinária, lavrando-se no Livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

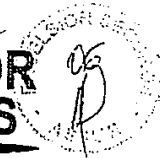
**Assinaturas:** Presidente da Mesa: Luciano Caldas Bivar; Secretária da Mesa: Tatiana Tavares de Campos; Acionistas: Luciano Caldas Bivar, Tatiana Tavares de Campos, Catarina de Petribu Bivar, Luciano de Petribu Bivar, Gerencial Brasitex Serviços Técnicos S/A, Brasifactor Fomento



17º OFÍCIO DE NOTAS - Centro Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel do  
original que foi apresentado. Cod: XXXXX  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.  
Leovand Alves Cunha  
EALF-10437 Rm Condição em https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082714433668400000065795790

OFÍCIO DE NOTAS  
Tabelião  
Gestor  
Cunha  
Eduardo  
CPF nº 64315  
Sendo 158 RJ  
M 203 9 Lei 8.932/07



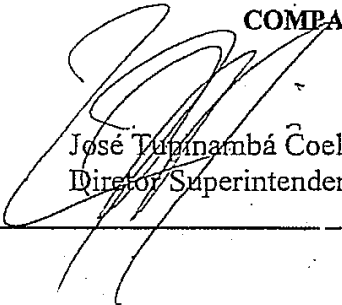


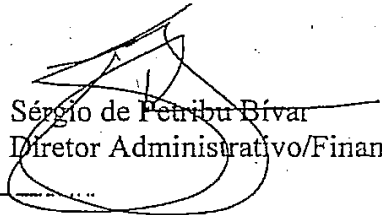
Comercial Ltda. e Brasipar Participações S/A, representadas neste ato por seu Administrador Luciano Caldas Bivar.

**Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro próprio e que são autênticas, no mesmo Livro, as assinaturas neles apostas.

Recife (PE), 30 de março de 2011

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Sérgio de Petribu Bivar  
Diretor Administrativo/Financeiro



17o OFICIO DE NOTAS - Jabeliao Carlos Alberto Fim... Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 917-7800  
Certifico e dou fe que a presente copia é  
original que foi apresentado. Cod: X0000  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EPLF-10439 OAW Consulte em <https://www3.tjrj>



# COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

## ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 35 / 2011

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Art. 1º -** A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

**Art. 3º -** A Companhia tem por objeto:  
a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;  
b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

**Art. 4º -** O prazo de sua duração será indeterminado.

### CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

**Art. 5º -** O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembléia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

**§ 1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembléias.

**§ 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembléias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

**§ 3º -** A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do original que foi apresentado. Cod: X01000106  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2017.  
bezzani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10439 (OT) Consulte em https://

OFÍCIO DE NOTAS  
Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel: 2107-9600  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do original que foi apresentado. Cod: X01000106  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2017.  
bezzani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10439 (OT) Consulte em https://

OFÍCIO DE NOTAS  
Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel: 2107-9600  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do original que foi apresentado. Cod: X01000106  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2017.  
bezzani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10439 (OT) Consulte em https://



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º -** A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Art. 7º -** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

**Art. 8º -** Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante afixação de termo de posse no livro de registro do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

#### **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 9º -** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Assembléia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.


**Art. 10 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

**Art. 11 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembléia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembléia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembléia Geral.

**Art. 12 -** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

**Parágrafo Único -** Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10





17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira  
Rua do Carmo 45 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cost: 40000010558. Contr: 10558  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.  
Geovani Alves Cunha - Art.  
EALF-10433 Del. Consulta em <https://www3.tjri.br/sistema>  
CARLOS ALBERTO FIGUEIRA OLIVEIRA  
Escritório  
CTPS nº 64919  
São 156 RJ  
M. 20.5 LA B.93584  
OFICIO DE NOTAS



**Art. 13 -** O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

**Art. 14 -** Compete ao Conselho de Administração:

- I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II -** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III -** estabelecer os limites operacionais de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV -** examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V -** estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI -** convocar a Assembléia Geral;
- VII -** manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII -** escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX -** autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X -** aprovar o Regimento Interno;
- XI -** declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII -** deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII -** deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV -** vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV -** aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI -** decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII -** submeter à Assembléia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII -** decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX -** deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX -** distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembléia Geral;
- XXI -** fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII -** criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII -** exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

**Art. 15 -** Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 3 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fermo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cod: X0000010050. Cont. por:  
Rio de Janeiro, de agosto de 2014. Serventia  
33% TJ+FUNDS  
Total  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10434 LSP Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sistema>

OFÍCIO DO DU 1º  
Geovani Alves  
Cunha  
Escrivão  
CPF nº 64019  
5446 158 RJ  
M 2013 1º Lei 8.535/84  
OFÍCIO DE NOTAS - 1



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

**Art. 16 -** A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

**Parágrafo Único -** O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

### SEÇÃO III - DA DIRETORIA

**Art. 17 -** A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

**Art. 18 -** O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

**Art. 19 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

**Art. 20 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

**Art. 21 -** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

**Art. 22 -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

**Art. 23 -** A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

**Art. 24 -** Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;

II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;

III - criar e extinguir dependências;

IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Página 4 de 10



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9880  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
original que foi apresentado. Cod. XXXXXXX100750. Cont. Per. Tia  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10435 DZ Consultar em <https://www3.tjri.jus.br>  
Total 32. Td-UNB  
Escritório  
CNPJ 07.43918  
0806 158 RJ  
M 083 7 16 8.9594  
OFICIO DE NOTAS - I



**Art. 25 -** Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

**Art. 26 -** São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

**Diretor Presidente**, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) ~~cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas~~ estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

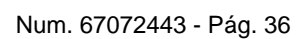
**Diretor Superintendente**, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 5 de 10



Geovani Alves  
Cunha  
Estatante  
CPF nº 64919  
São José RJ  
Município nº 161 e 33504





c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

**Diretor de Relações com a SUSEP**, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

**Diretor Administrativo-Financeiro**, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

**Diretor Técnico**, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

**Diretor Comercial**, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

**Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade**, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos**, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

**Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998**, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes**, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 8 de 10



Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9222  
 Certificado e dou. de que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100734. Conf. por:   
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.   
 367.104410065   
 Total   
 Geovani Alves Cunha - Aut.   
 EMF-10432 Rio de Janeiro em <https://www3.tjrr.jus.br/sitepubl>

OFÍCIO DE NOTAS - F  
 do Escrivão  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 CPF nº 64919  
 1.53.846.158 RJ  
 1.53.846.158 RJ  
 1.53.846.158 RJ



**Art. 27 -** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

**§ 1º -** Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

**§ 2º -** A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

**§ 3º -** Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

**§ 4º -** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

**§ 5º -** O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

**§ 6º -** Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

**Art. 28 -** Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

**Art. 29 -** A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

**Art. 30 -** Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

**Parágrafo Único -** Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

**Art. 31 -** A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.

Página 7 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9300  
 Certificado e do fe que a presente cópia é a reprodução fiel  
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100F52. Conf. por: : 4.33  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 1.33  
 Total : 5.86  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EALF-10424 (X) Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CTPS nº 44919  
 Selo 158 RJ  
 M. 2017 nº 146.833/94  
 OFÍCIO DE NOTAS - R.



§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32 -** O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembléia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

**Parágrafo Único -** Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 33 -** A Assembléia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembléia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

**Art. 34 -** Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

#### **CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**Art. 35 -** O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 36 -** Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:  
a) os eventuais prejuízos acumulados;

Página 8 de 10



1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Diversa  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentada. Data: 20/08/2020. Cont. por: Fiel  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2020.  
Geovani Alves Cunha T.º 193. Total 367. 13HFNMS  
EALF-10429 LID Consult. em <http://www3.tjrj.jus.br/sitepdl>

OFÍCIO DO 1º  
Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
CPS nº 4419  
Rua 128 RJ  
M. 203 Tel 8.83994  
OFÍCIO DE NOTAS



- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

**Parágrafo Único** - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**Art. 37** - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

**§ 1º** - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

**§ 2º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

**Art. 38** - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembléia Geral determinar.

**Art. 39** - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

**Art. 40** - A Assembléia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

## **CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Art. 41** - A Companhia, sua Assembléia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

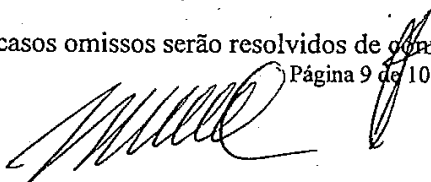
## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42** - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembléia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

**Art. 43** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Art. 44** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10





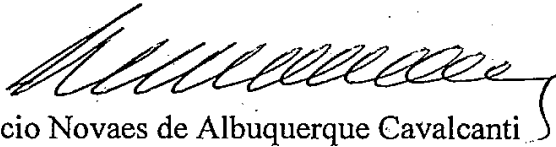
17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel da  
Original que foi autenticada em 12 de agosto de 2014.  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Aves  
EALF-10430 HDR Consultoria em http://www3.tjrj.jus.br/sistema  
Total 327,74 R\$  
327,74 R\$  
Geovani Aves  
Escritório  
CPF nº 6.918  
São 158 RJ  
M 20 \$ 3º Lei 8.935/94  
OFICIO DE NOTAS - RJ



Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Anderson Pereira - OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011  
SOB Nº: 20112015204  
Protocolo: 11/201520-4  
Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETARIO-GERAL





CONTESTAÇÃO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001**

**(Processo Eletrônico)**

**PARTE AUTORA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

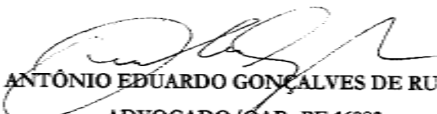
**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**

**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 16.983, vem, perante Vossa Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe, mediante juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE sob o nº 16.983, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

Recife/PE, 21 de Agosto de 2020.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 7ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

(Processo eletrônico)

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife – PE, CEP. 50030-000, com endereço eletrônico desconhecido E **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-205, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações [citacao.intimacao@seguradoralider.com.br](mailto:citacao.intimacao@seguradoralider.com.br), pelos motivos de fato e direito que narra a seguir nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, com arrimo no art. 335 e seguintes do NCPC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, esclarecendo, nos termos e para os fins do art. 334 do novo Código que, antes da conclusão da prova pericial, não tem interesse na composição consensual da lide.

Outrossim, requer a V. Exa., com espeque no art. 272, §§ 1º e 2º, do NCPC, que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas exclusivamente em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, com escritório no endereço-na Estrada do Encanamento nº 846 – 14º ao 17º andar, Casa Forte, Recife-PE, CEP Nº 52.171-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.829.483/0001-95 e devidamente registrada perante a OAB-PE sob o nº 1205.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

---



Alega a parte autora, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **24/09/2019**, o qual teria acarretado sua invalidez permanente em virtude de lesão sofrida.

Aduz ainda que, de posse de toda documentação necessária, procedeu com o aviso de sinistro no objetivo de receber o valor referente à indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, vindo a seguradora, após a análise da documentação apresentada, a efetuar o pagamento da verba indenizatória no importe total de **R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, montante correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente apresentado pela parte Autora.

Todavia, irressignada com a quantia que lhe fora assegurada, ingressou na via judicial, pleiteando a complementação da indenização securitária, por entender ser devida.

Eis a síntese da peça de átrio que passa a ser combatida pela parte ré nos tópicos seguintes.

## II| DA REALIDADE DOS FATOS

---

Importante salientar que não foi anexada a cópia do **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA** aos autos, Assim, em atenção aos **Arts. 319, 320 e 321 do NCPC**, que dispõem sobre a necessidade da parte autora apresentar provas pertinentes para demonstrar a verdade dos fatos alegados, documentos estes indispensáveis à propositura da ação, rogamos pela **intimação da parte Autora para que sane as ausências das cópias apresentadas, juntando assim COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE SUA TITULARIDADE, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.**

Alega a parte autora, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente de trânsito, o qual teria ocasionado sua invalidez permanente, motivo pelo qual ajuizou a presente demanda visando o recebimento de indenização securitária consubstanciada no Seguro Obrigatório DPVAT.

Ocorre que, conforme antecipado pela própria Parte Autora, após o aviso do sinistro e a sua devida regulação, fora realizado pagamento da





indenização devida, em esfera administrativa, com base na lesão apurada a partir da documentação apresentada pela Parte demandante.

Após parecer técnico administrativo, apurou-se que a invalidez da Parte Autora, em que pese ser permanente, é apenas parcial. Desta feita, houve pagamento administrativo de acordo com o grau da lesão sofrida pela parte demandada.

Conforme se pode observar da documentação médica colacionada aos autos, a parte demandante foi diagnosticada com **fratura diafisária de tíbia direita**:

**RX: FRATURA DIAFISÁRIA DE OSSOS DA PERNA DIREITA**

DADOS DO SINISTRO		
Número: 3200044171	Cidade: Olinda	Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES	Data do acidente: 24/09/2019	Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA		
Data da análise: 29/01/2020		
Valoração do IML: 0		
Perícia médica: Não		
Diagnóstico: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.		
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15) ALTA MÉDICA.		
Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.		
Sequelas: Com sequela		

Uma vez diagnosticada, NA VIA ADMINISTRATIVA, que a lesão sofrida pela parte autora correspondente a um percentual de 25% ( vinte e cinco por cento) para perda funcional completa de um dos membros inferiores, tem-se que o valor da indenização securitária é R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
		<b>Total</b>	<b>17,5 %</b>	<b>R\$ 2.362,50</b>

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	<b>R\$ 2.362,50</b>	R\$ 945,00



Por outro lado, impende destacar que a Parte Autora não colacionou aos autos o laudo do IML, documento imprescindível para propositura da ação. Ora, a legislação aplicável é clara no sentido de que se faz necessário o laudo do Instituto Médico Legal - IML da jurisdição do acidente, devendo este quantificar as lesões apresentadas.

**Ora, Excelência! Mesmo já indenizada, a parte autora provoca este MM juízo pleiteando o complemento da indenização securitária, o que, de fato, não faz jus, uma vez que já recebeu a quantia correta, conforme será demonstrado em tópico oportuno.**

## BANCO DO BRASIL

### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	19/02/2020
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04739

CONTA: 000000004549-8

---

Nr. da Autenticação 2B6905F22A6C9065

**É importante ressaltar que esta Seguradora Ré procedeu ao pagamento administrativo de valor correspondente à lesão suportada pelo demandante, de acordo com a legislação especial que trata do seguro obrigatório, tendo procedido ao pagamento correspondente ao grau da lesão constante da tabela contida na Lei 11.945/09, não havendo razão ou fundamento jurídico que permita que a demandante receba uma indenização no valor máximo, razão pela qual a presente demanda deverá ser julgada improcedente.**

---



### III|DAS PRELIMINARES

---

#### III.1| DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO DA LIDE - INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. NA DEMANDA

---

Apesar da demanda ter sido direcionada a **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, é mister destacar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.** está apta a representá-la no presente feito, conforme razões exibidas adiante.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, através da sua Resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, determinou a constituição de dois Consórcios específicos a serem administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder. Para atender a essa exigência, foi criada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou simplesmente Seguradora Líder - DPVAT, através da **Portaria nº 2.797/07**, publicada em 07 de dezembro de 2007, cujo trecho segue a seguir transcrito:

*“Art. 1º Conceder à **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.*

*Art. 2º Ratificar que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º da Resolução CNSP N° 154, de 8 de dezembro de 2006.”*

Nota-se, do dispositivo supratranscrito, ser a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. a entidade condutora no que tange a gestão das coberturas estabelecidas na Lei 6.194/74.

As seguradoras consorciadas permanecem responsáveis pela garantia das indenizações, prestando, também, atendimento a eventuais dúvidas e reclamações da sociedade. Contudo, a Seguradora Líder - DPVAT passou a



representá-las nas esferas administrativa e judicial das operações de seguro, o que resulta em mais unidade e responsabilidade na centralização de ações.

Feitos os devidos esclarecimentos, de logo se observa que a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, tem poderes de representação de todas as seguradoras envolvidas no consórcio.

Por isto, requer o acolhimento da presente preliminar, excluindo a **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**. da lide, inserindo a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ n. 09.248.608/0001-4, com sede na Rua Senador Dantas, 74 - 5º. Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ) no polo passivo da demanda.

Alternativamente, caso não entenda este r. Juízo pela alteração do polo passivo, requer a inclusão da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.** para integrar a lide na qualidade de litisconsorte passiva.

### III.2 | DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

---

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

*§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."*



Ademais, tal exigência também é prevista na RESOLUÇÃO CNSP N° 273 de 2012, que consolidou as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – Seguro DPVAT, conforme dispões o art. 21, inciso I e suas respectivas alíneas:

“Art. 21 Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário deverá apresentar a seguinte documentação:

**II - indenização por invalidez permanente:**

a) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da tabela constante do anexo da Lei n° 6.196, de 1974.”

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

*A Lei n° 11.945/2009, que alterou o art. 3° da Lei n° 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível n° 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).*

**PROCESSO CIVIL.DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. NECESSIDADE DE LAUDO DO IML. APELAÇÃO IMPROVIDA.**  
*1.Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3.Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4.Apelação improvida. 5.Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator:*



Sendo assim, verifica-se que a parte autora carece da ação, haja vista que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Por todo o exposto, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, em conformidade ao **artigo 319, inciso VI e 320, do Novo Código de Processo Civil**, os quais determinam que compete à parte autora instruir a petição inicial, com provas indispensáveis para comprovar suas alegações.

Ademais, aplicando o art. 321, poderá a parte autora ser intimada a sanear o feito, todavia, caso não haja cumprimento, aplicar-se-á o parágrafo único do citado artigo, de modo a indeferir a pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

### **III.3 | FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA**

---

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida à baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.



Como bem restou comprovado nos autos, a parte autora já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente, conforme MEGADATA em anexo.

Ainda, há de se ressaltar que a parte autora, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da Seguradora Ré.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

*“Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.”*

*“Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.”*

**Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”**  
(Grifos nosso)

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz<sup>1</sup> que “(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação”, e que “tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes”. Indo mais além, afirma que mesmo que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstancias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante

<sup>1</sup> Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.





depósito bancário feito pelo devedor em conta-corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago”.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa<sup>2</sup>, que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado. Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2, DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).*

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando a parte autora nenhum direito creditório em face da Seguradora Ré, motivo pelo qual roga a esse MM Juízo que julgue o presente feito extinto, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no art. 485, VI, NCPC/2015.

#### IV|DO MÉRITO

---

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

---

<sup>2</sup>Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.



Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

#### IV. 1 | DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO

---

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, “b”, e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:

***“(...) I – Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...).”***

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a **Súmula 474**:

***“A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”***



Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.

Para embasar seu pedido a parte autora sustenta que sua pretensão encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74, a qual prevê a indenização no valor de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente, devendo-se observar que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa (100%) e incompleta (10, 25, 50 e 75%).

É o que se vê:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao*



valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)*

**Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.**

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo **STJ** em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

**“Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.”**

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito



autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.

Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

#### **IV. 2 | EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA**

---

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

**Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme se pode inferir do MEGADATA apresentado no início dessa peça.**

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria Parte Autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.



Sucede que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 17º e 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil de 2015.

#### IV. 3 | DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA

---

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

**Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.**

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.



#### IV. 4 | DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

---

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 240 da Nova Lei Processual Civil vigente de 2015, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

***“Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.”***

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

***“Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”***

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Súmula 580 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso, senão vejamos:

***“Súmula 580 - A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/1974, redação dada pela Lei 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”***

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o que verdadeiramente não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do evento danoso, tendo em vista o esposado na Súmula 580 do STJ, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

#### IV. 5 | DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

---





Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

[...]

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

**I - o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:



**"Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas".**

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja proporcionalmente distribuído, conforme supracitado.

#### **V|REQUERIMENTOS FINAIS**

---

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) **Determinar o depoimento pessoal da Parte Autora<sup>3</sup>**, com a intenção de esclarecer sobre a verdade dos fatos alegados à exordial;
- b) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação – Laudo IML, com base no art. 320, art. 321 c/c Art. 485, inc I do NCPC/2015;
- c) Que a parte autora seja intimada para juntar ao processo cópia legível do seu comprovante de residência no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo;
- d) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Seguradora Ré, com a consequente substituição da Seguradora Ré pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, ou, alternativamente, requer a inclusão desta última no polo passivo;
- e) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, diante da ausência de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demanda;

---

<sup>3</sup>Art. 385 do NCPC: Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.



Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma administrativa - de **R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**;
- b) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- c) Caso assim não entenda este MM. Juízo, pela improcedência de plano do pleito autoral, requer seja determinada a produção de prova pericial, nos termos da legislação aplicável, a fim de comprovar a proporcionalidade da invalidez alegada pela Parte Autora, uma vez que a Seguradora Ré já cumpriu integralmente sua obrigação quando do pagamento administrativo;
- d) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- e) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da



data de citação, e a correção monetária a partir do evento danoso, em conformidade com a súmula 580 do STJ;

- f) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 86, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuídos.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

**Por oportuno, fundamental destacar que está sendo protocolada junto a esta defesa cópia do processo administrativo.**

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 425 inciso VI do Novo Código de Processo Civil de 2015.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 86 do NCPC.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.  
Recife/PE, 26 de agosto de 2020.

  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



**ANEXO II**

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS</b>	<b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDUAL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	19/02/2020
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	2.362,50
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04739

CONTA: 000000004549-8

---

---

Nr. da Autenticação 2B6905F22A6C9065







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Autorização de pagamento</b>	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto de todos os campos dos Dados Cadastrais, sem abreviações e/ou rasuras, confirmando as informações bancárias de titularidade da própria vítima/beneficiário, pois o banco recusou a realização do depósito da indenização/reembolso na conta bancária inicialmente informada.
<b>Comprovante de residência</b>	Apresentar a cópia simples do comprovante de residência da vítima, pois não foi entregue.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 01729/01730 - carta\_03 - INVALIDEZ

00040865



Carta nº 15327447





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15327760





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: VÍTIMA EM TRATAMENTO

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Devido a lesão não estar consolidada, não é possível, no momento, caracterizar a invalidez permanente pleiteada.

Assim, após finalizado o tratamento médico/hospitalar e se verificada a existência de invalidez permanente, a vítima deverá apresentar os respectivos documentos médicos, tais como os listados a seguir:

- Boletim médico/hospitalar, com a ficha da evolução médica e a alta médica hospitalar;
- Relatório do tratamento médico realizado na internação e/ou no atendimento ambulatorial;
- Laudos de exames, caso realizados no tratamento, tais como: Raio X, tomografia, ressonância magnética e de controle pós procedimento cirúrgico ou tratamento conservador ambulatorial, com a identificação do paciente e data de realização.

Em caso de cirurgia anexar: os relatórios médicos hospitalares com os procedimentos adotados e materiais usados, folha de anestesia, folhas de evolução médica e sumário de alta.

Informamos que é direito do paciente solicitar e receber, sem custos, os documentos do tratamento médico realizado nos hospitais públicos ou particulares, em internação ou tratamento ambulatorial.

Esclarecemos, por fim, que os documentos emitidos por enfermagem ou outros profissionais da área de saúde devem estar, necessariamente, acompanhados pela respectiva evolução/solicitação médica.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00037/00038 - carta\_07 - INVALIDEZ

00070019



Carta nº 15366269





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200044171

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15427103





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200044171

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Data do Acidente: 24/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Comunicamos que o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido do Seguro DPVAT foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais e sua contagem será reiniciada imediatamente após a conclusão das verificações para esclarecimentos dos fatos. Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder-DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01599/01600 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 15450285





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3200044171**

**Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

**Data do Acidente: 24/09/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **104**

Agência: **000004739**

Conta: **00000004549-8**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200004453 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 14/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA(P.11)  
INFECÇÃO/ABCESSO EM PERNA DIREITA(P.4)

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO- FIXADOR EXTERNO/ OSTEOSsíntese COM HASTE E PARAFUSOS (P.5,13,14,22)

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Em tratamento

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** CONFORME DOCUMENTO MÉDICO(PÁGINA 6), COM DATA DE 07/11/2019 EMITIDA PELO DR.CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA CRM 14313, NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.  
CONCLUINDO-SE POR VÍTIMA EM TRATAMENTO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200044171 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 29/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15)  
ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200044171 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 30/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO(DEBRIDAMENTO/FIXADOR EXTERNO /HASTE INTRAMEDULAR P.14,15)  
ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:**

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3200004453 **Cidade:** Olinda **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES **Data do acidente:** 24/09/2019 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 14/01/2020

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA(P.11)  
INFECÇÃO/ABCESSO EM PERNA DIREITA(P.4)

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO- FIXADOR EXTERNO/ OSTEOSsíntese COM HASTE E PARAFUSOS (P.5,13,14,22)

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Em tratamento

**Documento/Motivo:**

**Nome do documento  
faltante:**

**Apontamento do Laudo  
do IML:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** CONFORME DOCUMENTO MÉDICO(PÁGINA 6), COM DATA DE 07/11/2019 EMITIDA PELO DR.CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA CRM 14313, NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.  
CONCLUINDO-SE POR VÍTIMA EM TRATAMENTO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0004020/20

Número do Sinistro: 3200004453

Vítima: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

CPF: 702.048.214-79

Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

Data do acidente: 24/09/2019

Titular do CPF: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

CPF de: Próprio

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento

Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 13/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 13/01/2020  
Nome: JONATAN BARBOSA DE BARROS  
CPF: 703.787.774-32

JONATAN BARBOSA DE BARROS



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0037042/20

**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**CPF:** 702.048.214-79

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 24/09/2019

**Titular do CPF:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/01/2020  
Nome: JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA  
CPF: 117.852.524-45

\_\_\_\_\_  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

\_\_\_\_\_  
JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0004020/20

**Vítima:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**CPF:** 702.048.214-79

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 24/09/2019

**Titular do CPF:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES : 702.048.214-79**

Autorização de pagamento

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/01/2020  
Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
CPF: 702.048.214-79

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/01/2020  
Nome: JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA  
CPF: 117.852.524-45

\_\_\_\_\_  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

\_\_\_\_\_  
JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA









## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

4 - Nome completo da vítima:

70204821479 LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

6 - CPF:

LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES 70204821479

7 - Profissão:

8 - Endereço:

9 - Número:

10 - Complemento:

AUTONOMO RUA PEDRO ALVARO GABRAL 332 CASA

11 - Bairro:

12 - Cidade:

13 - Estado:

14 - CEP:

JARDIM ATLANTICO OLINDA PE 53140-290

15 - E-mail:

5198825-4513

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR  
☐ SEM RENDA

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00  
☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

4739

CONTA:

004549

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

• Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado Judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim ☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim ☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (ou nascidos):

☐ Sim ☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim ☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

CO - INVALIDEZ S/A

16 JAN 2020  
Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

COLO

A RECIFE

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Olinda - 15-12-2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

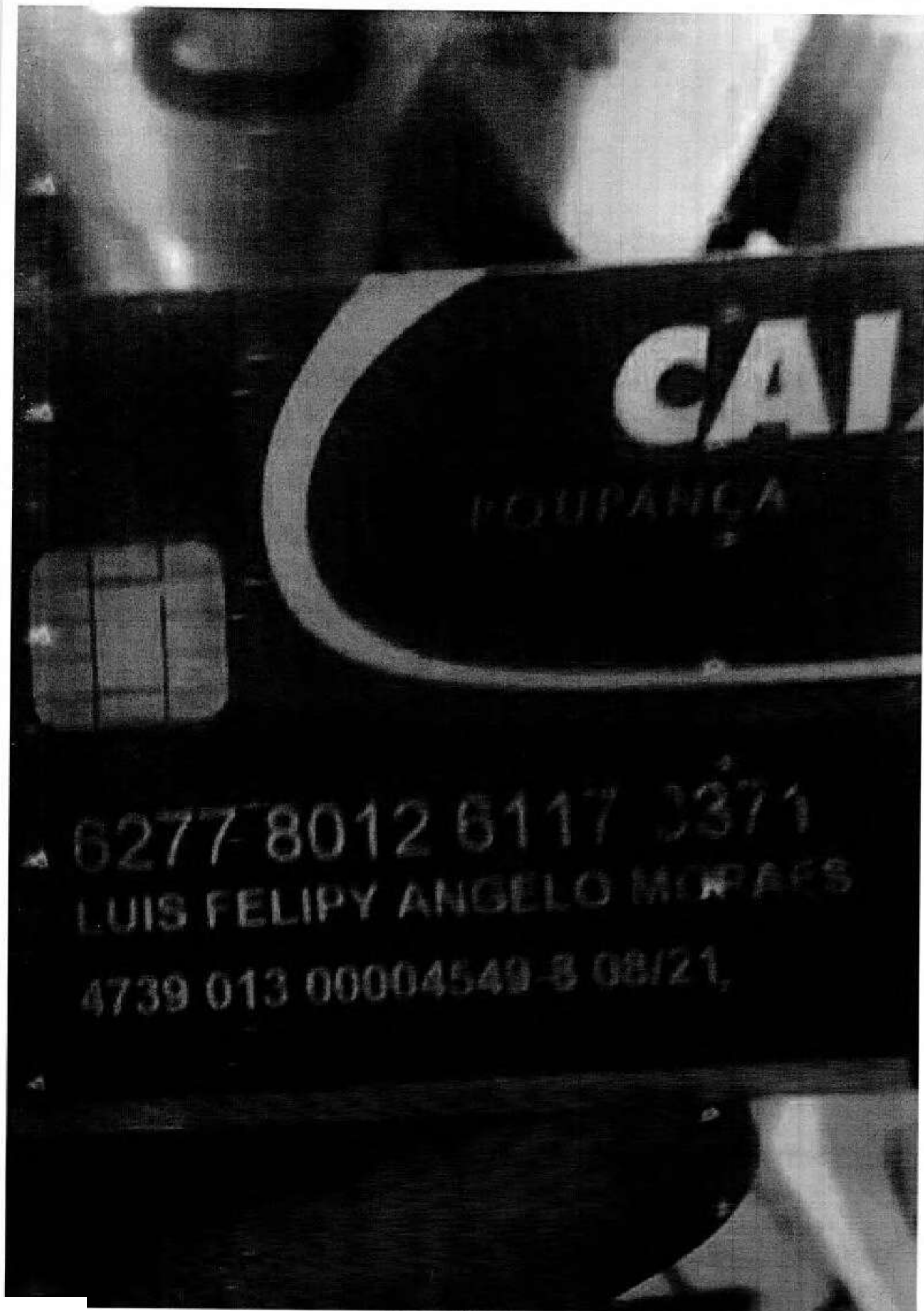
42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)











**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVELOUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PGP1992 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

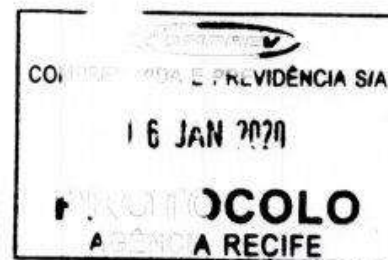
### Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE ), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO.SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
**(VITIMA)**

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**



12/12/2019 15:47











GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0116003734**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **15:46**

Complementa o BO Número: **19E0116003728**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDO ( AUTOR \ AGENTE )  
JOSE ACIOLE DOS SANTOS ( OUTRO )  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES ( VITIMA )

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES Pai: LUIZ CARLOS ANDRADE DE MORAES Data de Nascimento: 5/4/1997 Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 9427539/SDS/PE (RG), 70204821479 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO Endereço Residencial: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

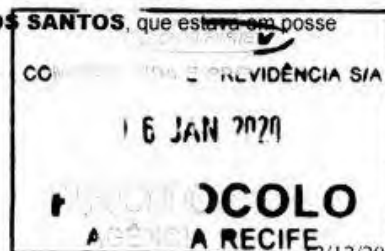
**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**JOSE ACIOLE DOS SANTOS (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE ACIOLE DOS SANTOS**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **0 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 026ª CIRCUNSCRIÇÃO - RIO DOCE - DP26ªCIRC DIM/7ªDESEC

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0116003728**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **12/12/2019** às **12:12**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **24/9/2019** no período da **Tarde**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SAO JOAO BATISTA, 275 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (VITIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: LUSIMARY ANGELO DE LIVEIRA DE MORAES Pai: LUIZ CARLOS ANDRADE DE MORAES Data de Nascimento: 5/4/1997 Naturalidade: OLINDA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 9427539/SD3/PE (RG), 70204821479 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO Endereço Residencial: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - CEP: 55000-000 - Bairro: JARDIM ATLANTICO - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

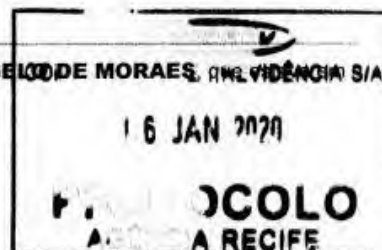
**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOKHK8402 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, que estava em posse do(a) Sr(a): **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KHK8402** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

**PGP1992 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEL/OUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**



12/12/2019 12:



Placa: **PGP1992** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

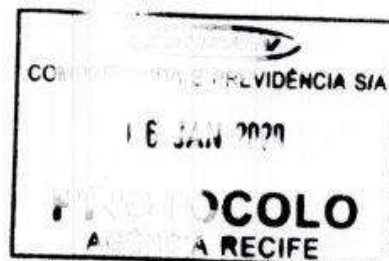
Complemento / Observação

**ALEGA O QUIXO QUE VINHA SENTIDO OLINDA SUBURBIO (RIO DOCE), QUANDO NA RUA SAO JOAO BATISTA SOFREU UMA COLISAO COM O CARRO QUE VINHA SENTIDO CONTRARIO. SOFREDO FRATURA DA TIBIA, UM CORTE NA PERNA DIREITA, E ESCORIAÇÕES NAS COSTA**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **LUCIANO MORAES E SILVA** - Matrícula: **3849490**



*[Handwritten signature: M. J. A. ...]*  
DONO  
*[Handwritten signature: LUIS FELIPY ...]*

12/12/2019 12:11





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 70204821479 4 - Nome completo da vítima: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: LUIS FELIPE ANGELO DE MORAES 6 - CPF: 70204821479  
7 - Profissão: AUTÔNOMO 8 - Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL 9 - Número: 332 10 - Complemento: CASA  
11 - Bairro: JARDIM ATLÂNTICO 12 - Cidade: OLINDA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53140-290  
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): 81 98825.21513

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)  
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO: \_\_\_\_\_  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 4733 CONTA: 4549 AGÊNCIA: CONTA: (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:  
• Não há IML que atenda à região do acidente ou da minha residência; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou  
• O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.  
Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.  
Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (nascidos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo):  
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo):  
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo):

38 - 1ª | Nome: CO - INVALIDEZ S/A  
CPF: 16 JAN 2020  
Assinatura da testemunha  
39 - 2ª | Nome: COLO  
CPF: A RECIFE  
Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Olinda - 19-12-2019  
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante): Luis Felipe Angelo de Moraes

a do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)











**SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO**

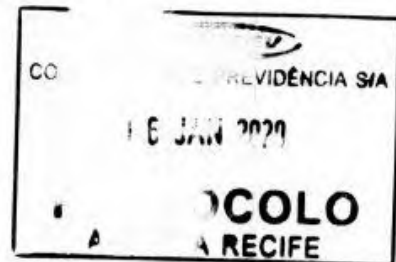
**CERTIDÃO**

**Certidão nº 2019APH001270 Div. Op.**

Com fulcro no art. 5º XXXIV, letra "b" da Constituição Federal Brasileira, venho por meio de solicitação feita pelo(a) Sr(ª). LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , 22 anos, BRASILEIRA(a), CASADO(a), RG nº 9427539 SDS-PE, inscrito(a) na Receita Federal sob o CPF nº 702.048.214-79, residente à AV PEDRO ALVARES CABRAL , nº 327, CS 01, JARDIM ATLANTICO , OLINDA -PE, certificar que este Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar atendeu a uma ocorrência no dia 24/09/2019, por volta das 13:24 hs, no endereço: RUA SÃO JOÃO BATISTA, 275, JARDIM ATLÂNTICO OLINDA-PE, referente a um(a) COLISÃO, envolvendo PEUGEOT/208 GRIFFE A BRANCA PGP1992-PE ; MOTOCICLETA HONDA/CG 150 TITAN KS KHK8402-PE, no(a) qual fora vitimado(a) o(a) Sr(ª) LUIS FELIPY ANGELO DE MORAIS , inscrito sob o CPF nº 702.048.214-79 e Registro Geral ° 9427539, atendido(a) pela Unidade Tática de Resgate do Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar, comandada pelo(a) SD 711127-4 VERÔNICA. Foi transportado(a) para o HOSPITAL MIGUEL ARRAES. Registrado(a) com o prontuário nº 496586. Ficou aos cuidados do médico DUILIO NETO, registro 27508. Os registros desta Certidão foram extraídos dos arquivos da Divisão de Operações / GBAPH.

Posição em 12/12/2019

*A autenticidade desta certidão deve ser confirmada através do portal do Corpo de Bombeiros, no site <http://www.cbm.pe.gov.br/> , consultar protocolo nº 2019APH001270*



Av. João de Barros, 399 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50050-180  
Fone: (81) 3182-9126 / CNPJ: 00.358.773/0001-44



## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DE PERNAMBUCO  
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,  
RECIFE, PERNAMBUCO  
CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02  
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Ouvidoria 0800 282 5599  
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado  
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL  
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

## DADOS DO CLIENTE

LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES  
CPF: 948.526.694-49

## DATA DE VENCIMENTO

30/12/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

81,29

## DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

21/12/2019

## DATA DA APRESENTAÇÃO

21/12/2019

## NÚMERO DA NOTA FISCAL

089508201

## CONTA CONTRATO

007033339520

## Nº DO CLIENTE

2016504641

## Nº DA INSTALAÇÃO

0006815577

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

AV PEDRO ALVARES CABRAL 327 CS- 01

JARDIM ATLANTICO/OLINDA  
53140-290 OLINDA PE

## CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Monofásico

## RESERVADO AO FISCO

87FD,5EE5,A085,4CB7,1410,9A5F,4A6D,93B5

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),  
tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à  
disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no  
site www.celpe.com.br

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	94,00	0,75727874	71,18
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,17
Acréscimo Bandeira VERMELHA			1,73
Contrib. Ilum. Pública Municipal			5,83
ICMS Subvenção-CDE-NF 081141555-16/10/19			0,38
TOTAL DA FATURA			81,29

## EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE.

Vencido	Di Reav	Valor
27/11/19	21/12/19	159,13
20/09/19	16/10/19	18,51

Esta comunicação NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla  
débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos  
de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir  
cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/Anel. Podem ocorrer ações de  
cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

## Tarifas Aplicadas

Consumo Ativo(kWh) 0,54933000

## HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
DEZ 19	94
NOV 19	174
OUT 19	58
SET 19	30
AGO 19	30
JUL 19	
JUN 19	
MAI 19	
ABR 19	
MAR 19	
FEV 19	
JAN 19	
DEZ 18	

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	25,02	33,77
Transmissão	2,78	3,73
Distribuição (Celpe)	16,76	22,62
Encargos Soteristas	3,93	5,31
Tributos	20,33	27,44
Perdas de Energia	5,28	7,13
TOTAL	74,08	100

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS			PIS			COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
74,08	25,00	18,52	74,08	0,44	0,32	74,08	2,02	1,49

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
00000003183057170	CAT	20/11/2019	234,00	21/12/2019	328,00	31	1,00000	0,00	94,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 20/01/2020

## DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL

DIC-No.de horas sem Energia	PARATIBE I	1,56	4,95	9,91	19,82
FIC-No.de vezes sem Energia		1,00	3,17	5,35	12,78
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		1,56	2,77	0,00	0,00

DICRI-Duração de interrupção em dia crítico Limite DICRI: 12,22

EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 28,04

Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br).  
Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13.  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.  
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.  
Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento,  
podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

## NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

## AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007033339520	12/2019	81,29	30/12/2019	

PAGAMENTO ATRAVÉS DE FICHA DE COMPENSAÇÃO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.  
Este cartão será usado em leitora ótica.









**HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES  
CENTRO DIAGNÓSTICO - ULTRASSONOGRAFIA**

Emissão de Laudo

Pedido de Exames.....: 365898 Cod. Atendimento...: 499682

Paciente.....: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Médico Solicitante.....: 734 PLANTONISTA ORTOPEDIA

Data da Solicitação.....: 16/10/2019 Hora.....: 14:35:16

Convênio.....: SUS - EXTERNO / Origem da Solicitação.....: URGENCIA

Unidade Internação....: VERDE 2 ORTOPEDIA Enfermaria.....: VERD2-32

Data.....: 16/10/2019

Hora.....: 15:42:10

SAME.....: 116376

Idade.....: 22a 6m 12d

Sexo.....: M

Dt. Realiz.....: 16/10/2019

URGENCIA/EMERGENCIA

Leito...: VERD2-32

**ULTRASSONOGRAFIA DE PERNA DIREITA**

*Exame realizado em caráter de urgência.*

**INDICAÇÃO:**

Abscesso.

**ACHADOS:**

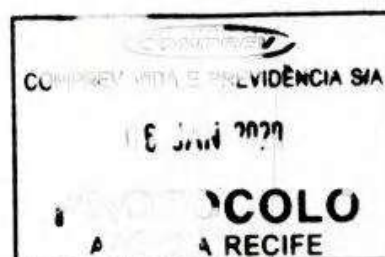
Observamos volumosa coleção de conteúdo heterogêneo, com aspecto espesso, volume estimado em 76mL, a qual atinge planos musculares profundos e plano ósseo. Esta coleção apresenta íntimo contato com descontinuidade óssea da tíbia, em terço médio de perna direita, na face medial.

Nessa região também existe importante espessamento difuso da pele inferindo processo inflamatório/infeccioso.



**Dra. Alice Abath**  
CRM-PE 19.764

**MR1 Filipe Villa Verde**  
CRM-PE 18.499









**PERNAMBUCO**  
GOVERNO DO ESTADO



**MIGUEL ARRAES**



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

**NOME:** LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

**IDADE:** 55      **SEXO:** M

**DATA DA ADMISSÃO:** 25/09/19

**REG:** 129722

**DATA DA ALTA:** 8/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- **FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA**

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- **27/09/19: REDUÇÃO FECHADA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR**
- **07/10/19: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + REDUÇÃO FECHADA E FIXAÇÃO INTERNA COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA**

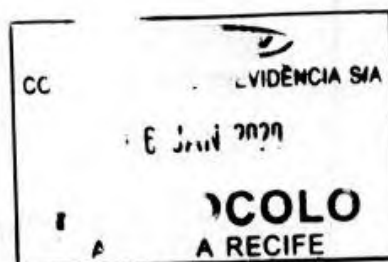
### **ORIENTAÇÕES:**

- **AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO DAS SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRA) EM 02 SEMANAS;**
- **TROCA DIÁRIA DE CURATIVOS CONFORME ORIENTADO;**
- **FAZER USO DE MEDICAÇÕES PRESCRITAS;**
- **DOBRAR O JOELHO E MEXER O TORNOZELO DO MEMBRO OPERADO;**
- **DEAMBULAR COM USO DE 02 MULETAS COM CARGA PARCIAL CONFORME TOLERÂNCIA ÁLGICA;**
- **PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;**
- **RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTA, DOR IMPORTANTE.**

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

**AMBULATÓRIO DE EGRESSO**      **SIM(x)**      **NÃO( )**

**DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL:**      /      /



**ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM**

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE





RECEITUÁRIO

Laísle M. Alves

Paciente operado em  
08/10/19 osteotomia lateral  
P com fratura intramedular  
por fratura apical fíbula II,  
evoluindo com infecção por  
apertadura, em tratamento,  
segue em reabilitação de  
infecção, com consolidação.

CIH: 582.2

07/11/19

Crystal Patrícia Ferreira  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 14312  
R. 14312

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO







# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	2 - CNES	6431569
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	4 - CNES	6431569

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

1 - Nome do Paciente	LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES			6 - Nº Prontuário	129722
2 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - Raça/Cor	10.1 - Etnia	
00000000000000000000	05/04/1997	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica	
1 - Nome da Mãe	LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES			12 - Telefone de Contato	8198572355
3 - Nome Responsável	LUSIMARY			14 - Telefone de Contato	
5 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO				
6 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
OLINDA	260960	PE	53050180		

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

1 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos: PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO POR CARRO HA 5H, CURSANDO COM DOR + DEFORMIDADE + ESCORIAÇÕES EM PERNA DIREITA. NEGA TCE. NEGA COMORBIDADES OU ALERGIAS.

11 - Condições que justificam a Internação: TRATAMENTO CIRÚRGICO

12 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas: ANAMNESE + EXAME FÍSICO + RADIOGRAFIA

13 - Diagnóstico Inicial / Código

FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

24 - CID 10 Principal

S822

25 - CID 10 Secundário

V239

26 - CID 10 Causas Associadas

17 - Descrição do Procedimento Solicitado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

28 - Código do Procedimento

0408050500

30 - Caráter de Atendimento

2

31 - Documento

(X) CNS ( ) CPF

32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente

980016296381749

33 - Nome do Profissional Solicitante/Assistente

ADAUTO TELINO DE MELO JUNIOR

34 - Data da Solicitação

24/09/2019

35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)

Dr. Luiz Rogério Macedo Gomes

20671

Médico

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)

36 - ( ) Acidente de Trânsito

37 - ( ) Acid. Trabalho Típico

38 - ( ) Acid. Trabalho Trajetos

39 - CNPJ Seguradora

40 - Nº Bilhete

41 - Série

42 - CNPJ Empresa

43 - CNAE Empresa

44 - CBOR

45 - Vínculo com a Previdência

( ) Empregado

( ) Empregador

( ) Autônomo

( ) Desempregado

( ) Apor

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Cód. Órgão Emissor

E260000001

48 - Documento

49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador

( ) CNS ( ) CPF

50 - Data da Autorização

51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)

AIH

261910221161-6

AIH

261910221162-7

Código do Laudo: 496586

















**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 59995  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 195  
Dt. Início : 07/10/2019 10:20  
Dt. Fim : 07/10/2019 11:43  
Id Pré-Operatório : S822  
Id Pós-Operatório : S822

Sala : 0003 SALA 03  
LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
ORTO-501-LEITO 003  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

Atendimento : 496780  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

**Procedimentos**

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia:

**Equipe Médica**

URGIAO 13344 ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE

**Descrição**

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISÁRIA DA TÍBIA DIREITA  
INTERVENÇÃO: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO + RFFI COM HASTE INTRAMEDULAR  
OPERADOR: DR. ALEXANDRE ANDRADE  
1º AUXILIAR: PEDRO CUNHA (MR3)  
2º AUXILIAR: SAMUEL MOURA (MR2)  
INSTRUMENTADOR: ADAILMA  
ANESTESISTA: DRA. SIMONE  
ANESTESIA: RAQUI

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ASSEPSIA+ANTISSEPISIA
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS
4. REALIZADO ACESSO INFRAPATELAR
5. DISSECÇÃO POR PLANOS, INCISÃO NO TENDÃO  
PASSAGEM DE FIO GUIA  
FRESAGEM INICIAL DE MÃO  
PASSAGEM DE HASTE INTRAMEDULAR 9X39
6. REALIZADO BLOQUEIO COM 4 PARAFUSOS DE BLOQUEIO, 02 PROXIMAIS E 02 DISTAIS
10. LIMPEZA COM SF 0,9%  
SUTURA POR PLANOS  
CURATIVO
13. À SR



**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

DR(A) : ALEXANDRE SANTOS DE ANDRADE  
CRM : 13344

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



Atendimento: 496780

Dt Atendimento: 25/09/2019 - 15:25

Dt Alta: 08/10/2019 - 13:22

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Serviço: 15 ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 195 ORTO-501-LEITO 003

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

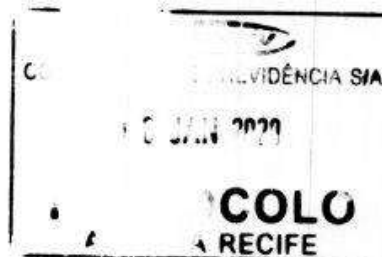
Usuário: FLAVIACAW

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

FLAVIA CAROLINA DE ARAUJO WANDERLEY



Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais  
HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR







# Laudo para solicitação de autorização de internação

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	2 - CNES	6431569
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	4 - CNES	6431569

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5 - Nome do Paciente	LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES			6 - Nº Prontuário	129722
7 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - RaçaCor	10.1 - Etnia	
702603734417541	05/04/1997	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica	
11 - Nome da Mãe	LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MORAES			12 - Telefone de Contato	8198572355
13 - Nome Responsável	MARGARIDA			14 - Telefone de Contato	
15 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO				
16 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
OLINDA	260960	PE	53050180		

## LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos  
PACIENTE COM RELATO DE CIRURGIA EM PERNA DIREITA POR FRATURA DE OSSOS DA PERNA NO DIA 08/10. OPERADO NESTE SERVIÇO REALIZADO HÍM DE  
RAFI COM PALCA E PARAFUSO EM FIBULA, EVOLUI COM ABSCESSO EM TERÇO MEDIA DA PERNA DIREITA  
ENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL  
ABSCESSO EM PERNA DIREITA  
NEGA ALERGIAS E COMORBIDADES

21 - Condições que justificam a Internação  
CITADAS ACIMA

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas  
ANAMNESE + EXAME FÍSICO

23 - Diagnóstico Inicial / Código

ABSCESO EM PERNA D

24 - CID 10 Principal

L024

25 - CID 10 Secundário

W199

26 - CID 10 Causas Associadas

G308.04.00

27 - Descrição do Procedimento Solicitado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

## PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ORTOPEDIA

28 - Código do Procedimento	0415020069		
29 - Especialidade	30 - Caracter de Atendimento	31 - Documento	32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente
CIRÚRGICA	2	(X) CNS ( ) CPF	980016278437533
33 - Nome do Profissional Solicitante/Assistente	34 - Data da Solicitação	35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)	
SORMANE DE CARVALHO BRITTO	16/10/2019	16339	

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) Acidente de Trânsito	39 - CNPJ Seguradora	40 - Nº Bilhete	41 - Série
37 - ( ) Acid. Trabalho Típico	42 - CNPJ/ Empresa	43 - CNAE / Empresa	44 - CBOR
38 - ( ) Acid. Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência			
( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado			

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Cód. Órgão Emissor	52 - Nº da Autorização da Internação Hospitalar (AIH)
	E260000001	
48 - Documento	49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador	
( ) CNS ( ) CPF		
50 - Data da Autorização	51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)	
	261910222363-9	

Código do Laudo: 499682















**HOSPITAL MIGUEL ARRAES**MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico  
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.: 18/10/2019

Hora.: 12:30

**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Sala : 0003 SALA 03

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

SUS - INTERNACAO

VERD2-41

Dt. Fim : 18/10/2019 12:35

Atendimento : 499923

Carteira :

Idade : 22 Anos

Aviso de Cirurgia : 60299

Paciente : 129722

Convênio Atend. : 1

Leito : 740

Dt. Início : 18/10/2019 12:10

Cid Pré-Operatório : L024

Cid Pós-Operatório :

ABSCESO CUTANEO, FURUNCULO E ANTRAZ DO(S) MEMBRO(S)

**Procedimentos**

Procedimento: 0415040035

DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)

Convênio: 001

SUS - INTERNACAO

Anestesia:

**Equipe Médica**

CIRURGIAO

ANESTESISTA

18882 JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES

16619 LUAR DE OLIVEIRA SILVA

**Descrição****Descrição Cirúrgica :**DIAGNÓSTICO: INFEÇÃO POS OSTEOSINTESE EM TIBIA DIREITA + ABSCESSO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA  
INTERVENÇÃO: DRENAGEM CIRÚRGICA + LC + DC + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

OPERADOR: DR JOAO PAULO

1º AUXILIAR: DR SAMUEL MOURA

2º AUXILIAR: DR ICARO MOLIM

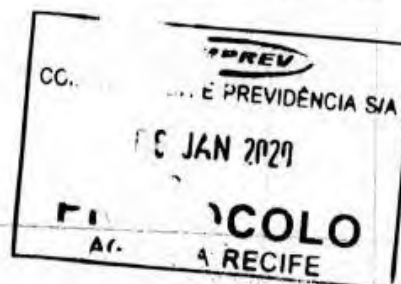
INSTRUMENTADOR: SALOME

ANESTESISTA: DRA LUAR

ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL
2. ASSEPSIA+ANTISSEPSIA MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRURGICOS ESTEREIS
4. OBSERVADO TUMORAÇÃO EM REGIAO MEDIAL DA PERNA DIREITO. FEITO INCISÃO LONGITUDINAL DE CERCA DE 10 CM NA ÁREA DE FLUTUAÇÃO DO ABSCESSO. OBSERVADO SAÍDA DE GRANDE QUANTIDADE DE SECREÇÃO PURULENTE DE PLANOS PROFUNDO TENDO CONTINUIDADE COM FOCO DE FRATURA.
5. LIMPEZA EXAUSTIVA COM 10000 ML SF 0,9%
6. DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS
7. COLETADO MATERIAL PARA CULTURA
8. APLICADO DRENO ASPIRATIVO
9. SUTURA COM NYLON 2-0
10. CURATIVO EM MID
11. BOA PERFUSÃO DISTAL EM MID

**Achados Cirúrgicos:****Descrição Complementar**DR(A) : JOAO PAULO NOBRE MAGALHAES  
CRM : 18882

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





**Ficha de Cirurgia Descritiva**

Aviso de Cirurgia : 60418  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 84  
Dt. Início : 24/10/2019 11:50  
Cid Pré-Operatório : S822  
Cid Pós-Operatório : M869

Sala : 0003 SALA 03  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
ORTL-514-LEITO 004  
Dt. Fim : 24/10/2019 12:25  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
OSTEOMIELEITE NAO ESPECIFICADA

Atendimento : 499923  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

**Procedimentos**

Procedimento: 0415040035

Convênio: 001

Anestesia: 05

DEBRIDAMENTO DE ULCERA / DE TECIDOS DESVITALIZADOS (PRINCIPAL)  
SUS - INTERNACAO  
RAQUI ANESTESIA

**Equipe Médica**

JRGIAO  
ANESTESISTA

14313 CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
10487 SYLVIA MARIA VILELA LEITE

**Descrição**

**Descrição Cirúrgica :**

DIAGNÓSTICO: FERIMENTO INFECTADO EM PERNA DIREITA PÓS-OSTEOSSÍNTESE COM HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TÍBIA  
CIRURGIA: LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRURGICOS + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA  
CIRURGIÃO: DR CRYTIAN PEDROSA  
1º AUXÍLIO: DR ICARO MÓLIM  
2º AUXÍLIO: DR MANOEL OLIVEIRA  
ANESTESISTA: DRA SYLVIA VILELA  
ANESTESIA: RAQUI ANESTESIA

**RELATO DE INTERVENÇÃO**

1. PACIENTE EM DDH SOB RAQUI ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA DE MID;
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS ESTÉREIS;
4. ABORDAGEM DO FERIMENTO EM FACE ANTERIOR DA PERNA DIREITA COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA E VISUALIZADA QUANTIDADE DE SECREÇÃO SEROSA + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DE TECIDOS DESVITALIZADOS, FICANDO EXPOSTA ÁREA DE TECIDO DE GRANULAÇÃO PRÓXIMO A TÍBIA + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURAS (OSSO E PARTES MOLES);
5. ABORDAGEM DE FERIDA OPERATÓRIA DE PINO DE SCHANZ QUE APRESENTAVA SAÍDA DE SECREÇÃO PURULENTE COM RETIRADA DE SUTURA PRÉVIA + CURETAGEM DO TRAJETO DO PINO + LIMPEZA MECANO-CIRURGICA COM SF 0,9% + DEBRIDAMENTO DAS BORDAS DA FERIDA;
6. LIMPEZA DO MEMBRO COM SF 0,9%;
7. SUTURA DA PELE COM NYLON 2-0;
8. CURATIVO ESTÉRIL COM ADAPTIC EM ÁREA EXPOSTA;

**Achados Cirúrgicos:**

**Descrição Complementar**

Dr. Icaro Molim de S. Pereira  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 28560

IPREV  
CC. E PREVIDÊNCIA SIA  
15 JAN 2020  
COLO  
RECIFE

DR(A) : CRYSTIAN PEDROSA FERREIRA  
CRM : 14313

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





MIGUEL ARRAES

GOVERNO DO ESTADO



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

IDADE: 22 SEXO: MASCULINO

DATA DA ADMISSÃO: 16/10/19

REG: 129722

DATA DA ALTA: 30/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- INFECÇÃO PÓS-OSTEOSSÍNTESE EM TÍBIA DIREITA
- ABSCESSO EM PERNA DIREITA

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- 18/10/19 – DRENAGEM CIRÚRGICA + LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA
- 24/10/19 – LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

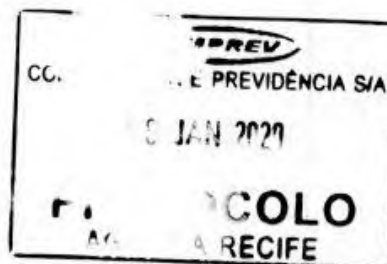
### **ORIENTAÇÕES:**

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS) EM **01 SEMANA**;
- REALIZAR TROCA DE CURATIVO DIÁRIO CONFORME ORIENTADO PELA ENFERMAGEM;
- FAZER USO DE SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM POR 28 DIAS;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM (x) NÃO ( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE



Atendimento: 499923

Dt Atendimento: 17/10/2019 - 11:37

Dt Alta: 30/10/2019 - 16:32

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Serviço: 37 ORTOP23EDIA E TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 84 ORTL-514-LEITO 004

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

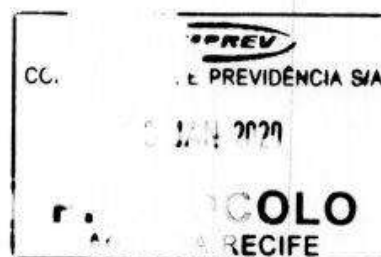
Usuário: EVAIROD

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

EVAIR OLIVEIRA DIAS



Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR







**Pedro Marques**  
Ortopedia e Traumatologia

CRM 8594

União Viária  
Atendo que o paciente WIZ FILIPE ANTONIO  
DE MORAES, natural de alagoas de transtorno  
em 24/09/2019 com BO N.º 19ED11003734.  
Sofreu fratura da tíbia e fíbula da perna  
da esquerda com fratura da tíbia e fíbula da perna  
em 24/09/2019. O mesmo sofreu com  
lesões que limitam sua capacidade  
funcional. O mesmo trabalha como seg.  
da aut.

- Deficiência articular da  
perna direita  
- Deformidade da perna  
- Limitação de flexão da  
perna direita  
Dr. Pedro Marques  
Ortopedista  
CRM PE 8594  
CPF 172.878.334-04  
Não autorizo troca de médico  
24/01/2020

Julio  
cid 10 S82

Rua Castelo Branco, 470 - Abreu e Lima/PE  
Tel.: (81) 3542.3278 / 98897.4003


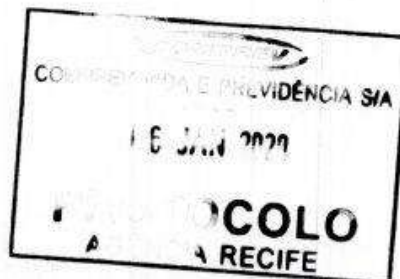


## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o (a) senhor (a) **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** foi atendido (a) neste serviço no dia 25/09/2019 . Necessitando de **60(sessenta)** dias de afastamento de suas atividades (no trabalho ou escola).

**CID.10: S 82.2**

Paulista, 8 de outubro de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Médico

## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o (a) senhor (a) **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES** foi atendido (a) neste serviço no dia 16/10/2019 . Necessitando de **30(TRINTA)** dias de afastamento de suas atividades (no trabalho ou escola).

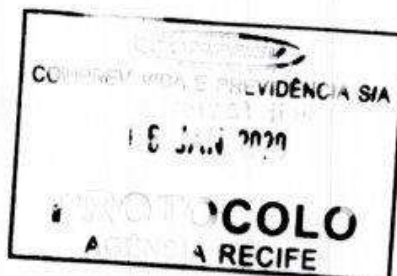
**CID.10: L02.4; T84.7**

Paulista, 30 de outubro de 2019

Dr. Luiz Rogério Gonçalves

*[Assinatura]*

Médico









PERNAMBUCO  
GOVERNO DO ESTADO



HOSPITAL  
MIGUEL ARRAES



Instituto de Medicina Integral  
Prof. Fernando Figueira

## **RESUMO DE ALTA HOSPITALAR/ESCLARECIMENTO**

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

IDADE: 22

SEXO: MASCULINO

DATA DA ADMISSÃO: 16/10/19

REG: 129722

DATA DA ALTA: 30/10/19

### **DIAGNÓSTICO:**

- INFECÇÃO PÓS-OSTEOSSÍNTESE EM TÍBIA DIREITA
- ABSCESSO EM PERNA DIREITA

### **TRATAMENTO REALIZADO:**

- 18/10/19 – DRENAGEM CIRÚRGICA + LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA
- 24/10/19 – LIMPEZA E DEBRIDAMENTO CIRÚRGICO + COLETA DE MATERIAL PARA CULTURA

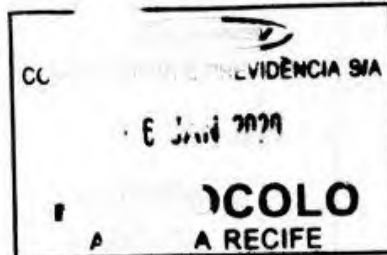
### **ORIENTAÇÕES:**

- AGENDAR RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA (SETOR DE AMBULATÓRIOS, NO TÉRREO SEGUNDAS ÀS SEXTAS-FEIRAS) EM 01 SEMANA;
- REALIZAR TROCA DE CURATIVO DIÁRIO CONFORME ORIENTADO PELA ENFERMAGEM;
- FAZER USO DE SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIM POR 28 DIAS;
- PROCEDER AO SERVIÇO SOCIAL (2º ANDAR) PARA RECEBER ORIENTAÇÕES SOBRE ONDE REALIZAR FISIOTERAPIA;
- RETORNO PRECOCE PELA EMERGÊNCIA SE: FEBRE, INCHAÇO IMPORTANTE E VERMELHIDÃO NA FERIDA, SAÍDA DE SECREÇÃO EM GRANDE QUANTIDADE OU PURULENTO, DOR IMPORTANTE.

### **PROGRAMA APÓS ALTA:**

AMBULATÓRIO DE EGRESSO SIM( x ) NÃO( )

DATA DA CONSULTA AMBULATORIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Dr. Luiz Rogério Macedo Gomes  
Médico  
CRM-PE 27686-8/2019

+ Dr. Adauto Tchinio  
ASSINATURA DO MÉDICO, CARIMBO E CRM

Estrada da Fazendinha, S/N, Jaguaribe, CEP: 53400-000, Paulista - PE







RECEITUÁRIO

Leandro Gomes

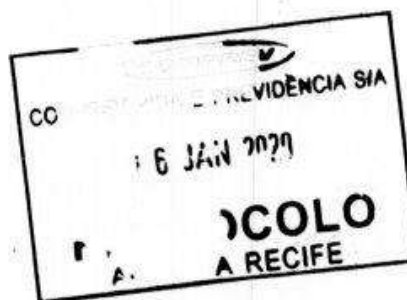
Paciente operado em  
08/10/19 osteomielite fêmur  
P com fratura intramedular  
por fratura aberta fêmur II,  
evoluindo com infecção por  
apertadura, em tratamento,  
segue em reabilitação de  
infecção, com boa evolução.

CNP: 582.2

07/11/19

Dr. Cristian Pedrosa Ferreira  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM 14312  
R. 14312

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO







# FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N  
Jaguaribe - Paulista - PE  
CEP.: 53.400 - 000

Cód. Atendimento: 496780

Usuário: ANDERSONSC

## DADOS DO PACIENTE

Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Idade: 22a 5m 23d

Sexo: M

Estado Civil: SOLTEIRO

Prontuário: 129722

Profissão:

Data de Nascimento: 05/04/1997

R.G.: 9427539

C.P.F.: 70204821479

Telefone:

CEP 53050180

Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL

, 327 - JARDIM ATLANTICO

- OLINDA

- PE

Origem: URGENCIA/EMERGENCIA

## Dados da Internação

Convênio: SUS - INTERNACAO

Data e Hora da Internação: 25/09/2019 15:25

Plano: GERAL

Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACA Leito: VERD2-23

Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

## DADOS DO RESPONSÁVEL

IE:

Endereço:

R.G.:

C.P.F.:

Telefone:

Cidade:

Numero:

Estado civil:

## DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 26 / 09 / 19

Hora da Alta: :

Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão

Condições de Alta: boas

Diagnóstico Principal.....: Fr. distal da tíbia e fíbula da perna da

Diagnóstico Secundário01.: -

Diagnóstico Secundário02.: -

Procedimento.....: 24/09/19 - Placenta de fixação externa + RST e fixação

Médico e CRM:

Responsável pela retirada do paciente

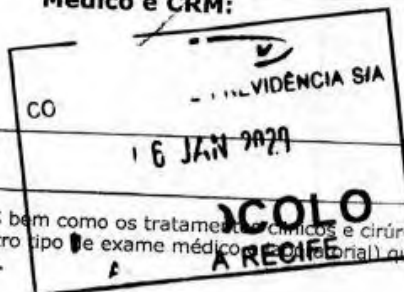
Assinatura e RG

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (Intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e material) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável



# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 24/09/2019 14:56

Nome Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 05/04/1997  
Sexo: Masculino  
Idade: 22 anos  
Senha: 0025  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 24/09/2019 15:15 - 24/09/2019 15:20

CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **URGENCIA AMARELO**

Cor: **AMARELO**

Queixa Principal: PACIENTE TRAZIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS COM HISTÓRIA DE COLISÃO ENTRE CARRO E MOTO, APRESENTANDO ESCORIAÇÕES EM ABDOMEM, FRATURA FECHADA EM MID.

Observação: NEGA HAS E DM  
NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:  
- SACR - REGUA DE DOR: 10  
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- FREQUENCIA CARDIACA: 54.00 BPM  
- GLICOSE: 103.00 MG/DL  
- P.A. SISTOLICA: 120.00 MMHG  
- P.A. DISTOLICA: 80.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 99.00 %  
- TEMPERATURA(C): 36.80 °C

MA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sinais de Vida

CCRI

Claudia Patricia da S. Freire  
COREN-PE 360963/2019

Enfermeiro



Acolhido(a) por: CLAUDIA PATRICIA DA SILVA FREIRE - COREN: 360963 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 24/09/2019 15:20

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





Atendimento: 496586

Senha da Classificação:

0025

Data e Hora: 24/09/2019 15:25

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES Sexo: MASCULINO  
Nome Social:  
Data do Nascimento: 05/04/1997 Idade: 22 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA  
Nome da Mãe: LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MC Nome do Pai: LUIS CARLOS ANDRE DE MORAES  
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA CRM: 12346  
Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRI - 327 Bairro: JARDIM ATLANTICO  
Cidade/UF: OLINDA PE Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ Hora: 15:10

Queixa Principal

Paciente interna de ortopedia com dor no braço direito. Refere dor de intensidade moderada a severa. Refere dor em repouso e com movimento.

Exame Físico

Exame físico: dor no braço direito, dor no ombro direito. Dor no braço direito, dor no ombro direito. Dor no braço direito, dor no ombro direito. Dor no braço direito, dor no ombro direito.

Hipótese Diagnóstico

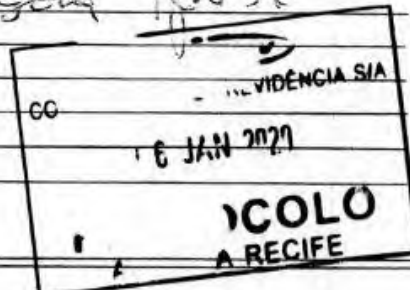
1. Poliomielose

Prescrição Médica

1. Dor no braço direito + dor no ombro direito  
2. Dor no braço direito (VPM)  
3. Dor no braço direito  
4. Dor no braço direito - ODR + ADELU agora  
5. Dor no braço direito

Dito Neto  
CRIMSE 17/12/19

Assinatura e Carimbo/Médico



Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

( ) Transferido: Para

Senha:

( ) Encaminhado ao setor de internação





**EVOLUÇÃO CLÍNICA**

NOME:

CLÍNICA:

REG:

ENFERMAGEM:

LEITO:

DATA/HORA	
02/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
03/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
04/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
05/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
06/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
07/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
08/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
09/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
10/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
11/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
12/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
13/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
14/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
15/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
16/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
17/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
18/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
19/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
20/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
21/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
22/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
23/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
24/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
25/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
26/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
27/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
28/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
29/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
30/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.
31/01/2020	Exame físico: paciente em boas condições, sem sinais de desidratação, sem alterações significativas. Não há febre.

CRM - 17.725  
Miguel Arraes

CRM - 17.725  
Miguel Arraes

VIDÊNCIA SIA

ICOLU  
A RECIFE

CRM - 17.725  
Miguel Arraes

CRM - 17.725  
Miguel Arraes





### Ficha de Cirurgia Descritiva

Aviso de Cirurgia : 59795  
Paciente : 129722  
Convênio Atend. : 1  
Leito : 699  
Dt. Início : 27/09/2019 23:00  
Id Pré-Operatório : S822  
Id Pós-Operatório :  
Sala : 0002 SALA 02  
LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
SUS - INTERNACAO  
VERD2-23  
Dt. Fim : 27/09/2019 23:30  
FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA  
Atendimento : 496780  
Carteira :  
Idade : 22 Anos

### Procedimentos

Procedimento: 0408050500 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA (PRINCIPAL)  
Convênio: 001 SUS - INTERNACAO  
Anestesia:

### Equipe Médica

URGIAO 16863 FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
ANESTESISTA 22513 PEDRO FILIPE DA LUZ SIQUEIRA DE O MELLO

### Descrição

#### Descrição Cirúrgica :

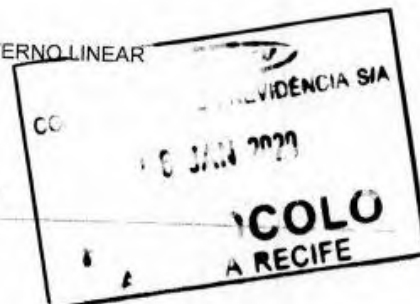
DIAGNÓSTICO: FRATURA DIAFISARIA DE OSSOS DA PERNA DIREITA  
INTERVENÇÃO: APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR  
OPERADOR: DR FAGNER ATHAYDE  
1º AUXILIAR: GUILHERME BORBA  
ANESTESISTA: DR PEDRO  
ANESTESIA: RAQUIANESTESIA

#### RELATO DE INTERVENÇÃO

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB RAQUIANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA DE MID
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
4. REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE TIBIA E APLICAÇÃO DE FIXADOR EXTERNO LINEAR
5. DEBRIDAMENTO DE FLICLENAS
6. CURATIVO ESTÉRIL
7. BOA PERFUSÃO PERIFÉRICA

#### Achados Cirúrgicos:

#### Descrição Complementar



Guilherme Borba Anselmo  
Médico  
CRM-PE 27.749

DR(A) : FAGNER FONSECA DE ATHAYDE  
CRM : 16863

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR











# FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N  
Jaguaribe - Paulista - PE  
CEP.: 53.400 - 000

Cód. Atendimento: 499923

Usuário: ANACOS

## DADOS DO PACIENTE

Paciente: **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**  
Idade: 22a 6m 13d Sexo: M Estado Civil: SOLTEIRO Prontuário: 129722  
Profissão: R.G.: 9427539 C.P.F.: 70204821479 Data de Nascimento: 05/04/1997  
Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 327 - JARDIM ATLANTICO CEP 53050180 - OLINDA - PE  
Origem: URGENCIA/EMERGENCIA  
Convênio: SUS - INTERNACAO  
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACAO Leito: VERD2-41  
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

## DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: R.G.: C.P.F.:  
Endereço: Número: Estado civil :  
Cidade:

## DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 12/10/2019 Hora da Alta: 12:00  
Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão

Condições de Alta: Bem, sem dor, sem febre.

Diagnóstico Principal.....

Diagnóstico Secundário01.:  
Diagnóstico Secundário02.:

Tratamento.....

Médico e CRM:

Responsável pela retirada do paciente Assinatura e RG

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos, cirúrgicos, anestésicos, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e laboratorial que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável

CC - EVIDÊNCIA S/A  
10 JUL 2020

COLO  
RECIFE



# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 16/10/2019 11:17

Nome Paciente: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 05/04/1997  
Sexo: Masculino  
Idade: 22 anos  
Senha: 0009  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 16/10/2019 11:29 - 16/10/2019 11:34

FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:

Cor:

URGENCIA AMARELO

AMARELO

Queixa Principal:

PACIENTE VEM POR DEMANDA ESPONTANEA EM 8º DPO COM QUEIXA DE DOR EM MID,  
RELATO DE SAÍDA DE SECREÇÃO E FEBRE (T: 38º). PASSADO DE FX DE TIBIA DIREITA

Observação:

NEGA HAS,DM E ALERGIA MEDICAMENTOSA  
FERIDAS E ABSCESSOS

Fluxograma sintoma:

Discriminador(es):

- FERIDA INFECTADA COM SINAIS SISTÊMICOS  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Especialidade:

Sinais Vitais Lidos:

- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- FREQUENCIA CARDIACA: 77.00 BPM  
- FREQUENCIA RESPIRATORIA: 18.00 RPM  
- GLICOSE: 89.00 MG/DL  
- P.A. SISTOLICA: 110.00 MMHG  
- P.A.DISTOLICA: 70.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 100.00 %

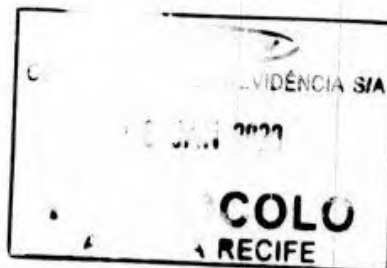
REVISADO  
REPI-RELA

HMA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sim ( ) Não (✓)

Local: .....  
Fernanda Botelho  
Enfermeira



Acolhido(a) por: FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 16/10/2019 11:34

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





Atendimento: 499682

Data e Hora: 16/10/2019 11:37

Senha da Classificação:

**0009**

Paciente: 129722 LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 05/04/1997

Idade: 22 anos

Convenio: 2

SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: LUSIMARY ANGELO DE OLIVEIRA DE MC

Nome do Pai: LUIS CARLOS ANDRE DE MORAES

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

Endereço: RUA PEDRO ALVARES CABRAL --

327

Bairro: JARDIM ATLANTICO

Cidade/UF: OLINDA

PE

Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Observação:

Nr Documento Estrangeiro:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: \_\_\_\_\_

Altura: \_\_\_\_\_

Temperatura: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

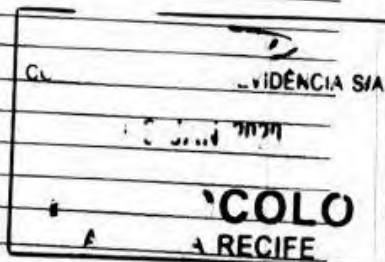
Queixa Principal

Exame Físico

Hipótese Diagnóstico

Prescrição Médica

Assinatura e Carimbo/Médico



Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

( ) Transferido: Para

( ) Encaminhado ao setor de internação

Senha: \_\_\_\_\_





## EVOLUÇÃO CLÍNICA

NOME: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES REG: 129722  
CLÍNICA:

**ENFERMAGEM:**

**LEITO:**

DATA/HORA	
16/10/2019	# SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA # ADMISSÃO
	PACIENTE COM RELATO DE CIRURGIA EM PERNA DIREITA POR FRATURA DE OSSOS DA PERNA NO DIA 08/10 OPERADO NESTE SERVIÇO REALIZADO HÍM DE TIBIA + RAFI COM PLACA E PARAFUSO EM FIBULA , EVOLUI COM ABSCESSO EM TERÇO MEDIA DA PERNA DIREITA CONSCIENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL MID ABSCESSO EM PERNA DIREITA NEGA ALERGIAS E COMORBIDADES HD ABSCESSO EM PERNA D , INFECÇÃO DE FERIDA OPERATORIA CD INTERNAMENTO + PRE OP
17/10/19	HISTÓRIA
20/10/19	HISTÓRIA
	CONSCIENTE, EITAVEL VIA ORAL - DIETA LÍQUIDA PA 100 - TA 100 - VESICULAS - DO ABSCESSO EM PERNA DIREITA CC + TB SINTOMAS INCLUIDOS.
22/10/19	HISTÓRIA
23/10/19	HISTÓRIA
	PA 100 - TA 100 - VESICULAS - DO ABSCESSO EM PERNA DIREITA CC + TB SINTOMAS INCLUIDOS.

Jose Marcelo Xavier  
M. E. O. C. O.  
C. O. O. C. O.







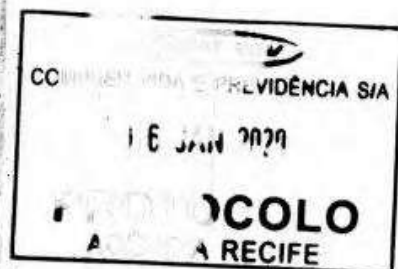














SUBSTABELECIMENTO

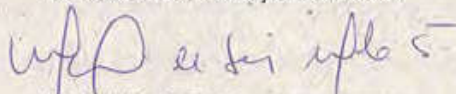
Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BCS SEGUROS S/A**; **BMG SEGURADORA S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **FEDERAL DE SEGUROS S/A**; **FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALÚCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MARÍTIMA SEGUROS S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PANAMERICANA DE SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**;





VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

  
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira		OFÍCIO DO 17º	
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		Bruno Rodrigo Belem Gaspar	
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08)		Escritor	
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por:		CAD: CGJ nº 94.04761	
Em testemunho da verdade.		Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.		Total	
ERKH-87150 VRY Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>		OFÍCIO DE NOTAS - RJ	



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife – PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

  
**Valdir Dias de Sousa Júnior**

*Valdir Junior*  
*Gerente Jurídico Contencioso*

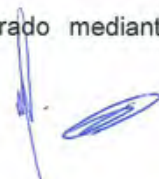




### SUBSTABELECIMENTO


Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, inscrito na OAB/PE 16.983 e **MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileira, inscrita na OAB/PE 23.748; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA RUEDA & RUEDA ADVOGADOS**, inscrita na OAB/PE sob o número 1205, com escritório situado na Rua Condado, nº 77, Parnamirim, Recife, Pernambuco, CEP: 52.060-080 TEL: (81) 3128 6150, com endereço eletrônico: [ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br](mailto:ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br), aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*



Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

  
**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807

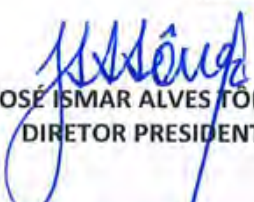


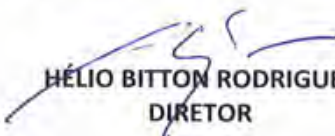


## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas</b> RIA CAPITAL	Tabellião Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5600	ADB28690 088574
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	de verdade.	Conf. por: Serventia: T. J. FLÁVIO DE CARVALHO
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
ETCP-54891 Not. ETCP-54892 ORS		
https://www.titri.us.br/silepublico		

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
3.96 Escrevente  
CNPJ 40062 série 09077 ME  
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.876.808-00, e por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MARCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 92420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30; TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 14º andar - Centro - RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, confere plenos poderes para, o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, daí quitação e levantar o crédito proveniente do alvará de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo o qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Para o presente com o mesmo conteúdo, a Seguradora Líder DPVAT adota (por) sua entidade e signa a presente a seguir:







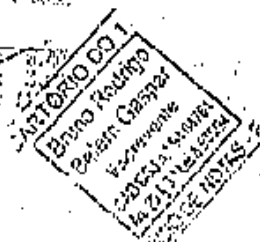
OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1709-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

120 CRÉDITO DE 100% - Tabelião Carlos Alberto Lima Oliveira  
Rua do Carmo 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Assentado por assinatura as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON 120000200/1400  
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014. Cert. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia  
Tabela 120/2014, Tabelião - 120  
FARM-2014/06, 12000-252/1 011  
Consulte em <http://www3.jus.br/consultas/jurisprudencia>



Assinada eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 27/08/2020 14:50:22

**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-0, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.246.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2014.

Valdir Dias da Silva Sousa Júnior

Valdir Junior  
Gerente Jurídico Confidencial



1949-1950-1951-1952-1953-1954-1955-1956-1957-1958-1959-1960-1961-1962-1963-1964-1965-1966-1967-1968-1969-1970-1971-1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979-1980-1981-1982-1983-1984-1985-1986-1987-1988-1989-1990-1991-1992-1993-1994-1995-1996-1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767

[illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible]

[illegible][illegible]

1. The first step in the process of identifying a problem is to determine the nature of the problem. This involves a thorough understanding of the situation and the factors that may be contributing to the problem.

[illegible]

UNIVERSITY INTERNATIONAL OF MANAGEMENT SCIENCES  
LIFE OF THE FUTURE

[illegible]

PRINCIPALES TENDENCIAS DEL MOVIMIENTO  
SOCIOECONOMICO EN LA ZONA DE OROQUENA  
DE PERU-AMERICA

[illegible][illegible]

**PETROBRAS**  
Companhia Saneamento  
Cidade de São Paulo, Saneamento de  
Água e Esgoto

[illegible]

**Avisos, Editais e Termos**

## Associações, Sociedades e Empresas

1971. 1972. 1973. 1974. 1975. 1976. 1977. 1978. 1979. 1980. 1981. 1982. 1983. 1984. 1985. 1986. 1987. 1988. 1989. 1990. 1991. 1992. 1993. 1994. 1995. 1996. 1997. 1998. 1999. 2000. 2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 2572. 2573. 2574. 2575. 2576. 2577. 2578. 2579. 2580. 2581. 2582. 2583. 2584. 2585. 2586. 2587. 2588. 2589. 2590. 2591. 2592. 2593. 2594. 2595. 2596. 2597. 2598. 2599. 2600. 2601. 2602. 2603. 2604. 2605. 2606. 2607. 2608. 2609. 2610. 2611. 2612. 2613. 2614. 2615. 2616. 2617. 2618. 2619. 2620. 2621. 2622. 2623. 2624. 2625. 2626. 2627. 2628. 2629. 2630. 2631. 2632. 2633. 2634. 2635. 2636. 2637. 2638. 2639. 2640. 2641. 2642. 2643. 2644. 2645. 2646. 2647. 2648. 2649. 2650. 2651. 2652. 26





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jails de Mendonça Alexandria, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Mírcio Novas de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Modelinos, Rosana Tachima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivo conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declararam que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declararam, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional do Seguro Privado - CNSP. A remuneração de

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de setembro de 2013  
Página 1 de 2







2630851 O diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência do Seguro Privado - SUSEP, de seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cotello de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos anuais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram e título de assuntos gerais.

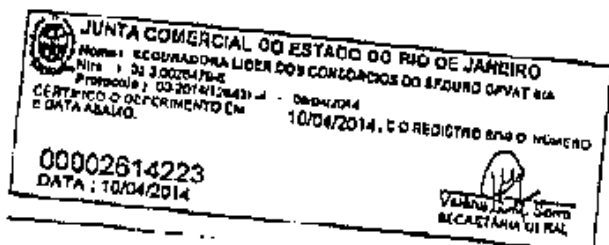
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações levadas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma do sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cesar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Tachime Salsano - Conselheiro; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faria  
Secretário



Cópia da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013  
Página 2 de 2



02  
837

SEGUROADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.  
NIRE nº. 31.1.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-01

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCACÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

**PRESEÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Távares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germino Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiello, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cesar Alves de Oliveira, Invenien Cavalcante Braga, Sidney Maury Santana, Marcelo Goldmann e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcântara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constituintes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Avelanassa Xavier, Marcela Davoli Lopes, José Márcio Brito Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Távares Pereira Filho; Secretário: André Leal Fagundes.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAVASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCIO X, expedido pela SSP/SI, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.270.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.427.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINICIUS CATALDO DE FELIPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M.1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.434-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo inalterada a Investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro PRIVAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 1 de 2



02/11/12

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que a lei nº 12.415/2011 atribua a pena de inelegibilidade e, ainda, não estejam inabilitados para cargo, nos termos da Lei nº 12.415/2011. Os diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambos do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da Lei nº 2.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais pertinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada dissentiram a título de assuntos pormenores.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações lidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser incluído, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de relatório dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Távares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalhin - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Galerman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier - Diretor Presidente eleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor eleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor eleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor eleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor eleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

*André Leal Faoro*

André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro D'VAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 2 de 2



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
(em organização)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
realizada em 10 de Outubro de 2007.

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. PRESENÇA:**

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Alencar Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lenro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momenop, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio César Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

**3. ORDEM DO DIA:**

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

**4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/FP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e REGINA MARIA RANGEL FARIAS, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembleia geral extraordinária, encerrando-se a reunião.



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

#### 5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP da sua eleição na Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

#### 6. ENCERRAMENTO:

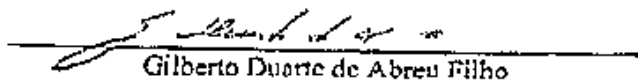
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.

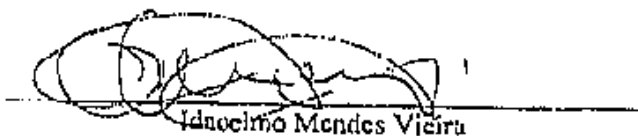
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


  
Luiz Távares Pereira Filho  
Presidente do Conselho

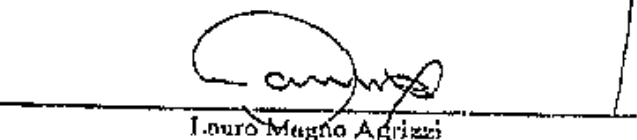
  
André Leal Fuoro  
Secretário

  
Casimiro Blanco Gómez

  
Gilberto Duarte de Abreu Filho

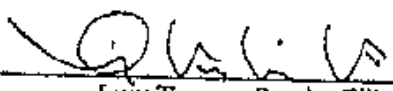
  
Idnelmo Mendes Vieira


  
Juvêncio Cavalcante Braga

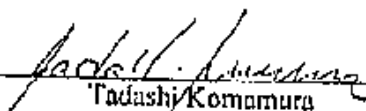
  
Lauro Mugno Aguzzi

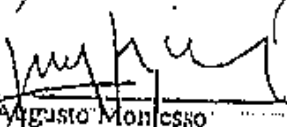


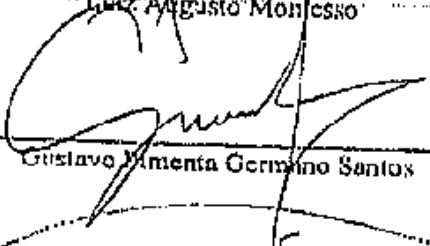
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

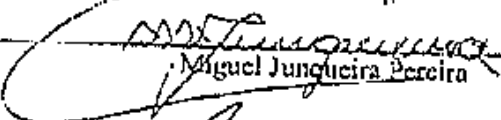
  
Luiz Tavares Pereira Filho

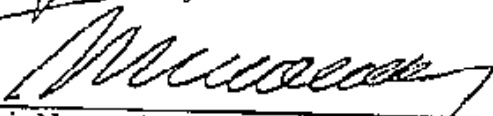
  
Emerson Bernardino da Silva

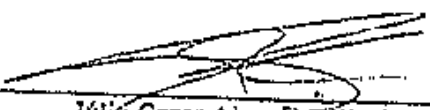
  
Tadashi Komamura

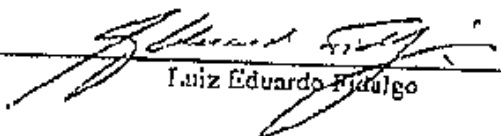
  
Luiz Augusto Montes

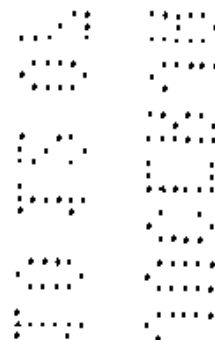
  
Gustavo Amenta Germino Santos

  
Miguel Junqueira Pereira

  
Múcia Novaes de Albuquerque Cavalcanti

  
Júlio César Alves de Oliveira

  
Luiz Eduardo Rialgo




  
3







Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

  
\_\_\_\_\_  
Mauro César Batista

23 23  
23 23  
23 23  
23 23



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 3 e 4.**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Ilídio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Enaro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era do conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genco Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genco Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, item c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fixasse menção ao percentual de quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir do 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT  
Pág. 1 de 20



**- INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, na qualidade de interveniente unânime,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

**Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 3 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

**Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 9 de 20

*[Assinaturas manuscritas]*



categorias 1, 2, 3 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da interessada, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo sem ingresso no Juri Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas do exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, organizações sob a forma de sociedade anônima, sociedades reassuradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações holonárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas ou outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 10 de 20



interos efetivamente despendidas; despesas municipais; os créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

#### Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT aqui convençãoado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, controlar passivos, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de sanção da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, incluída em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 11 de 20



#### **Cláusula 7 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratificar entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9 - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11 - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 12 de 20

*A.* *N* *Im*





convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleia.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Clausula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente Instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integram na época da alteração;

## **Clausula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias no término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.1, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuídas ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o resíduo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso, a reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela da sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 13 de 20



responsabilidade entendida com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente no final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário do seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevier decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia da montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio em 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicarão-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações referentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem no sempre bom, firme e valioso."


Ata da Assembleia de Constituição das Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 15 de 20

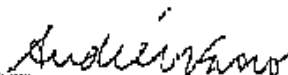
18 2 11





Nada mais havendo o tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

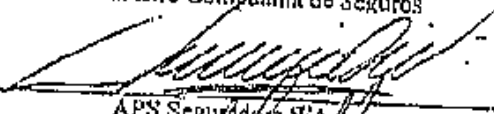
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007


  
Presidente da Mesa


  
Secretário da Mesa

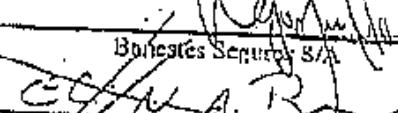
  
ACE Seguradora S/A

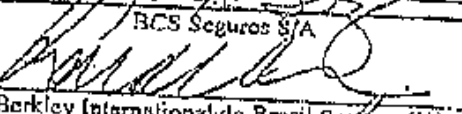
  
American Life Companhia de Seguros

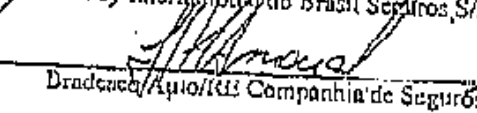
  
APS Seguradora S/A

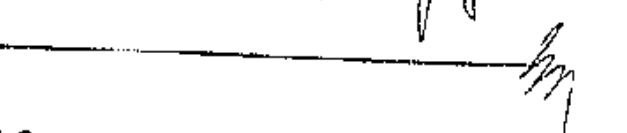
  
Aurora Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Banestes Seguros S/A


  
BCS Seguros S/A


  
Berkley International do Brasil Seguros S/A


  
Bradesco Auto/VI Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20




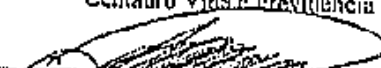
  
Bradesco Vida e Previdência S/A


  
Brasileiras Companhia de Seguros

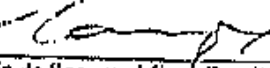
  
BVA Seguros S/A

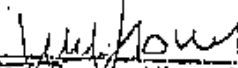
Thierry Clauton  
Diretor-Presidente

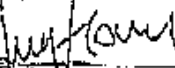
  
Cobor Seguradora S/A

  
Centaur Vida e Previdência S/A

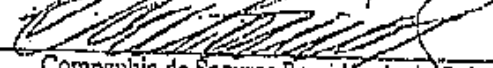
  
Grupo do Brasil Cia de Seguros

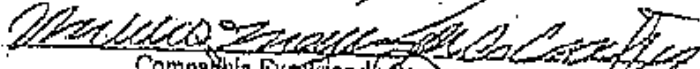
  
Cia de Seguros Minus Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Bahia


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Grãfia Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

  
Companhia Mundial de Seguros

  
CONAPP, Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro D:VAT  
Fl. 17 de 20



~~Seguros S/A - Companhia Seguros e Previdência S/A~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finnax Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genta Seguradora S/A

Geising Sul América S/A - Seguros Industriais

Genul Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Ithi Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

Java Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Marcos Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20



Martins Seguros S/A

MBM Seguradora S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mogeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinif Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição do Consórcio do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20







**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEQ, Sr. João Eliseo Penaz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Paiva para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, com a presença de todos os presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genie Seguradora S.A., Sr. Vasco Moreira Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genie Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que consista no invés de 20% como quorum para convocação de assembleias gerais o percentual de 5% conforme determino o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; e Sr. Casimiro Bianco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fixasse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a alteração na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Bianco. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta para que fosse estipulada voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,  
9 e 10,**

**Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT**  
**Fl. 1 de 76**



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, na qualidade de Interviente-nomente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determinou, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

#### **Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes das contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados nos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

#### **Cláusula 2ª - ADEÇÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficarão sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 2 de 20



### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, na qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos membros, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente à sua respectiva quota, participando com essa percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, o restante da forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras da presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou se torne implícita no Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadores de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, analisadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, analisadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos milionários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Pl. 3 de 20

*[Assinatura]*



#### **Cláusula 5ª - ATENDIMENTO**

Cada Seguradora compromete-se a atender os membros e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### **Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER**

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT, como aqui convencionado, a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa expansão das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, ficando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de operação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

#### **Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 4 de 20

A



Confirmação que vier a sucedê-la, para fiscalização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização de sua contratação, por meio do licenciamento dos veículos.

#### Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder atuar entre as Seguradoras consorciadas na arrecadação e despesas relativas à operação do Consórcio e, ainda, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definido pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecente as decisões adotadas por maioria simples de votos, estabelecida o "quorum" de instauração de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quinto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade dos quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

## **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento expondo a opção de reembolso dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquela em que pretenda ser excluída,

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras remanescentes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessar e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessar e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado em data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
PL 6 de 20





13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, ocorridos ou não, depois de transferidos todos os direitos e obrigações da sua parcela de IDNR, e demais rescalvos, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura desembolsada na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhar-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente pedido de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações julgadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, ou hipótese de que sobrevinda decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se limitem em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio do Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 7 de 20



13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, na que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1. O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a seus respectivos quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações afinentes ao "Seguro DPVAT" - categorias 1, 2, 9 e 10.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Sida dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigência enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores e herdeiros no seu prebo, firme e valioso."

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 8 de 20



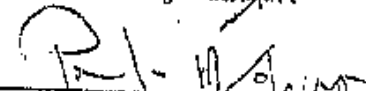
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavagem desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

  
Presidente da Mesa


  
Secretário da Mesa

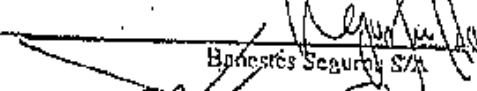
  
ACE Seguradora S/A

  
American Life Companhia de Seguros

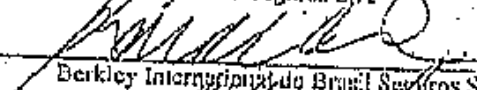
  
APS Seguradora S/A

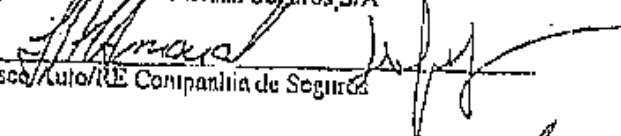
  
Auren Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Bonorés Seguros S/A

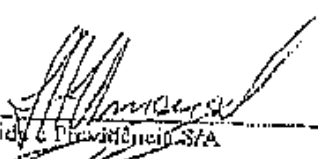
  
BCS Seguros S/A


  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

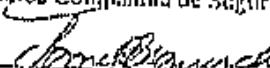
  
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Consolidação dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20

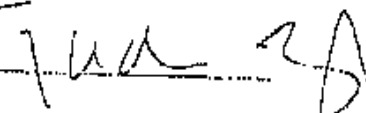


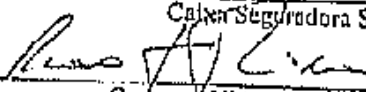
  
Bradesco Vida e Previdência S/A


  
Brasileiras Companhia de Seguros

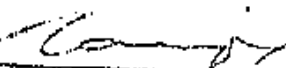
  
BVA Seguros S/A

Thierry Claudon  
Diretor-Previdência

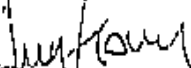
  
Cajazeira Seguradora S/A

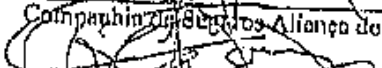
  
Centouro Vida e Previdência S/A


  
Cesib do Brasil Cia de Seguros

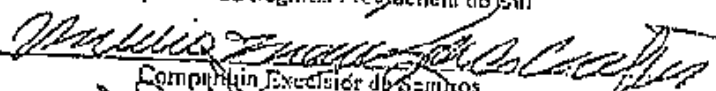
  
Cia de Seguros Minas Brasil

  
PP Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Granta Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPV Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguros DPVAT  
Fl. 17 de 20



Associação Brasileira de Seguros Privados - ABSP

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Financ Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genes Seguradora S/A

Geeling Sul América S/A - Seguros Industriais

Genat Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itai Seguros S/A

Itai Vida e Previdência S/A

J. Multicall Seguros S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Risco Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro PRIVAT  
Pl. 18 de 20



Marília Seguros S/A

MDM Seguros S/A

Milau-Brazil Seguros Vida e Previdência S/A

Miraf-Surmontia Seguros S/A

Mogorai S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguros do Brasil S/A

Paranaguá de Seguros S/A

Parna Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinif Previdência Cia de Seguros

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Pl. 19 de 20









# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte e a última eletronicamente publicada em 25 de Janeiro de 2020

## ATAS, CURTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Outros

## SUMÁRIO

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

## ODEBRECHT

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

## ODEBRECHT

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

[illegible]

ALL INFORMATION CONTAINED  
HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 12-20-2011 BY 60322

[illegible]

Num. 67072473 - Pág. 42

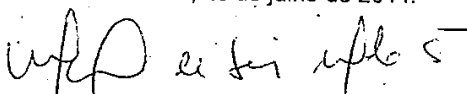
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGÔ SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANÁ DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

  
Maristella de Farias Melo Santos

|   |  |  |
|---|--|--|
| 17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira<br>Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  |  | CARTÓRIO DO 17º<br>OFÍCIO DE NOTAS<br>Bruno Rodrigo Balem Gaspar<br>Escrivente<br>20 CAD / CGJ nº 94.04761<br>58 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94 |
| Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08)<br>Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por: _____<br>Em testemunho da verdade. Serventia 4 20<br>36% TJ+FUNDOS 1 58<br>Total 5 78 |  |  |
| Bruno Rodrigo Balem Gaspar - Aut.<br>EAKH-87150 VAV Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>   |  | OFÍCIO DE NOTAS - RJ   |

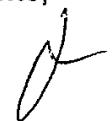
|  |  |  |
|--|--|--|
| 17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira<br>Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800   |  | CARTÓRIO DO 17º<br>OFÍCIO DE NOTAS<br>Geovani Alves Cunha<br>Escrivente<br>Ctps nº 64919<br>58 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94 |
| Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução original que foi apresentado. Cod: X0000010CF6C. Conf. por: _____<br>Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia 4 20<br>36% TJ+FUNDOS 1 58<br>Total 5 78 |  |  |
| Geovani Alves Cunha - Aut.<br>EALF-10450 DAV Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>   |  | OFÍCIO DE NOTAS - RJ   |



**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, ~~residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE.~~, nomeia e constitui seus bastantes procuradores MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



17º OFÍCIO DE NOTAS  
 Tabelião Carlos Alberto Figueira  
 Rua do Carmo, 153 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2507-5301  
 Certificado e doutra que a presente cópia é a reprodução  
 Original que foi apresentado. Data: 20/08/2020. Cont. por  
 Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2020. Serventia  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EALF-10451 Para Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>  
 5,82  
 OFÍCIO DE NOTAS  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrivão  
 CTS nº 9419  
 Saldo 158 RJ  
 Matr. 2543 Lei 1.350/94



em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



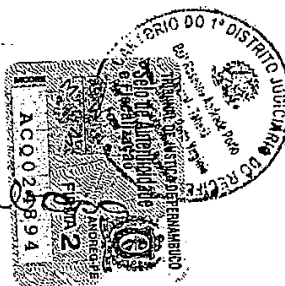
Recife, 20 de fevereiro de 2014.

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgínio, Fone: (81)3224-8865 -Rua Tomazina, nº 121  
Reconheço por SEMELHANÇA às assinaturas indicadas de SERGIO  
DE PETRIBU BIVAR e JOSÉ TUPINAMBA COELHO, a qual confere  
com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fé. Recife, 20 de  
fevereiro de 2014. Emol: RS 7.492

Em test. da verdade.

*Rosana Farias Barbosa*  
Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada  
\*\*\*Válido somente com o selo de autenticidade\*\*\* 15:58

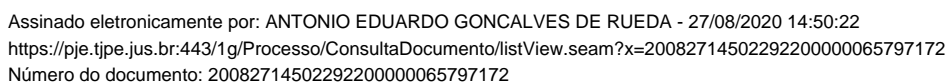


**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife  
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.





**CARTÓRIO DO 17º**  
**Geovanni Alves**  
**Cunha**  
Escrevente  
C/Tª nº 44.019  
Estat. 18.90  
At 2037 16.03.2024



**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011  
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)**

**Data, hora e local:** dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar – bairro Recife Antigo – Recife / PE.

**Convocação:** anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

**Presenças:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar

Secretária: Catarina de Petribú Bivar ....

**Deliberações:** considerando que a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 – bairro Afritos - Recife – PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 – Pina – CEP 51011-220 – Recife – PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói – RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC

32



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº: 20126891940

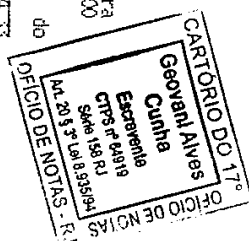
Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Forno Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro, Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-7800  
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
 original que foi apresentado. Doc: X00000100F62. Conf. por: \_\_\_\_\_  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 4.33  
 36% IUTUROS : 1.53  
 Total : 5.86  
 Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EML-10440 EML Consultar em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

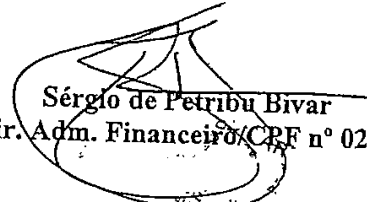


Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250 - SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Coifman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribú Bivar - Secretário / Luciano de Petribú Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

  
**José Tupinambá Coelho**

**Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91**

  
**Sérgio de Petribu Bivar**

**Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41**

  
**Anderson Fernandes Peixoto**

**Gestor Jurídico / OAB/PE 29854**

RCA 18 08 2011 - TUPI E SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOB Nº: 20126891940

Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
**ROLDÃO ALVES PAES BARRETO**  
SECRETÁRIO GERAL



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fimbo Du  
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2327-7777  
Certifico e dou fé que o presente documento é a reprodução  
Original que foi apresentado. Cod: 20082714502292200000065797172  
Rio de Janeiro 12 de Agosto de 2020. Serventuário: Geovani Alves  
Cunha  
17o OFICIO DE NOTAS - RJ  
CARTÓRIO DO 17o  
OFICIO DE NOTAS  
Geovani Alves  
Cunha  
17o OFICIO DE NOTAS - RJ  
Cod: 20082714502292200000065797172  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 27/08/2020 14:50:22  
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082714502292200000065797172  
Número do documento: 20082714502292200000065797172



[illegible]

UNIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ (MF) 70.056.536/0001-04 -  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA:** *Pravara Seabra: Submetemos a apreciação do V.Sar. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2.006, 2.007, 2.008, 2.009, 2.010 e 2.011. Recife (PE), 25 de abril de 2012. A DIRETORIA.*

|                    | 2.011     | 2.010     | 2.009     | 2.008     | 2.007     | 2.006     |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| ATIVO              | 5.156.306 | 5.412.827 | 4.042.471 | 3.694.071 | 2.127.991 | 1.861.242 |
| CIRCULANTE         | 4.041.907 | 4.078.213 | 3.328.562 | 2.081.368 | 1.010.912 | 334.079   |
| NÃO CIRCULANTE     | 1.094.941 | 1.326.204 | 703.910   | 974.753   | 1.117.079 | 2.458.163 |
| PASSIVO            | 5.156.306 | 5.412.827 | 4.042.471 | 1.858.071 | 2.127.991 | 1.862.242 |
| CIRCULANTE         | 913.390   | 1.347.141 | 969.788   | 243.177   | 245.957   | 434.047   |
| NÃO CIRCULANTE     | 347.750   | 394.000   | 547.212   | 594.412   | 500.000   | 0         |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 3.878.269 | 3.681.786 | 2.585.481 | 2.216.491 | 1.382.034 | 1.149.195 |

|  | 2.018       | 2.009       | 2.008       | 2.007       | 2.006       |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA            | 1.023.225   | 1.414.020   | 1.532.960   | 963.072     | 433.221     |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS         | (375.838)   | (222.824)   | (215.208)   | (100.548)   | (130.092)   |
| OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS         | 444.072     | 339.420     | 330.368     | 90.450      | (15.175)    |
| RESULTADO OPERACIONAL                  | 1.091.665   | 1.565.985   | 1.647.722   | 894.153     | 307.954     |
| PROVISÃO PARA TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES | (139.693)   | (128.208)   | (81.222)    | (73.510)    | (30.075)    |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO                 | 951.972     | 1.437.777   | 1.566.500   | 820.643     | (22.804)    |
| NÚMERO DE AÇÕES QUE COMPÕE O CAPITAL   | 158.870.310 | 158.870.310 | 158.870.310 | 158.870.310 | 158.870.310 |
| RESULTADO POR LOTE DE M.A.ÇÕES         | 0,0299      | 0,0443      | 0,8540      | 0,1496      | 0,2680      |

|                                       | 2.011     | 2.010     | 2.009     | 2.008     | 2.007  | 2.006 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------|-------|
| FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS     | 993.039   | 260.444   | 959.099   | 113.859   | 37.002 |       |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | 37.002    | (40.406)  | (10.009)  | (214.710) |        |       |
| FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (941.250) | (578.620) | (582.000) | 0         |        |       |
| ACRESCIMO (DECRESCIMO) NO DISPONIVEL  | 80.811    | (156.382) | (204.910) | (100.910) |        |       |
| DISPONIVEL NO INICIO DO EXERCICIO     | 45.241    | 41.823    | 35.823    | 130.523   |        |       |
| DISPONIVEL NO FINAL DO EXERCICIO      | 134.852   | 45.241    | 41.823    | 25.823    |        |       |

| ORIGENS                                   | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007      | 2006     |
|---|------|------|------|------|-----------|----------|
| DAS OPERAÇÕES DE TERCEIROS                |      |      |      |      | 277.571   | 87.552   |
| DE APLICAÇÕES                             |      |      |      |      | (509)     | (28.078) |
| DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DO PERMANENTE    |      |      |      |      | 905.883   | 74.285   |
| DE LUCROS DISTRIBUÍDOS                    |      |      |      |      | 74.275    |          |
| DE VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO |      |      |      |      | 0         | 0        |
| DE VARIAÇÃO NO ATIVO CIRCULANTE           |      |      |      |      | (228.312) | (8.742)  |
| DE VARIAÇÃO NO PASSIVO CIRCULANTE         |      |      |      |      | (4.312)   | (4.900)  |

|                                  | 2.011     | 2.010       | 2.009       | 2.008    | 2.007    | 2.006    |
|----------------------------------|-----------|-------------|-------------|----------|----------|----------|
| SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO     | 0         | 1.928.828   | 233.293     | 12.736   | 27.489   |          |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0         | 0           | 18.704      | (1.560)  | 10       |          |
| SALDO INICIAL AJUSTADO           | 0         | 0           | 1.929.428   | 11.176   | 27.569   |          |
| RESULTADOS DO EXERCÍCIO          | 950.374   | 1.347.777   | 1.568.500   | 818.843  | 277.482  | 58.101   |
| CURSOS DISTRIBUÍDOS              | (239.043) | (431.472)   | (1.200.000) | 0        | (43.483) | (87.120) |
| CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS         | (718.931) | (1.090.305) | (1.325.928) | (40.014) | (12.279) | (2.755)  |
| SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO      | 0         | 0           | 1.928.928   | 232.249  | 12.735   |          |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 E 2011 – NOTA 1- SUMÁRIO DOS PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBILIS APLICADAS** consiste em se elaborar e apresentar em conformidade com os dispositivos contábeis da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações contábeis de acordo com o seguinte: a) Imobilizado: é registrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/2015; b) Todos os ativos e passivos são avaliados pelo valor líquido atual à data das demonstrações contábeis; c) 2010 - O capital social é composto de 158.970.330 ações nominativas, sendo 158.970.330 ações ordinárias e 21.686.090 ações preferenciais, Resolução PREJ, 31 de dezembro de 2010, emitida pela Fanele Leite Burg & Oliveira Presidente – Gleide de Albuquerque Maranhão Braga, Diretor Vice-Presidente – Maria do Carmo Maranhão Leite Burg – Diretora – Luciano Pascoal dos Santos e CFC-PRC PPS nº 2009-001.



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
 Rua do Carmo 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8800  
 Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentada. Cod: XXXXXXXX  
 Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 2014.  
 Aut. Serventia: 36% Total  
 Geovani Alves Cunha  
 EALF-10444 JGP Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/site>

**CARTÓRIO DO 17º**  
**OFÍCIO DE NOTAS - RJ**  
 Geovani Alves  
 de Cunha  
 Escrevente  
 OAB RJ 254919  
 At. 20.874.448.9356-1





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRABALHO,  
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

## EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

TCA Nº 018/2012 - Compromissada Gestora - Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo Compromissada Adversita: Secretária de Administração Objeto: Portaria, em duas, para publicação informações no Portal Emprega PE. Data: 28/09/2012. ANTONIO CARLOS MARRANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRABALHO,  
QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

## EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

12ª TA ao CT Nº 103/2008, Contratante - Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo Contratada: Jacob Benaim Neto. Objeto: Realizar anual contratual a partir de 16/12/2011, bem como a sucessão de propriedade do imóvel, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral do Estado de Nº 057/2012 - Processo PGE Nº 2012.02.001236. Data: 24/07/2012. ANTONIO CARLOS MARRANHÃO DE AGUIAR - SECRETÁRIO.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE TRANSPORTES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SETRAAVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012.

A Comissão Especial de Licitação torna público, para o conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO, por interesse administrativo, da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 064/2012-CEL. Objeto: Execução das Obras de Restauração da Rodovia PE-292, trecho: Entr. PE-275 (Albuquerque Nã) - Igarapé - Afogados de Ingazeira, com extensão de 40,27 km. A nova data para abertura de referida licitação será informada através da publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

SECRETARIA DE TURISMO DE  
PERNAMBUCO - SETURCOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
AVISO DE ADIAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2012 - CPL/SETUR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2012-SETUR  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ROTAS ACESSÍVEIS À PRAIA DE BOA VISTA PARA BANHO DE MAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NA CIDADE DO RECIFE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.  
Fica adiado o recebimento das propostas para 16/10/2012. O novo edital, poderá ser retido no site www.setur.pe.gov.br, ou pessoalmente na CPL, a partir de quarta-feira, 10/10/2012, no horário das 9:00 (nove) às 12:00 (doze) horas, na SETUR, informações pelo fone: (081) 31623996.  
Recife, 08 de outubro de 2012  
Mary Chã Ferraz de Castro  
Presidente da CPL - SETUR

SECRETARIA DE TURISMO,  
CNPJ Nº 08.113.327/0001-81

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio 01/2012; Concedente: Secretária de Turismo; Proponente: Departamento de Estradas da Rodagem-PE; Objeto: Repasse de recursos financeiros por destaque orçamentário objetivando a indenização para desapropriação da faixa de domínio Rodovia Via ROTA ACESSÍVEL À PRAIA de Boa Vista para Banho de Mar de Pessoas com Deficiência e/ou Mobilidade Reduzida na Cidade do Recife do Estado de Pernambuco.  
Fica adiado o recebimento das propostas para 16/10/2012. O novo edital, poderá ser retido no site www.setur.pe.gov.br, ou pessoalmente na CPL, a partir de quarta-feira, 10/10/2012, no horário das 9:00 (nove) às 12:00 (doze) horas, na SETUR, informações pelo fone: (081) 31623996.  
Recife, 08 de outubro de 2012  
Mary Chã Ferraz de Castro  
Presidente da CPL - SETUR

Carlos Eduardo Cabral Figueiredo  
Superintendente de Planejamento e Gestão

## Publicações Municipais

CÂMARA MUNICIPAL DE PETROLINA-PE  
CONTRATO Nº 005/2012 - OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de cartuchos, lona, lã de lã e toner para impressoras da Câmara Municipal de Petrolina, pelo período de

12 (doze) meses, conforme as especificações do Anexo III do Edital de Pregão Nº 06/2012. Empresa Contratada: REKARGA LEONARDO MARTINS PIRES INFORMATICA ME. Plano de Vigência: 12 meses. Valor: R\$ 19.804,00. Data da Assinatura: 11/09/2012. Assina: Maria Elana de Alencar - Presidente da CMPI/PE.

(44048)

## PREFEITURA DE VERDEJANTE

## Estrato Termo de Rescisão Contratual

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDEJANTE torna público o Termo de Rescisão Amigável do Contrato Nº 016/2012, com a empresa S P PAJEU EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, que tem como objeto a execução de serviços de locação e gerenciamento de veículos, destinados ao atendimento das necessidades de rede escolar. Valor contratual R\$ 94.553,68. Fundamentação Legal: Títulos do Art. 78, XII e Art. 79, II da Lei Federal 8.666/93, Em 03 de setembro de 2012.

Lucia Pereira de Sá e Silva - Presidente CPL

(44045)

## Publicações Particulares

MAMOABA AGRO PASTORIL S/A  
CNPJ (MF) Nº 11.026.333/0001-06

## EXTRATO DE ATA

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas cumulativamente. Data da Realização: 06/08/2012, às 10:00 (dez) horas, Local: Na sede social, sita na Av. Marques de Olinda, nº 11, Recife-PE. Comparação: Acionistas representantes da totalidade da capital social. Mesa: Presidente: José Bernardino Pereira dos Santos; Secretário: Francisco de Jesus Pinheiro, representante da acionista AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Escorial S/A. Deliberações: Por unanimidade de votos, aprovou-se o seguinte: I) Em Assembleia Geral Ordinária: a) Foi aprovado o Relatório de Administração, encaminhado do Balanço Patrimonial encontrado em 31/12/11, demonstrações financeiras correspondentes e parecer do Conselho Fiscal; b) eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) eleição dos membros do Conselho Fiscal; d) eleição dos membros do Conselho Fiscal; e) eleição dos membros do Conselho Fiscal; f) eleição dos membros do Conselho Fiscal; g) eleição dos membros do Conselho Fiscal; h) eleição dos membros do Conselho Fiscal; i) eleição dos membros do Conselho Fiscal; j) eleição dos membros do Conselho Fiscal; k) eleição dos membros do Conselho Fiscal; l) eleição dos membros do Conselho Fiscal; m) eleição dos membros do Conselho Fiscal; n) eleição dos membros do Conselho Fiscal; o) eleição dos membros do Conselho Fiscal; p) eleição dos membros do Conselho Fiscal; q) eleição dos membros do Conselho Fiscal; r) eleição dos membros do Conselho Fiscal; s) eleição dos membros do Conselho Fiscal; t) eleição dos membros do Conselho Fiscal; u) eleição dos membros do Conselho Fiscal; v) eleição dos membros do Conselho Fiscal; w) eleição dos membros do Conselho Fiscal; x) eleição dos membros do Conselho Fiscal; y) eleição dos membros do Conselho Fiscal; z) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ab) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ac) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ad) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ae) eleição dos membros do Conselho Fiscal; af) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ag) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ah) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ai) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ak) eleição dos membros do Conselho Fiscal; al) eleição dos membros do Conselho Fiscal; am) eleição dos membros do Conselho Fiscal; an) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ao) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ap) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ar) eleição dos membros do Conselho Fiscal; as) eleição dos membros do Conselho Fiscal; at) eleição dos membros do Conselho Fiscal; au) eleição dos membros do Conselho Fiscal; av) eleição dos membros do Conselho Fiscal; aw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ax) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ay) eleição dos membros do Conselho Fiscal; az) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ba) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; be) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; br) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; by) eleição dos membros do Conselho Fiscal; bz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ca) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ce) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ch) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ci) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ck) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; co) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ct) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; cz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; da) eleição dos membros do Conselho Fiscal; db) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; de) eleição dos membros do Conselho Fiscal; df) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; di) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; do) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ds) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; du) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; dz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ea) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ec) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ed) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ee) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ef) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ei) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ej) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ek) eleição dos membros do Conselho Fiscal; el) eleição dos membros do Conselho Fiscal; em) eleição dos membros do Conselho Fiscal; en) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ep) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; er) eleição dos membros do Conselho Fiscal; es) eleição dos membros do Conselho Fiscal; et) eleição dos membros do Conselho Fiscal; eu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ev) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ew) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ex) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ey) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ez) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ff) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ft) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; fz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ga) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ge) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; go) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; gz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ha) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; he) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ho) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ht) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; hz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ia) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ib) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ic) eleição dos membros do Conselho Fiscal; id) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ie) eleição dos membros do Conselho Fiscal; if) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ig) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ih) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ii) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ij) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ik) eleição dos membros do Conselho Fiscal; il) eleição dos membros do Conselho Fiscal; im) eleição dos membros do Conselho Fiscal; in) eleição dos membros do Conselho Fiscal; io) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ip) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ir) eleição dos membros do Conselho Fiscal; is) eleição dos membros do Conselho Fiscal; it) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ix) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; iz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ja) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; je) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ji) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; js) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ju) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; jz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ka) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ke) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ki) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; km) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ko) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ks) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ku) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ky) eleição dos membros do Conselho Fiscal; kz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; la) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ld) eleição dos membros do Conselho Fiscal; le) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; li) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ll) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ln) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ls) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ly) eleição dos membros do Conselho Fiscal; lz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ma) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; md) eleição dos membros do Conselho Fiscal; me) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ml) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ms) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; my) eleição dos membros do Conselho Fiscal; mz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; na) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ne) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ng) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ni) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; no) eleição dos membros do Conselho Fiscal; np) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ns) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ny) eleição dos membros do Conselho Fiscal; nz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ob) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; od) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; of) eleição dos membros do Conselho Fiscal; og) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ok) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ol) eleição dos membros do Conselho Fiscal; om) eleição dos membros do Conselho Fiscal; on) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; op) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; or) eleição dos membros do Conselho Fiscal; os) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ot) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ou) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ov) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ow) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ox) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; oz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ph) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; po) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ps) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; px) eleição dos membros do Conselho Fiscal; py) eleição dos membros do Conselho Fiscal; pz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ql) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; qz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ra) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; re) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ri) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ro) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ru) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ry) eleição dos membros do Conselho Fiscal; rz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; se) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; si) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; so) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ss) eleição dos membros do Conselho Fiscal; st) eleição dos membros do Conselho Fiscal; su) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; sz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ta) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; td) eleição dos membros do Conselho Fiscal; te) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; th) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ti) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; to) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ts) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ty) eleição dos membros do Conselho Fiscal; tz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ua) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ub) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ud) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ue) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ug) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ui) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ul) eleição dos membros do Conselho Fiscal; um) eleição dos membros do Conselho Fiscal; un) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; up) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ur) eleição dos membros do Conselho Fiscal; us) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ut) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ux) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; uz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; va) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ve) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; vz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; we) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ws) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ww) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; wz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xa) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xe) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; xz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ya) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ye) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ym) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ys) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; yz) eleição dos membros do Conselho Fiscal; za) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zb) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zc) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zd) eleição dos membros do Conselho Fiscal; ze) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zf) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zg) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zh) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zi) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zj) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zk) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zl) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zm) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zn) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zo) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zp) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zq) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zr) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zs) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zt) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zu) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zv) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zw) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zx) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zy) eleição dos membros do Conselho Fiscal; zz) eleição dos membros do Conselho Fiscal.

(44042)

TRAMONTINA DELTA S.A. - Recife - PE CNPJ  
02.506.145/0001-23 - NIRE 262000128/47

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Aos vintes e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e doze (2009/2012), às (08:00) horas na sede social da Companhia, sita na Av. Barão do Bonito, 1.110, Bairro da Várzea, em Recife, PE, reuniram-se os membros do Conselho de Administração de TRAMONTINA DELTA S.A. Aberta a reunião e dirigida pelo seu Presidente, Sr. Cláudio Tramontina, a secretária pelo seu Vice-Presidente, Sr. José Gueiros, informou o Sr. Presidente que a finalidade desta reunião é de submeter à Diretoria Executiva da companhia composta por Sr. Domingos Nizola, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente na Rua Domingos Paganelli, 975, Garibaldi, RS, Carteira de Identidade nº 5003152146 SSP-RS e CPF nº 033.381.340-53, a Sr. Rui José Baidar, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, do comércio, residente na Av. Kyrton Sena da Silva, 998, apt. 501, bairro Piedad, Jaboatão dos Guararapes, PE, Carteira de Identidade nº 04306030-2 SSP-PE e CPF nº 277.600.900-30 a celebrar junto ao Governo do Estado de Pernambuco um PROTOCOLO DE INTENÇÕES para a implantação de um empreendimento industrial no Distrito Industrial Moreno, no qual estarão previstos: Os compromissos da Empresa; Os compromissos do Estado; Os compromissos do município; Outros compromissos; Disposições gerais. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente solicitou a leitura da presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos. (Ass.) Cláudio Tramontina - Presidente; José Gueiros - Secretário; (Ass.) Paulo, Eduardo Scomazzon. A presente é cópia fiel da sua transcrição do Livro próprio. Recife, 26 de setembro de 2012. Cláudio Tramontina - Presidente do Conselho de Administração, José Gueiros - Secretário, Junta Comercial do Estado de Pernambuco, Carteira de Registro em 04/10/2012, sob nº 2012682975, Protocolar: 12486797-5, Rolândi Alves Paes Barreto - Secretário-Geral.

(44044)

## COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ/NIF Nº 23.054.828/0001-82 - NIRE Nº 28.10001024-1 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - PORTARIA Nº 4, de 17/09/2011 - O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de suas atribuições, delega pelo Ministro da Fazenda, por meio da Portaria Nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 36 do Decreto-Lei Nº 71, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP Nº 15414.001002012-45, resolve: Art. 1º - Aprova, em 15 de fevereiro de 2012 e 27 de fevereiro de 2012 de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, CNPJ Nº 23.054.828/0001-82, sede na cidade de Recife - PE, conforme as deliberações tomadas por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2012. Art. 2º - Ratificar que o capital social da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS é de R\$ 33.151.944,00, representado por 4.060.064.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação. LUCIANO PORTAL SANTANA, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012 - DIA, HORA E LOCAL: Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 10h00min, na sede social da Companhia, Avenida Marques de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro do Recife - Recife - PE, QUORUM: Acionistas representando 99,60% do Capital Social, de 2012/2011 - Aumento Capital Social em R\$ 1.000.000,00; e) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; f) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; g) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; h) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; i) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; j) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; k) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; l) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; m) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; n) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; o) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; p) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; q) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; r) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; s) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; t) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; u) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; v) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; w) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; x) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; y) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; z) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; aa) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ab) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ac) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ad) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ae) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; af) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ag) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ah) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ai) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; aj) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; ak) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00; al) 27/02/2012 - Ratificação das AGEs de 22/09/2011 - Proposta de aumento do Capital Social em R\$ 1.260.000,00;

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fimio Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9200  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100567. Conf. por  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10445 SUH Consulte em <https://www3.tirijus.br/site/>  
CARTÓRIO DO 17º  
Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
C.Tax. 04918  
M. 21.871.683/94  
OFÍCIO DE NOTAS - RJ



PROTOCOLO



**SUSEP**  
Superintendência de Seguros Privados

Expediente 10-004198/2011



**EXCELSIOR  
SEGUROS**  
DESDE 1913



**Formulário de Abertura de Processo Administrativo – SUSEP**

**Nome da Empresa:** COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**Código:** 0569-0

**Assunto:**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Aumento de Capital Social         | <input type="checkbox"/> Redução de Capital Social        |
| <input type="checkbox"/> Cisão, Fusão ou Incorporação      | <input type="checkbox"/> Reforma do Estatuto Social       |
| <input type="checkbox"/> Constituição de Sociedade         | <input type="checkbox"/> Transferência de Carteira        |
| <input type="checkbox"/> Consulta                          | <input type="checkbox"/> Transferência Controle Acionário |
| <input type="checkbox"/> Desinvestidura de Administradores | <input type="checkbox"/> Transformação em S/A             |
| <input type="checkbox"/> Investidura de Administradores    | <input type="checkbox"/>                                  |
| <input type="checkbox"/> Reavaliação de imóveis            |   |

**Outros dados:**

**Data:** 30/03/2011

- ☐ AGC - Assembléia Geral de Constituição
- ☐ **AGO - Assembléia Geral Ordinária**
- ☐ AGO/E - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária
- ☐ AGE - Assembléia Geral Extraordinária
- ☐ RCD - Reunião de Conselho Deliberativo
- ☐ RCA - Reunião de Conselho Administrativo
- ☐ RD - Reunião de Diretoria
- ☐ Outros (especificar)

**Observações:**

**Local e Data:**

Recife (PE), 30 de março de 2011

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

Sergio de Petribu Bívar  
Diretor Administrativo/Financeiro

SUSEP

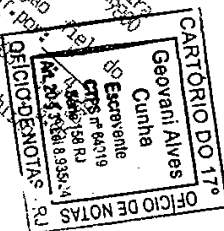
Raphael  
29 ABR 2011

AGO 30.03.11 - formulário de abertura do processo.doc

PROTOCOLO <sup>Página 1 de 1</sup>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira  
Rua do Campo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9880  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
original que foi apresentada. Cód: XXXXXX100F09. Conf. pp.  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10446 (RJ) Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepub>





À  
**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP**

**Interessado: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

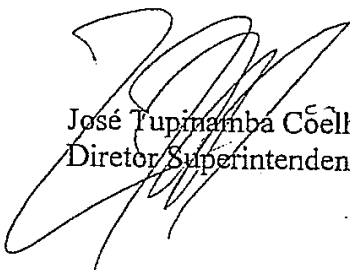
**Assunto: AGO de 30 de março de 2011**

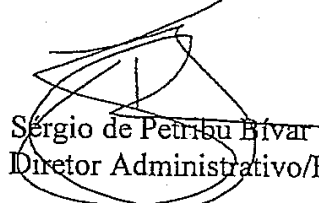
**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92; NIRE 26.30001024-1, com sede na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro do Recife – Recife PE, vem, por seus Diretores infra-assinados, encaminhar a documentação necessária e requerer a homologação das deliberações aprovadas na **Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011:**

1. Investidura dos Administradores com a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014.
2. Ratificação das atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP, conforme legislação em vigor.
3. Fixação da remuneração dos Administradores.
4. Delimitação da área de atuação da Seguradora.

Recife (PE), 30 de março de 2011

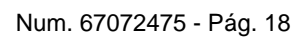
**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

  
José Tupinamba Côelho  
Diretor Superintendente

  
Sérgio de Penha Bivar  
Diretor Administrativo/Financeiro



**Geovani Alves Cunha**  
Escrivente  
CIPPS nº 84.910  
Sala 155 RJ  
Art. 20 § 3º Lei 8.335/94





**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**  
CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2011**

**Dia, Hora e Local:** Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às 10:00 h, na sede social da Companhia, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

**Quorum:** Acionistas representando 99,59% do Capital, conforme assinaturas no Livro próprio.

**Publicações:** Convocação por Edital publicado nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 19, 23 e 25 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 21, 23 e 25 de março de 2011, após a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 nas edições dos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" dos dias 12, 15 e 16 de março de 2011 e "Folha de Pernambuco", dos dias 14, 16 e 18 de março de 2011.

**Mesa:** Presidente: Luciano Caldas Bivar  
Secretária: Tatiana Tavares de Campos

**Ordem do dia:**

1. Aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
2. Destinação dos resultados do exercício.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração.
4. Atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários junto à SUSEP.
5. Fixação da verba mensal global para a remuneração dos administradores.
6. Delimitação da área de atuação da Seguradora.
7. Outros assuntos de interesse social.

**Deliberações:** Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes à Assembléia os administradores da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos, quando exigido por lei:

1. Pediu a palavra o Diretor Presidente, Dr. Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, para informar aos Srs. Acionistas que, considerando as mudanças significativas na implantação do novo Sistema, o que veio a prejudicar o cumprimento do cronograma de publicação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tais documentos não foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e "Folha





17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 21-2507-2123  
 Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução  
 original que foi apresentada. Cod: XXXXXX100764. Conf. por:  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
 Geovana Alves Rocha - Art.  
 EALF-10442 SXL Consulta em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS - RJ  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CPF nº 84919  
 Selo 158 RJ  
 Selo 20 RJ Lei 8.335/84

1  
 5.8



de Pernambuco" até a presente data, reafirmando que, em nenhum momento, se houve a EXCELSIOR SEGUROS com negligência ou má-fé, reiterando que a empresa está passando por transtornos relacionados exclusivamente à implantação de novo Sistema, tendo em vista os contratempos gerados pela migração de dados, conforme já amplamente acompanhado pela fiscalização da SUSEP. Desta forma, considerando que, embora estejam os ajustes próximos do seu enquadramento, o prazo legal para publicação já se esgotou, o que comprova o caráter excepcional do seu pedido, requerendo o Sr. Diretor Presidente submissão da aprovação das contas do exercício à sua publicação, tão logo ocorra. Por unanimidade dos acionistas presentes, deliberou a Assembléia prorrogar a aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 *ad referendum* de Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada logo após a efetivação das publicações legais.

2. Tendo em vista o acima exposto, deliberou esta Assembléia que a destinação dos resultados do exercício também fica submetida à apreciação da AGE a ser convocada para a aprovação das contas do exercício passado.

3. Procedeu-se à **reeleição dos membros do Conselho de Administração**, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2014, tendo sido reeleitos os seguintes Conselheiros: **I) Presidente, Luciano Caldas Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 557.970 – SSP/PE, CPF nº 018.189.614-15, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **II) Catarina de Petribu Bivar**, brasileira, casada, empresária, RG nº 525.146 – SSP/PE, CPF nº 001.066.314-20, residente e domiciliada à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1301 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE; **III) Luciano de Petribu Bivar**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 5.127.130 – SSP/PE, CPF nº 024.650.494-37, residente e domiciliado à Avenida Bernardo Vieira de Melo nº 1626 apto. 1501 – Piedade – CEP 54410-010 - Jaboatão dos Guararapes – PE. Os Conselheiros permanecerão em suas funções até que os nomes dos Conselheiros que forem eleitos em 2014 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Conselheiros eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 136/2005 e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

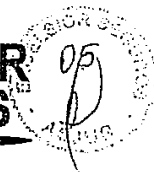
4. Deliberaram os senhores acionistas ratificar as atribuições das funções específicas dos Diretores Estatutários responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, como segue: **Diretor Presidente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia;



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto de Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 2107-9800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do  
original que foi apresentado. Cod. 201.000.000  
Rio de Janeiro, 1 de Agosto de 2014.  
Geovani Alves Lima - Aut.  
EALF-10443 OLM Consulte em <https://www3>

OFICIO DE NOTAS  
TABELIAO  
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA  
RUA DO CARMO 63 - CENTRO  
RIO DE JANEIRO - RJ  
2107-9800  
11.08.2014  
14:53





**Diretor Administrativo-Financeiro** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial** - com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005.

5. Mantido o montante global mensal da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser distribuído em Reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Art. 7º do Estatuto Social.

6. Cumprindo entendimento da SUSEP de que a área de atuação da Seguradora deverá ser delimitada em Assembléia Geral, a fim de que estejam claros os parâmetros de capital mínimo e taxa de fiscalização exigidos por aquela Autarquia, ratificar que a Companhia opera com Seguros de Danos e Seguros de Pessoas em todas as Regiões.

7. Nenhum outro assunto de interesse da sociedade foi tratado na presente Assembléia.

Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação.

**Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período.

**Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembléia, referidos nesta ata.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembléia Geral Ordinária, lavrando-se no Livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem.

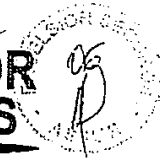
**Assinaturas:** Presidente da Mesa: Luciano Caldas Bivar; Secretária da Mesa: Tatiana Tavares de Campos; Acionistas: Luciano Caldas Bivar, Tatiana Tavares de Campos, Catarina de Petribu Bivar, Luciano de Petribu Bivar, Gerencial Brasitex Serviços Técnicos S/A, Brasifactor Fomento



17º OFÍCIO DE NOTAS - Centro Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel do  
original que foi apresentado. Cod: XXXXX  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.  
Leovand Alves Cunha  
EALF-10437 Rm Condição em https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082714502292200000065797172

OFÍCIO DE NOTAS  
CARLOS ALBERTO FIRMO OLIVEIRA  
Tabelião  
Cunha  
CPF nº 64315  
OAB RJ nº 203.974-8/93507



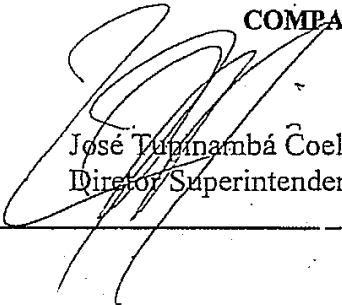


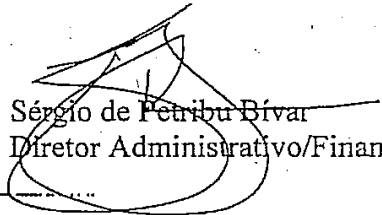
Comercial Ltda. e Brasipar Participações S/A, representadas neste ato por seu Administrador Luciano Caldas Bivar.

**Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro próprio e que são autênticas, no mesmo Livro, as assinaturas neles apostas.

Recife (PE), 30 de março de 2011

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Sérgio de Petribu Bivar  
Diretor Administrativo/Financeiro



17o OFICIO DE NOTAS - Jabeliao Carlos Alberto Fim... Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 917-7800  
Certifico e dou fe que a presente copia é  
original que foi apresentado. Cod: X0000  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10439 OAW Consulte em <https://www3.tjrj>





# COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 NIRE nº 26.3.0001024-1

## ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 35 / 2011

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Art. 1º -** A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2º -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 – bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

**Art. 3º -** A Companhia tem por objeto:  
a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;  
b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

**Art. 4º -** O prazo de sua duração será indeterminado.

### CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

**Art. 5º -** O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembléia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

**§ 1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembléias.

**§ 2º -** As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembléias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

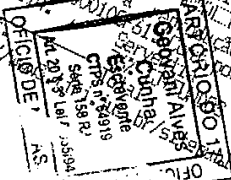
- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

**§ 3º -** A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600  
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel do original que foi apresentado. Cod: X01000106  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2017.  
bezzani Alves Cunha - Tabelião  
EALF-10439 (OT) Consulte em https://  
4.33  
1.53  
5.86



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 6º -** A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Art. 7º -** A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

**Art. 8º -** Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante afixação de termo de posse no livro de registro do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

#### **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 9º -** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Assembléia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.


**Art. 10 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

**Art. 11 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembléia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembléia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembléia Geral.

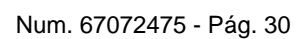
**Art. 12 -** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

**Parágrafo Único -** Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10



**Georgini Alves**  
**3ª Junta**  
**Exercente**  
**CPTS nº 64910**  
**Sala 158 RJ**  
**At 20/3/16 B.935194**



**Art. 13 -** O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

**Art. 14 -** Compete ao Conselho de Administração:

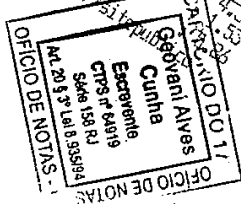
- I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II -** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III -** estabelecer os limites operacionais de atuação dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV -** examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V -** estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI -** convocar a Assembléia Geral;
- VII -** manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII -** escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX -** autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X -** aprovar o Regimento Interno;
- XI -** declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII -** deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII -** deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV -** vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV -** aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI -** decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII -** submeter à Assembléia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII -** decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX -** deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX -** distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembléia Geral;
- XXI -** fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembléia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII -** criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII -** exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

**Art. 15 -** Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 3 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Fermo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cod: X00000100FSC. Cont. por:  
Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2014. Serventia  
33% TJ+FUNDS  
Total  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10434 LSP Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sistema>



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

**Art. 16 -** A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

**Parágrafo Único -** O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

### SEÇÃO III - DA DIRETORIA

**Art. 17 -** A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Único -** A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

**Art. 18 -** O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

**Art. 19 -** Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

**Art. 20 -** Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

**Art. 21 -** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

**Art. 22 -** As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

**Art. 23 -** A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

**Art. 24 -** Compete à Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;

II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;

III - criar e extinguir dependências;

IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Página 4 de 10





17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9880  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução  
original que foi apresentado. Cod. XXXXXXX10050. Cont. Per. Tia  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
Geovani Alves Cunha - Aut.  
EALF-10435 DZ Consulta em <https://www3.tjri.jus.br>  
Total 32. Títulos  
Escritório  
CNPJ 07.43918  
0806 158 RJ  
M03 37 16 8.9594  
OFICIO DE NOTAS - I



**Art. 25 -** Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

**Art. 26 -** São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

**Diretor Presidente**, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) ~~cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pertinentes às Seguradoras;~~
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

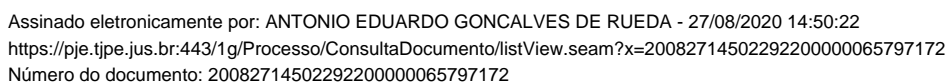
**Diretor Superintendente**, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 5 de 10



Geovani Alves  
Cunha  
Estatante  
CPF nº 64919  
São José RJ  
Matr. 3º Lei 9.350/94



c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

**Diretor de Relações com a SUSEP**, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

**Diretor Administrativo-Financeiro**, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

**Diretor Técnico**, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

**Diretor Comercial**, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

**Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade**, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos**, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

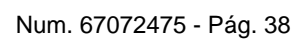
**Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998**, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

**Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes**, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 8 de 10



**CARTÓRIO DO 17º**  
**Geovani Alves**  
do  
**Cunha**  
Escritor  
CPS nº 6919  
8646-158 RJ  
RJ-20.9.3º Lei 633594



**Art. 27 -** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

**§ 1º -** Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

**§ 2º -** A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

**§ 3º -** Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

**§ 4º -** Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

**§ 5º -** O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

**§ 6º -** Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

**Art. 28 -** Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

**Art. 29 -** A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

**Art. 30 -** Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

**Parágrafo Único -** Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

**Art. 31 -** A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.

Página 7 de 10



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9300  
 Certificado e do fe que a presente cópia é a reprodução fiel  
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXX100F52. Conf. por: : 4.33  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014. Serventia : 1.33  
 Total : 5.86

Geovani Alves Cunha - Aut.  
 EALF-10424 XML Consultar em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CTPS nº 44919  
 Selo 158 RJ  
 M. 2017 nº 146.83394  
 OFÍCIO DE NOTAS - R.





§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32 -** O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembléia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

**Parágrafo Único -** Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Art. 33 -** A Assembléia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembléia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

**Art. 34 -** Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

#### **CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS**

**Art. 35 -** O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

**Art. 36 -** Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:  
a) os eventuais prejuízos acumulados;

Página 8 de 10



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Diversa  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel  
original que foi apresentada. Data: 20/08/2020. Cont. por: Fiel  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2020.  
Geovani Alves Cunha - Adv.  
EALF-10429 LID Consult. em HL: www3.tjrj.jus.br/sitepdl  
Total 36% ICHENUS  
OFICIO DE NOTAS  
Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
CPS nº 4419  
Rua 128 RJ  
M. 203 Tel 8.83894  
OFICIO DE NOTAS



- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

**Parágrafo Único** - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**Art. 37** - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

**§ 1º** - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

**§ 2º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

**Art. 38** - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembléia Geral determinar.

**Art. 39** - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

**Art. 40** - A Assembléia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

## **CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Art. 41** - A Companhia, sua Assembléia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

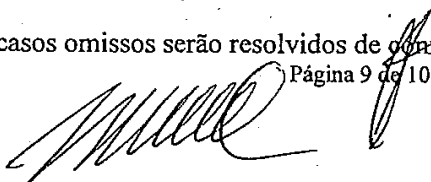
## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 42** - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembléia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

**Art. 43** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Art. 44** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10



17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo  
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5800  
 Certificado e dou fe de 12 de agosto de 2014.  
 Original que foi autenticado. Cód: 10000010058. Cód. por: CARIÓRIO DO 17o  
 Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
 Geovani Aves  
 EALF-10430 HDR Consultor em <http://www3.tjrj.jus.br/sistema>  
 Total 327,74 R\$  
 60

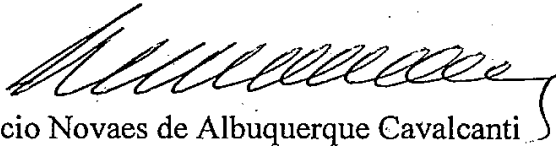
OFÍCIO DE NOTAS  
 Geovani Aves  
 : Cunha  
 Escrevente  
 CTR nº 6318  
 São 158 RJ  
 M 20 \$ 3º Lei 8.935/94  
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

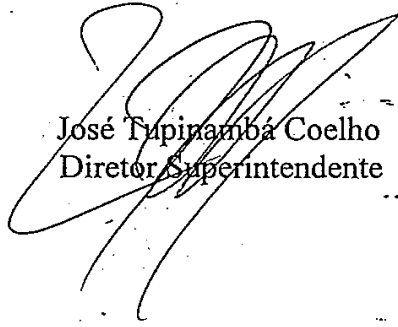


Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti  
Diretor Presidente

  
José Tupinambá Coelho  
Diretor Superintendente

  
Anderson Pereira - OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011  
SOB Nº: 20112015204  
Protocolo: 11/201520-4  
Empresa: 26 3 0001024 1  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

  
ROLDÃO ALVES PAES BARRETO  
SECRETARIO-GERAL



17º OFÍCIO DE NOTAS  
Rua do Carmo 43 - Centro  
Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2107-7800  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cód: XXX00100738. Conf. por: CARLOS ALBERTO FERREIRA OLIVEIRA  
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.  
EALF-DONE 12/08/2014

Tabajara Carlos Alberto Ferra Oliveira  
Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-7800  
CNPJ nº 06.911.111/0001-91  
CPF nº 000.000.000-00  
Secretaria de Planejamento  
Rio de Janeiro - RJ

Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
CNPJ nº 06.911.111/0001-91  
CPF nº 000.000.000-00  
M. 20.37.16.839594

OFÍCIO DE NOTAS - RJ





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus horários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, **no prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do convenio firmado entre Seguradora líder e o TJPE (DPVAT/JR-583/2015 e Ofício nº 005/2015- TJPE/CGRSCAC).

Suprido o disposto no § 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais.

Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos **no prazo de 15 (quinze) dias**, consoante § 1º do art. 465, NCPC.

Efetuada o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes.

Devido ser respondidos os seguintes questionamentos:

- A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos;
- B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau?

Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta





Vara do respectivo laudo avaliatório.

**O não comparecimento injustificado, na data designada pelo Sr. Perito acima nomeado, para realização da perícia, implicará na extinção do processo sem julgamento de mérito.**

Intimem-se.

Recife, 13 de agosto de 2020.

**IASMINA ROCHA**  
**Juíza de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO - autor e réu**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 67075901, conforme segue transcrito abaixo:

*"Trata-se de demanda que tem por objeto a cobrança de Seguro DPVAT, em razão de invalidez permanente por acidente de via terrestre, sendo indispensável a realização de perícia médica para avaliação da existência de invalidez permanente, bem como do seu grau de intensidade, razão pela qual, nomeio perito, nos termos do art. 465 do NCPC, o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE 18.868, com endereço e dados pessoais e profissionais arquivados na Secretaria deste Juízo, arbitrando, os seus honorários profissionais em R\$ 300,00, a serem pagos pela parte demandada, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do convenio firmado entre Seguradora líder e o TJPE (DPVAT/JR-583/2015 e Ofício nº 005/2015- TJPE/CGRSCAC). Suprido o disposto no § 2º do art. 465, NCPC, em face de contato telefônico no qual ocorreu a concordância com o valor dos honorários periciais. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem quesitos e assistentes técnicos no prazo de 15 (quinze) dias, consoante § 1º do art. 465, NCPC. Efetuado o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes. Devendo ser respondidos os seguintes questionamentos: A) Quais foram os danos sofridos pela parte autora em decorrência do sinistro objeto desta demanda? Em qual das categorias da Tabela constante do anexo da Lei nº 6.194/72 se enquadram tais danos; B) Dos danos sofridos pelo(a) periciando(a) resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou ainda incapacidade permanente por ele desenvolvido e qual o seu grau? Fixo o prazo de 30 dias da data da perícia para confecção e entrega na Secretaria desta Vara do respectivo laudo avaliatório. O não comparecimento injustificado, na data designada pelo Sr. Perito acima nomeado, para realização da perícia, implicará na extinção do processo sem julgamento de mérito. Intimem-se. Recife, 13 de agosto de 2020. IASMINA ROCHA Juíza de Direito"*

RECIFE, 31 de agosto de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.



## Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001**

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa Seguradoras já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, em que contende com **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, em cumprimento ao despacho exarado, vem requerer:

**I - Indicação dos seguintes quesitos ao Sr. Perito:**

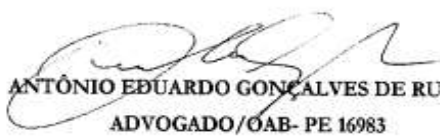
1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, OAB/RN nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

RECIFE/PE, 08 de setembro de 2020.

  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO - OAB/PE Nº 16.983**



## Petição





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE**

**PROCESSO N° 0035838-69.2020.8.17.2001**

**PARTE AUTORA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

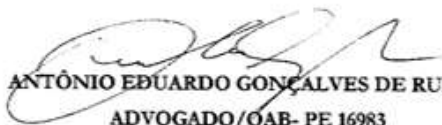
**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**S/A**, empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, em cumprimento ao despacho exarado, vem requerer a juntada de pagamento dos honorários periciais no **valor de R\$ 300,00 (trezentos reais)**, em anexo.

Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE n° 16.983**, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**


RECIFE/PE, 18 de setembro de 2020.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO - OAB/PE N° 16.983**




## RECIBO DO SACADO

|   |                                     |                          |  |   |
|---|-------------------------------------|--------------------------|--|---|
|    |                                     | 104-0                    | 10498.39291 94000.100043 12239.248664 2 83960000030000 |   |
| Cedente / Beneficiário<br><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>  |                                     |                          | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04         | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299  |
| Nº do documento<br>040271700902009032   | Nosso Número<br>14000000122392486-9 | Vencimento<br>02/10/2020 | Valor do Documento<br>300,00                           |   |
| Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):<br>TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL<br>PROCESSO: 00358386920208172001 N° GUIA:<br>JURISDICIONADOS: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO<br>CONTA: 2717 040 01807707 - 5<br>PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700902009032<br>OBS: PAGAMENTO CONDENAÇÃO - 2746149 |                                     |                          |  | (-) Desconto<br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br>(+) Mora/Multa/Juros<br>(+) Outros Acréscimos<br>(=) Valor Cobrado |
| Sacado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO   |                                     |                          |  | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04<br>UF: CEP:  |
| Sacador/Avalista:   |                                     |                          |  | CPF/CNPJ:   |

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

|   |                                       |                         |  |   |
|---|---------------------------------------|-------------------------|--|---|
|    |                                       | 104-0                   | 10498.39291 94000.100043 12239.248664 2 83960000030000 |   |
| Local de pagamento<br>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA   |                                       |                         |  | Vencimento<br>02/10/2020  |
| Beneficiário<br><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>  |                                       |                         | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04         | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299  |
| Data do documento<br>03/09/2020   | Nº do documento<br>040271700902009032 | Espécie de docto.<br>DJ | Aceite<br>S  | Data do processamento<br>03/09/2020   |
| Uso do Banco<br>CR  | Carteira<br>CR                        | Moeda<br>R\$            | Quantidade   | Nosso Número<br>14000000122392486-9   |
|   |                                       |                         |  | (=) Valor do Documento<br>300,00  |
| Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):<br>TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL<br>PROCESSO: 00358386920208172001 N° GUIA:<br>JURISDICIONADOS: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO<br>CONTA: 2717 040 01807707 - 5<br>PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700902009032<br>OBS: PAGAMENTO CONDENAÇÃO - 2746149 |                                       |                         |  | (-) Desconto<br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br>(+) Mora/Multa/Juros<br>(+) Outros Acréscimos<br>(=) Valor Cobrado |
| Sacado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO   |                                       |                         |  | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04<br>UF: CEP:  |
| Sacador/Avalista:   |                                       |                         |  | CPF/CNPJ:   |

Autenticação - Ficha de Compensação



|  |                    |                      |                      |                         |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
|  |                    |                      | Nº DA CONTA JUDICIAL |                         |
|  |                    |                      | 0                    |                         |
| Nº DA PARCELA  |                    | DATA DO DEPÓSITO     | AGÊNCIA (PREF / DV)  | TIPO DE JUSTIÇA         |
|  |                    | 08/09/2020           | 0                    | ESTADUAL                |
| DATA DA GUIA   | Nº DA GUIA         | Nº DO PROCESSO       |                      |                         |
| 08/09/2020   | 040271700902009032 | 00358386920208172001 |                      |                         |
| UF/COMARCA   |                    | ORGÃO/VARA           | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PE   |                    | Vara Cível           | RÉU                  | 300,00                  |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                                  |                    |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A    |                    |                      | Jurídica             | 09248608000104          |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                             |                    |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES                           |                    |                      | FÍSICA               | 70204821479             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                                |                    |                      |                      |                         |
| FD6D328D6C2DEA77                                       |                    |                      |                      |                         |
| CÓDIGO DE BARRAS                                       |                    |                      |                      |                         |
| 10498.39291 94000.100043 12239.248664 2 83960000030000 |                    |                      |                      |                         |





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DECISÃO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 67075901, conforme segue transcrito abaixo:

***Efetuada o depósito, deverão ser as partes intimadas da data da realização da perícia, nos moldes do art. 474, do NCPC, devendo o Sr. Perito informar data em Juízo, possível de intimação prévia das partes.***

RECIFE, 21 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM - PE: 16.868, CPF: 009.226.694 - 06, médico perito judicial, honrado pela confiança técnica depositada por Vossa Excelência em minha pessoa, informo que para realização de perícias enquanto não existir controle do COVID- 19, trabalharemos com redução da quantidade de agendamentos e sempre que possível com horário marcado. As pessoas saem de casa, em sua maioria, comparecem acompanhadas, se aglomeram no transporte, se aglomeram na entrada, já que o medo de deixar de ser atendido as fazem chegar até 03 horas antes do horário agendado, não sendo possível nem garantir à distância mínima recomendada para minimizar à propagação do vírus.

A perícia, que avalia lesões e sequelas, exige o contato físico das partes, que no atual momento, ainda apresenta risco para ambas as partes.

Solicito agendamento para o dia **05/11/2020, no horário entre 09:00 e 10:00**, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração). Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

**SOLICITO:**

- Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;
- Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;
- Compareçam com as intimações ou que seja informado por seu representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 22 de setembro de 2020.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
RECIFE, 22 de setembro de 2020.

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

Destinatário(s):

Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Endereço: R PEDRO ÁLVARES CABRAL, 327, JARDIM ATLÂNTICO, OLINDA - PE - CEP: 53140-290

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) à comparecer à PERÍCIA, designada nos autos do processo em epígrafe, na data, no horário e no endereço abaixo determinados:

**Data: 05/11/2020**

**Horário:, entre 09:00 e 10:00, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO**

**Endereço:, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).**

**ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia. Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, E EM PROL DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO, intimo O ADVOGADO DO AUTOR, da data, o horário e o endereço da perícia para que entre em contato com seu patrocinado:

**Data: 05/11/2020**

**Horário:, entre 09:00 e 10:00, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO**

**Endereço:, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).**

**ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia. Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.**

RECIFE, 22 de setembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





CIENTE.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 1 de outubro de 2020

**SAMARA OLIVEIRA DE MELO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Endereço: AVENIDA MARQUES DE OLINDA, 175, recife antigo, RECIFE, RECIFE - PE - CEP: 50030-901

0035838-69.2020.8.17.2001

ID 65962855

5

UF

PAIS - PAYS

CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DECLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DO RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATON

12 / 8 / 2020

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO E. AGADOR / SIGNATURE DE L'AGENT

Ricardo Figueiredo Aguiar da Costa

12 AGO 2020

SE/PE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 X 186mm



Assinado eletronicamente por: SAMARA OLIVEIRA DE MELO - 01/10/2020 12:25:49

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100112254942300000067555073>

Número do documento: 20100112254942300000067555073

Num. 68883994 - Pág. 1



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
**AVIS CN07**

**AR**

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

DY 287 402 924h

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

11 AGO 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGF SÃO JOSÉ**



: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR ROBERTO AURELIANO 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.000-900

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



Anexo.



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO A**

**PROC.: 0035838-69.2020.8.17.2001**

**RECLAMANTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

**RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS E SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

**Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando da confecção do mesmo.**

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 05 de novembro de 2020.



**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**  
**CRM 16.868**  
**Médico Perito**

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com



Nº do processo: 0035838-69.2020.8.17.2001

Nome Completo: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

Assinatura do Reclamante: *Luís Felipey Angelo de Moraes*

CPF: 702.048.214-79

Vara: 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO A

### Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

#### Informações do Acidente

Local do Acidente:

OLINDA - PE

Data do Acidente: 24/09/2019

#### Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

#### Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

*Membro inferior direito*

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

*Fratura dos ossos da perna D submetida a tratamento cirúrgico.*

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Edema crônico em membro inferior direito + limitação de movimentos em pé e tornozelo D.*

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_

b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF.: 009.226.694-06



# PAULO MENEZES

## PERÍCIAS MÉDICAS

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa e forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento  
Anatómico

Marque o percentual

1º Lesão

Membro infe-  
rior direito ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

### Informações Complementares

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Data da realização do exame médico legal:

05/11/2020

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM-PE 16868  
CPF.: 009.226.694-06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

(91) 1101.0608

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

Intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial, no prazo comum de **05 (cinco) dias**.

Expeça-se alvará ao sr. Perito.

Recife, 5 de novembro de 2020

**IASMINA ROCHA**  
**Juíza de Direito**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 70558315, conforme segue transcrito abaixo:

*DESPACHO*

*Intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial, no prazo comum de 05 (cinco) dias.*

*Expeça-se alvará ao sr. Perito.*

*Recife, 5 de novembro de 2020*

IASMINA ROCHA

Juíza de Direito

RECIFE, 5 de novembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.



## Petição



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, já qualificadas nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, que lhe promove **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho fls., apresentar sua **MANIFESTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL**, o que faz nos termos abaixo aduzidos:

Inicialmente, calha ressaltar que apesar da parte autora tentar confundir o MM Juízo, aduzindo que em decorrência do acidente de trânsito restou incapacitada permanentemente em seu **grau máximo**, em verdade, o laudo pericial elaborado pelo *expert* do juízo demonstra a claramente que a **invalidez apresentada em que pese é parcial incompleta.**

Pois bem. Observa-se do laudo pericial que a invalidez que acomete a parte autora é parcial e incompleta com comprometimento funcional mensurado em **50% (cinquenta por cento) do membro inferior direito, conforme colacionado a seguir:**

| Exame pericial<br>Anatômico | Marque o percentual  |
|-----------------------------|--|
| 1ª Lesão                    |  |
| Membro infe-                | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve            |
| rior direito                | <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa |

Assim, conforme preconiza o art. 3º, §1º da Lei 6.194/74, para fins de indenização do seguro obrigatório deverão ser aplicados os valores apresentados na Tabela de danos corporais previstos na lei.



A Lei 11.482/2007 trouxe uma alteração legislativa nos valores de indenização de Seguro DPVAT para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), respeitando-se os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez incluída pela Lei 11.945/2009, conforme abaixo:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*  
(...)

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

***II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)***

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.





Nesse sentido, consideramos a análise realizada no Mutirão o percentual de **em 50% (cinquenta por cento) do membro inferior direito**, correspondendo, assim, a uma indenização no valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**.

| DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES | PERCENTUAL DA PERDA (%) | TOTAL (100%) | INTENSA (75%) | MÉDIA (50%)         | LEVE (25%)   | RESIDUAL (10%) |
|--|-------------------------|--------------|---------------|---------------------|--------------|----------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de <b>um dos membros inferiores</b>                      | 70                      | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50  | <b>R\$ 4.725,00</b> | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00     |

Outrossim, fora realizado o pagamento administrativo da indenização securitária no importe de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

**BANCO DO BRASIL**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 19/02/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04739

CONTA: 000000004549-8

---

Nr. da Autenticação 2B6905F22A6C9065

Diante do exposto, resta evidente que não merece prosperar o pleito autoral em receber o teto máximo indenizável haja vista que sua Debilidade é parcial e de menores proporções.




Levando-se em consideração o percentual apurado no laudo pericial e a indenização paga na via administrativa, em caso de eventual condenação **a indenização deve se limitar a diferença entre o percentual apurado e o valor pago administrativamente, qual seja, R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

**Em caso de eventual condenação, a indenização deve se limitar ao valor de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), jamais a diferença para o teto máximo indenizável como pleiteio o autor.**

Pelo exposto e por tudo mais que consta dos autos, resta indiscutível a **IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** formulados na exordial haja vista que a Demandada já deu quitação a indenização devida em sede administrativa.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Recife/PE, 10 de novembro de 2020.

  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



**ANEXO I**

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

| <b>DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI</b>  | <b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b> | <b>TOTAL (100%)</b> | <b>INTENSA (75%)</b> | <b>MÉDIA (50%)</b> | <b>LEVE (25%)</b> | <b>RESIDUAL (10%)</b> |
|--|--------------------------------|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores   | 100                            | R\$ 13.500,00       | R\$ 10.125,00        | R\$ 6.750,00       | R\$ 3.375,00      | R\$ 1.350,00          |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés  |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior  |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral   |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica   |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Lesões de órgãos e estruturas cranio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| <b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES</b>  | <b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b> | <b>TOTAL (100%)</b> | <b>INTENSA (75%)</b> | <b>MÉDIA (50%)</b> | <b>LEVE (25%)</b> | <b>RESIDUAL (10%)</b> |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos  | 70                             | R\$ 9.450,00        | R\$ 7.087,50         | R\$ 4.725,00       | R\$ 2.362,50      | R\$ 945,00            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores   |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés  | 50                             | R\$ 6.750,00        | R\$ 5.062,50         | R\$ 3.375,00       | R\$ 1.687,50      | R\$ 675,00            |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho   |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar   | 25                             | R\$ 3.375,00        | R\$ 2.531,25         | R\$ 1.687,50       | R\$ 843,75        | R\$ 337,50            |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo  |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral  |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| <b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS</b>   | <b>PERCENTUAL DA PERDA (%)</b> | <b>TOTAL (100%)</b> | <b>INTENSA (75%)</b> | <b>MÉDIA (50%)</b> | <b>LEVE (25%)</b> | <b>RESIDUAL (10%)</b> |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão   | 10                             | R\$ 1.350,00        | R\$ 1.012,50         | R\$ 675,00         | R\$ 337,50        | R\$ 135,00            |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé   |                                |                     |                      |                    |                   |                       |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço  |                                |                     |                      |                    |                   |                       |





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte AUTORA/EXEQUENTE, devidamente intimada do Despacho de ID 70558315, deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de novembro de 2020.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO/INTIMAÇÃO de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 24 de novembro de 2020

**ROBERTO FERREIRA DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO FERREIRA DA SILVA - 24/11/2020 09:24:42

<https://pje.tje.pe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20112409244277200000070088470>

Número do documento: 20112409244277200000070088470

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

|   |  |   |  |  |  |
|---|--|---|--|--|--|
| NOME  |  | Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  |  | IRE  |  |
| ENDEREÇO  |  | Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205   |  | STINATAIRE   |  |
| CEP / C   |  | 0035838-69.2020.8.17.2001 ID 65962853   |  | 4  |  |
|   |  | CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital   |  | UF PAIS / PAYS   |  |
| DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION   |  |   |  | NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  |  |
|   |  |   |  | <input type="checkbox"/> PRIORITARIA / PRIORITAIRE<br><input type="checkbox"/> EMS<br><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DECLARÉ |  |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR                  |  | DATA DO RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION   |  | CARIMBO DE ENTREGA / UNID. DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION  |  |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR              |  | RUBRICA E MAT. DO ENVIADOR / SIGNATURE  |  |    |  |
| Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR      |  | <br><br> |  |  |  |
| ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS |  |   |  |  |  |

FC0463 / 16

114 X 186mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

**AR**

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

DY 287 402 915m

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

17 AGO 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGF SÃO JOSÉ**

|                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| ____/____/____ | ____/____/____ | ____/____/____ |
| : h            | : h            | : h            |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

RETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
LHAUJOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| □ | □ | □ | □ | □ | - | □ | □ | □ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## SENTENÇA

EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. ACIDENTE OCORRIDO EM 2016. UTILIZAÇÃO DA CIRCULAR Nº 29/91 DA SUSEP E APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74, ART. 3º. PARCIAL PROCEDÊNCIA.

Vistos etc.

**LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES**, qualificado na peça exordial, por meio de advogado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT E COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, igualmente identificada.

Requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, aduziu ter sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em **24/09/2019** e acrescentou que, por consequência, foi constatada debilidade permanente.

Informou ter recebido administrativamente o valor de R\$2.362,50.

Requeru o pagamento de indenização do seguro no valor de **R\$7.087,50**

Acostou documentos.

Decisão deferiu a gratuidade da justiça e determinou citação da parte demandada para apresentar sua peça de defesa (Id.65877350).

Contestação (id. 67072465) arguindo o pagamento na via administrativa; ausência de laudo do IML.

Juntou documentos.

Designação de perícia médica (id.67075901).

Laudo pericial (id.70557904).



Manifestação do laudo pela parte demandada (Id.70865199).

Certidão informando o decurso de prazo sem manifestação da parte autora (id.71325293).

### **É o Relatório, passo à decisão.**

Versam os autos sobre ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à invalidez permanente por acidente em via terrestre.

**Entendo não ser necessária a realização de perícia pelo IML, porquanto o laudo elaborado por esse órgão não é um documento imprescindível à análise do caso em apreço.**

Nessa perspectiva, temos as seguintes decisões que dispensam laudo do IML, quando, por outros meios de prova é possível comprovar a invalidez e aferir o seu grau:

APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO [DPVAT](#). INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE EMENDA DA INICIAL. AGRAVO RETIDO. DESCABIMENTO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONSTITUI DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA AÇÃO.** INCAPACIDADE E NEXO DE CAUSALIDADE QUE PODEM SER DEMONSTRADOS DURANTE A INSTRUÇÃO. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR A DECISÃO DO MAGISTRADO A QUO. DO AGRAVO RETIDO.

1. É irrecorrível o ato judicial que ordena a emenda da inicial, por tratar-se de despacho de mero expediente, que visa apenas dar marcha ao processo, ex vi do artigo [504](#) do [CPC](#). Assim, não conheço do agravo retido DA APELAÇÃO. **1. Não se justifica o indeferimento da petição inicial pela ausência do Laudo do IML**, eis que o caput do art. 5º da Lei nº [6.194/74](#) exige apenas a prova do acidente e do dano decorrente, verbis: Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

2. Para esse fim, juntou o autor/apelante o Boletim de ocorrência, documentos médicos de seu atendimento hospitalar e prova do pagamento administrativo.

3. Além do mais, o art. [282](#), [VI](#) do [CPC](#) estabelece tão somente a indicação das provas com que pretende o autor demonstrar a verdade dos fatos alegados, requisito este cumprido pelo autor em sua inicial, fls. 5. Desse modo, as questões atinentes à invalidez e seu grau dependem, para a melhor solução da lide, da formação do contraditório e do transcorrer normal do processo, com a dilação probatória.

4. Portanto, diante da possibilidade de dilação probatória no curso da demanda, resta claro que **o laudo do IML não é documento indispensável a propositura da ação de indenização do seguro [DPVAT](#). Sendo certo que, vários são os meios de prova que nosso ordenamento jurídico coloca à disposição das partes para que possa ser feita a comprovação dos fatos alegados.**

5. Desta forma, não assiste razão ao juiz quando determina a emenda da inicial, se a prova da debilidade pode ser produzida no decorrer do procedimento, a qual foi inclusive requerida na inicial do autor/apelante. Impondo-se assim, a cassação da decisão do magistrado a quo com o regular seguimento do feito.

6. Apelo provido. Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do apelo, para dar-lhe provimento, em consonância com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça. Fortaleza, 20 de julho de 2015



Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR  
INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator (APL 08645625220148060001 CE  
0864562-52.2014.8.06.0001).

(Negritos nossos)

SEGURO OBRIGATÓRIO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO -  
DPVAT - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEIZ PERMANENTE

- **A falta de laudo do IML não induz à inépcia da inicial e nem é aquele documento  
essencial ao exercício do direito "sub judice", ainda mais que, no decorrer da  
instrução, foi realizada prova pericial - Indenização devida no grau máximo já que  
a invalidez é total e permanente e não parcial**

- Exegese da Lei 6.194/74, artigo 3º, letra "b" - Possibilidade de vinculação ao salário  
mínimo - Reconhecimento do direito à indenização de 40 salários mínimos - Honorários  
periciais adequadamente fixados, ou seja, em 03 salários mínimos e não em 09 salários  
mínimos, como tenta fazer

crer a apelante - Sentença mantida - Apelação não provida. (Apelação Cível nº  
1125304005, Comarca de São Manuel, Des. Romeu Ricúpero, Trigesima Sexta Câmara  
C í v e l , j u l g a d o e m 0 8 / 0 5 / 2 0 0 8 ) .

(Negritos nossos)

Os documentos acostados aos autos demonstram a ocorrência do acidente  
automobilístico sofrido pelo demandante.

O sinistro que deflagrou a pretensão securitária ocorreu em **24/09/2019**, sob a égide da  
Lei nº 11.945, de 04/06/2009, que alterou a Lei nº 6.194, de 19/12/1974, fixando novos  
parâmetros para o cálculo da indenização do seguro obrigatório - DPVAT.

A teor do que prescreve o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº  
11.482/07, para casos de invalidez permanente, a indenização chega a até R\$13.500,00. Nesses  
casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único  
da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em  
completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

Tendo o acidente ocorrido na vigência da Lei nº 11.945/2009, deve ser aplicada a tabela  
anexa à Lei 6.194/74 no cálculo da indenização do seguro DPVAT.

O art. 3º da Lei 6.194/74 estabelece:

*"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei  
compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou  
parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e  
conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez  
permanente; e*

...

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda  
anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos  
orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a  
indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao*



valor máximo da cobertura; e ../\_Ato2007-2010/2009/Lei/L 11945.htm II - quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à **redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**"

A tabela anexa à Lei 6.194/74 traz o seguinte regramento:

| Danos Corporais Totais  | Percentual  |
|---|-------------|
| Repercussão na Integra do Patrimônio Físico   | da Perda    |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |             |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |             |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica  | 100         |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |             |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)  | Percentuais |
| Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores   | das Perdas  |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | 70          |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores  |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés   | 50          |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar  | 25          |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo   |             |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão  | 10          |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé  |             |
| Danos Corporais Segmentares (Parciais)  | Percentuais |
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais  | das Perdas  |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho  | 50          |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral   | 25          |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço   | 10          |

Diante da ausência de impugnação específica ao laudo ou arguição de eventual nulidade, tendo a parte ré apenas se insurgido com relação ao percentual que foi enquadrado a lesão, demonstrando apenas sua irresignação com resultado diverso do pretendido, **homologo laudo de ID 70557904, que concluiu pela lesão permanente no membro inferior direito no grau de 50%.**

**O laudo atestou como sequelas edema crônico em membro inferior direito; limitação de movimentos em joelho direito e tornozelo direito.**

Dessa forma, sendo a invalidez permanente e parcial do membro afetado, deve ser



aplicado o percentual estipulado na tabela específico para a lesão, aplicando-se sobre o importe apurado a redução proporcional prevista no inciso II, §1º, do art. 3º da Lei nº 6.194/74, devendo ser considerada a perda funcional específica da lesão: **membro inferior direito** no grau médio de 50% de 70% do valor de R\$13.500,00, **cujo resultado é R\$4.725,00, valor correspondente a indenização devida.**

Sendo incontroverso nos autos o pagamento administrativo no valor de R\$ 2.362,50, cabe a parte autora o recebimento de complementação da indenização **no valor de R\$2.362,50.**

No que concerne ao termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios, segundo entendimento sumulado pelo STJ: “A correção monetária nas indenizações do Seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei n.6.194/1974, redação dada pela Lei n.11.482/2007, incide desde a data do evento danoso” (súmula n.580). Os juros de mora, por sua vez, “fluem a partir da citação” (STJ, súmula n.426).

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO [DPVAT](#) - AÇÃO DE COBRANÇA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE COMPROVADA - CONDENAÇÃO DEVIDA - REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM CINQUENTA POR CENTO - NÃO APLICABILIDADE - A IDENTIFICAÇÃO OU NÃO DO VEÍCULO NÃO DESCONFIGURA A NATUREZA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO FATO - REDAÇÃO DO ART 3º, ALÍNEA A DA LEI Nº [6194/74](#) - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Tendo a parte autora juntado documentos em que se permite observar as consequências permanentes do acidente, comprovando o falecimento da segurada, mostra-se devida a indenização.

2. A tabela de proporcionalidade deve ser aplicada apenas aos sinistros ocorridos a partir de 22/12/2008, tendo em vista que a Lei nº [6.194/74](#) não fez menção ao grau de invalidez permanente ou a qualquer possibilidade de limitação do seguro [DPVAT](#).

3. A identificação, ou não, do veículo causador do acidente não desconfigura a natureza do acidente como automobilístico, nem a cobertura securitária reservada à espécie, sendo descabida a redução da quantia em cinquenta por cento.

4. Valor da indenização correspondente a quarenta salários mínimos, inteligência do art. 3º, alínea a da lei nº [6194/74](#).

5. **Aplicação da correção monetária, a partir do evento danoso, enquanto que os juros moratórios possuem a citação como termo a quo, de acordo com o que estabelece a Súmula 426 do STJ.** 6. **Recurso que se dá provimento.** (TJPE, APL 3119539 PE, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, j. 26/02/2014, DJ 18/03/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERMO INICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT). JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO STJ. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO, INCLUSIVE DE OFÍCIO. 1. Consoante pacificado no C. STJ, o termo inicial dos juros de mora nas ações de indenização de seguro DPVAT é a data da citação, enquanto a correção monetária incide a partir do evento danoso. 2. Necessidade de alteração da sentença para amoldar a decisão aos precedentes vinculantes acerca da matéria. 3. A delimitação dos termos a quo de juros e de correção monetária constitui matéria de ordem pública, podendo ser alterado, inclusive de ofício, não havendo que se falar em reformatio in pejus. 4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes. (TJ-PE - ED: 3292142 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 24/05/2017, 2ª Câmara Cível,



Data de Publicação: 14/06/2017)

CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426) E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (STJ, SÚMULA 580). RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Sendo a sentença omissa quanto ao estabelecimento da incidência de juros e correção monetária é lícito ao Tribunal, mesmo de ofício, disciplinar a incidência dessas verbas, ainda que não haja recurso da parte interessada. Isso, porque essas parcelas decorrem de imposição legal (art. 322, § 1º, do CPC/2015) 2. Segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (Súmula n. 580). 3. Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, Súmula n. 426). 4. Recurso não provido. (TJ-PE - APL: 4606373 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 13/12/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCP, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a parte ré, a **pagar a parte autora o valor de R\$2.362,50**, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426).

Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora, conforme §3º do art. 98 do CPC.

Transitada em julgado, certifique-se o pagamento integral das custas processuais e arquivem-se os autos.

Após, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.  
Recife, 03 de dezembro de 2020.

**IASMINA ROCHA**

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 71979315, conforme segue transcrito abaixo:

**"EMENTA: CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. ACIDENTE OCORRIDO EM 2016. UTILIZAÇÃO DA CIRCULAR Nº 29/91 DA SUSEP E APLICAÇÃO DA LEI 6.194/74, ART. 3º. PARCIAL PROCEDÊNCIA. Vistos etc. LUÍS FELIPY ANGELO DE MORAES, qualificado na peça exordial, por meio de advogado, ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT E COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, igualmente identificada. Requerendo a concessão dos benefícios da justiça gratuita, aduziu ter sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24/09/2019 e acrescentou que, por consequência, foi constatada debilidade permanente. Informou ter recebido administrativamente o valor de R\$2.362,50. Requereu o pagamento de indenização do seguro no valor de R\$7.087,50 Acostou documentos. Decisão deferiu a gratuidade da justiça e determinou citação da parte demandada para apresentar sua peça de defesa (Id.65877350). Contestação (id. 67072465) arguindo o pagamento na via administrativa; ausência de laudo do IML. Juntou documentos. Designação de perícia médica (id.67075901). Laudo pericial (id.70557904). Manifestação do laudo pela parte demandada (Id.70865199). Certidão informando o decurso de prazo sem manifestação da parte autora (id.71325293). É o Relatório, passo à decisão. Versam os autos sobre ação de cobrança em que a parte autora persegue a condenação da ré, empresa seguradora, ao pagamento da indenização do seguro obrigatório – DPVAT relativo à invalidez permanente por acidente em via terrestre. Entendo não ser necessária a realização de perícia pelo IML, porquanto o laudo elaborado por esse órgão não é um documento imprescindível à análise do caso em apreço. Nessa perspectiva, temos as seguintes decisões que dispensam laudo do IML, quando, por outros meios de prova é possível comprovar a invalidez e aferir o seu grau: APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE EMENDA DA INICIAL. AGRAVO RETIDO. DESCABIMENTO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONSTITUI DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA AÇÃO. INCAPACIDADE E NEXO DE CAUSALIDADE QUE PODEM SER DEMONSTRADOS DURANTE A INSTRUÇÃO. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR A DECISÃO DO MAGISTRADO A QUO. DO AGRAVO RETIDO. 1. É irrecorrível o ato judicial que ordena a emenda da inicial, por tratar-se de despacho de mero expediente, que visa apenas dar marcha ao processo, ex vi do artigo 504 do CPC. Assim, não conheço do agravo retido DA APELAÇÃO. 1. Não se justifica o indeferimento da petição inicial pela ausência do Laudo do IML, eis que o caput do art. 5º da Lei nº 6.194/74 exige apenas a prova do acidente e do dano decorrente, verbis: Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. 2. Para esse fim, juntou o autor/apelante o Boletim de ocorrência, documentos médicos de seu atendimento hospitalar e prova do pagamento administrativo. 3. Além do mais, o art. 282, VI do CPC estabelece tão somente a indicação das provas com que pretende o autor demonstrar a verdade dos fatos alegados, requisito este cumprido pelo autor em sua inicial, fls. 5. Desse modo, as questões atinentes à invalidez e seu grau dependem, para a melhor solução da lide, da formação do contraditório e do transcorrer normal do processo, com a dilação probatória. 4. Portanto, diante da possibilidade de dilação probatória no curso da demanda, resta claro que o laudo do IML não é documento**





indispensável a propositura da ação de indenização do seguro DPVAT. Sendo certo que, vários são os meios de prova que nosso ordenamento jurídico coloca à disposição das partes para que possa ser feita a comprovação dos fatos alegados. 5. Desta forma, não assiste razão ao juiz quando determina a emenda da inicial, se a prova da debilidade pode ser produzida no decorrer do procedimento, a qual foi inclusive requerida na inicial do autor/apelante. Impondo-se assim, a cassação da decisão do magistrado a quo com o regular seguimento do feito. 6. Apelo provido. Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer do apelo, para dar-lhe provimento, em consonância com o parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça. Fortaleza, 20 de julho de 2015 Antônio Abelardo Benevides Moraes Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO Relator (APL 08645625220148060001 CE 0864562-52.2014.8.06.0001). (Negritos nossos) SEGURO OBRIGATÓRIO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DPVAT - INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE - A falta de laudo do IML não induz à inépcia da inicial e nem é aquele documento essencial ao exercício do direito "sub judice", ainda mais que, no decorrer da instrução, foi realizada prova pericial - Indenização devida no grau máximo já que a invalidez é total e permanente e não parcial - Exegese da Lei 6.194/74, artigo 3º, letra "b" - Possibilidade de vinculação ao salário mínimo - Reconhecimento do direito à indenização de 40 salários mínimos - Honorários periciais adequadamente fixados, ou seja, em 03 salários mínimos e não em 09 salários mínimos, como tenta fazer crer a apelante - Sentença mantida - Apelação não provida. (Apelação Cível nº 1125304005, Comarca de São Manuel, Des. Romeu Ricúpero, Trigesima Sexta Câmara Cível, julgado em 08/05/2008). (Negritos nossos) Os documentos acostados aos autos demonstram a ocorrência do acidente automobilístico sofrido pelo demandante. O sinistro que deflagrou a pretensão securitária ocorreu em 24/09/2019, sob a égide da Lei nº 11.945, de 04/06/2009, que alterou a Lei nº 6.194, de 19/12/1974, fixando novos parâmetros para o cálculo da indenização do seguro obrigatório - DPVAT. A teor do que prescreve o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/07, para casos de invalidez permanente, a indenização chega a até R\$13.500,00. Nesses casos, as lesões deverão ser enquadradas na Tabela criada pela Lei nº 11.945/09 (Anexo Único da Lei nº 6.194/74), que classificou a invalidez permanente como total ou parcial, e esta última em completa ou incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais. Tendo o acidente ocorrido na vigência da Lei nº 11.945/2009, deve ser aplicada a tabela anexa à Lei 6.194/74 no cálculo da indenização do seguro DPVAT. O art. 3º da Lei 6.194/74 estabelece: "Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: ... II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e ... I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e .../\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11945.htm II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais." A tabela anexa à Lei 6.194/74 traz o seguinte regramento: Danos Corporais Totais Percentual Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico da Perda Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental 100 alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital Danos Corporais Segmentares (Parciais) Percentuais Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores das Perdas Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos 70 Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés 50 Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar 25 Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão 10 Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé Danos



Corporais Segmentares (Parciais) Percentuais Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais das Perdas  
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou 50 da visão de um olho Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral 25 Perda integral (retirada cirúrgica) do braço 10 Diante da ausência de impugnação específica ao laudo ou arguição de eventual nulidade, tendo a parte ré apenas se insurgido com relação ao percentual que foi enquadrado a lesão, demonstrando apenas sua irresignação com resultado diverso do pretendido, homologo laudo de ID 70557904, que concluiu pela lesão permanente no membro inferior direito no grau de 50%. O laudo atestou como sequelas edema crônico em membro inferior direito; limitação de movimentos em joelho direito e tornozelo direito. Dessa forma, sendo a invalidez permanente e parcial do membro afetado, deve ser aplicado o percentual estipulado na tabela específico para a lesão, aplicando-se sobre o importe apurado a redução proporcional prevista no inciso II, §1º, do art. 3º da Lei nº 6.194/74, devendo ser considerada a perda funcional específica da lesão: membro inferior direito no grau médio de 50% de 70% do valor de R\$13.500,00, cujo resultado é R\$4.725,00, valor correspondente a indenização devida. Sendo incontroverso nos autos o pagamento administrativo no valor de R\$2.362,50, cabe a parte autora o recebimento de complementação da indenização no valor de R\$2.362,50. No que concerne ao termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios, segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do Seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei n.6.194/1974, redação dada pela Lei n.11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (súmula n.580). Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, súmula n.426). Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - AÇÃO DE COBRANÇA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE COMPROVADA - CONDENAÇÃO DEVIDA - REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA EM CINQUENTA POR CENTO - NÃO APLICABILIDADE - A IDENTIFICAÇÃO OU NÃO DO VEÍCULO NÃO DESCONFIGURA A NATUREZA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - VALOR DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES NA ÉPOCA DO FATO - REDAÇÃO DO ART 3º, ALÍNEA A DA LEI Nº 6194/74 - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. Tendo a parte autora juntado documentos em que se permite observar as consequências permanentes do acidente, comprovando o falecimento da segurada, mostra-se devida a indenização. 2. A tabela de proporcionalidade deve ser aplicada apenas aos sinistros ocorridos a partir de 22/12/2008, tendo em vista que a Lei nº 6.194/74 não fez menção ao grau de invalidez permanente ou a qualquer possibilidade de limitação do seguro DPVAT. 3. A identificação, ou não, do veículo causador do acidente não desconfigura a natureza do acidente como automobilístico, nem a cobertura securitária reservada à espécie, sendo descabida a redução da quantia em cinquenta por cento. 4. Valor da indenização correspondente a quarenta salários mínimos, inteligência do art. 3º, alínea a da lei nº 6194/74. 5. Aplicação da correção monetária, a partir do evento danoso, enquanto que os juros moratórios possuem a citação como termo a quo, de acordo com o que estabelece a Súmula 426 do STJ. 6. Recurso que se dá provimento. (TJPE, APL 3119539 PE, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, j. 26/02/2014, DJ 18/03/2014) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERMO INICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (DPVAT). JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DO STJ. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO, INCLUSIVE DE OFÍCIO. 1. Consoante pacificado no C. STJ, o termo inicial dos juros de mora nas ações de indenização de seguro DPVAT é a data da citação, enquanto a correção monetária incide a partir do evento danoso. 2. Necessidade de alteração da sentença para amoldar a decisão aos precedentes vinculantes acerca da matéria. 3. A delimitação dos termos a quo de juros e de correção monetária constitui matéria de ordem pública, podendo ser alterado, inclusive de ofício, não havendo que se falar em reformatio in pejus. 4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes. (TJ-PE - ED: 3292142 PE, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 24/05/2017, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/06/2017) CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426) E CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (STJ, SÚMULA 580). RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Sendo a sentença omissa quanto ao estabelecimento da incidência de juros e correção monetária é lícito ao Tribunal, mesmo de ofício, disciplinar a incidência dessas verbas, ainda que não haja recurso da parte interessada. Isso, porque essas parcelas decorrem de imposição legal (art. 322, § 1º, do CPC/2015) 2. Segundo entendimento sumulado pelo STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (Súmula n. 580). 3. Os juros de mora, por sua vez, "fluem a partir da citação" (STJ, Súmula n. 426). 4. Recurso não provido. (TJ-PE - APL: 4606373 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 13/12/2018, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/12/2018) Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar a parte ré, a pagar a parte autora o valor de R\$2.362,50, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do



*ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426). Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora, conforme §3º do art. 98 do CPC. Transitada em julgado, certifique-se o pagamento integral das custas processuais e arquivem-se os autos. Após, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Recife, 03 de dezembro de 2020. IASMINA ROCHA Juíza de Direito "*

RECIFE, 10 de dezembro de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção A da 7ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO: PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTA 2717 040 01807707-5 (ID 68290469)**

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID 70558315** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado:

"(...)Expeça-se alvará ao sr. Perito..."

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 11 de dezembro de 2020.

**JANAINA LÚCIA LOUREIRO DE FREITAS**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(assinado eletronicamente)**

**IASMINA ROCHA**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: IASMINA ROCHA - 11/12/2020 11:19:33

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121111193306200000070945475>

Número do documento: 20121111193306200000070945475

Ciente.



Alvará impresso.  
Grato.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a intimação de LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES\_. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 16 de dezembro de 2020

**CRISTIANA DE CARVALHO SANTOS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO: Nome: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
Endereço: R PEDRO ÁLVARES CABRAL, 327, JARDIM ATLÂNTICO,  
OLINDA - PE - CEP: 53140-290

CEP / C 0035838-69.2020.8.17.2001 ID 68350331 7  
INTIMAÇÃO Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION  
06 / 10 / 2020

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUNDA DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

(M<sup>o</sup> DA GUIA)

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENCIÁRIO

AL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm







AVISO DE RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU

655 477 065h

DATA DE POSTAGEM / DATE DE POST

28 SET 2020



RAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

RECIFE-PE

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO ALBUQUERQUE

NDA

AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRA

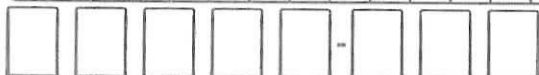
S/Nº

CIDADE / LOCALITE

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

UF

BRASIL  
BRÉSIL



ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



1|

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

EMBARGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

PARTE EMBARGADA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO

CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, já devidamente qualificadas nos autos da ação em

epígrafe, em que contende com LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES, por intermédio de

seus advogados signatários, constituídos nos termos dos instrumentos de procuração e

substabelecimento anexos, com endereço indicado nos mesmos locais para

recebimento das intimações alusivas ao presente feito, vem, perante V. Exª, conforme o

respeito e acato de estilo, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Em face de Decisão proferida por este MM Juízo nos autos do

processo em epígrafe, consoante as razões de direito a seguir expendidas.

I| DA TEMPESTIVIDADE

D. Juízo, inicialmente, insta aclarar a tempestividade do presente

recurso, uma vez que ainda não foi realizada a intimação da sentença.

II| DO RESUMO DA LIDE

Tratam-se os autos de ação ordinária ajuizada por LUIS FELIPY

ANGELO DE MORAES, fundada em cobrança de valor indenizatório de seguro DPVAT por

invalidade em razão de acidente ocorrido em 24.09.2019.

2|

Preclaro Juízo, a Embargada ingressou com a ação postulando o

pagamento de indenização correspondente ao teto máximo indenizável.

Em sede de defesa, fora esclarecido os diversos equívocos

perpetrados, tendo a Embargante elaborado tese de defesa fundamentada na

jurisprudência e legislação aplicável à presente demanda.

Proferida sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA, o MM. Juízo

condenou a Embargante nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, JULGO

PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar a parte ré, a

pagar a parte autora o valor de R\$2.362,50, que deverá ser corrigido

monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a

partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de

juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir

da citação (STJ Súmula n.426). Em face da sucumbência recíproca

condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários

advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em

700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da

justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora,

conforme §3º do art. 98 do CPC.”

Ocorre que os honorários foram fixados de forma desproporcional,

como adiante se verá.

Desse modo, justifica-se a oposição dos presentes embargos de

declaração.

III| DO CABIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Consoante preceitua o Novo Código de Processo Civil, os Embargos

de Declaração configuram espécie de recurso oponível a decisões jurisdicionais quando

houver obscuridade, contradição, quando for omitido ponto sobre o qual devia

pronunciar-se o juiz ou tribunal ou em hipótese de erro material que vicia a decisão (art.



1.022).

Faz-se notório que a decisão ora embargada padece dos vícios de erro material e omissão extremamente visíveis, tornando oportuna a oposição dos presentes Embargos de Declaração.

3|

#### IV| DA OMISSÃO

##### IV. 1| DA CONTRADIÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Vê-se que no presente caso, a sentença condenou a seguradora ao pagamento R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) a título de indenização, enquanto que estipulou honorários no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§2o Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável a condenação de honorários no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), visto que tal valor é incompatível com o proveito econômico obtido pela parte autora.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

4|

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte ao julgar a Apelação Cível de nº 0822682-33.2016.8.20.5106 o nobre Desembargador Eduardo Pinheiro, assim se manifestou a respeito dos critérios para fixação de honorários nas ações que versam sobre o DPVAT:

"(...) Ultrapassada esta etapa, registro que se trata de ação de Seguro Dpvat, sendo imperioso destacar o baixo grau de complexidade da demanda. É certo que o valor deve ser arbitrado em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando-se também em consideração os elementos dispostos pelo legislador como parâmetros, conforme destacado no art. 85, §2º do CPC.

(...)Destarte, revela-se excessivo o arbitramento dos honorários na espécie, dado que valor condenatório foi de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), ao passo que os honorários foram fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), de modo que, como forma de adequá-los às regras e princípios informadores do processo civil, minoro-os para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O valor a ser percebido pelo causídico da parte apelada, a título de verba



sucumbencial, apesar de mínimo, é compatível com o proveito econômico exposto na sentença. Em demandas de seguro DPVAT, normalmente o proveito econômico é bem menor que em outras ações indenizatórias, de modo que não há como se majorar para valores acima daqueles obtidos em outras ações semelhantes ou que ultrapassem o proveito econômico obtido” (grifo nosso) (...)Face ao exposto, conheço e dou provimento parcial ao recurso para minorar os honorários advocatícios de sucumbência fixados na sentença para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.”

Sobre este ponto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco também se posicionou de forma semelhante, ao julgar a Apelação Cível de nº 0063254-46.2019.8.17.2001, na qual entendeu:

“Isso porque, via de regra, os honorários deverão ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa – art. 85, §2º, do CPC. Somente nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, é que

5|  
o juiz poderá fixar o valor dos honorários por apreciação equitativa – art. 85, §8º, do CPC. Considerando que o valor da condenação (R\$ 945,00) não é irrisório, não poderia o Magistrado a quo ter fixado o valor dos honorários advocatícios por equidade. Portanto, entendo que deve ser dado provimento ao recurso, a fim de que a condenação das rés/apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais seja fixado em 20% sobre o valor da condenação.”

Assim, vê-se que no presente caso o valor a título de honorários é incompatível com o proveito econômico que o autor obteve na demanda, de modo que, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tal valor deverá ser fixado em 20% sobre o valor da condenação.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas”.

Desta feita, requerer que seja nada a contradição da sentença no que diz respeito aos honorários advocatícios, para que estes sejam fixados no máximo 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

#### V| CONCLUSÃO E PEDIDO

Posto isto, requer o recebimento dos presentes Embargos de Declaração com efeito suspensivo e modificativo para que seja esclarecida a contradição apontada no que diz respeito fixação do valor dos honorários .

Requer, por fim, que todas as publicações e notificações sejam realizadas em nome de ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, inscrito na OAB/PE nº 16.983 e na capa dos autos, para que conste de todas as

6|  
publicações/intimações relativas a este processo, sob pena de nulidade, na forma do art. 236, §1º, do CPC.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

Recife/PE, 16 de dezembro de 2020.

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA



OAB/PB nº 20.282-A



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:29  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708572923400000071238213>  
Número do documento: 20121708572923400000071238213

Num. 72668186 - Pág. 4

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.**

**PROCESSO N° 0035838-69.2020.8.17.2001**

**EMBARGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS., SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**

**PARTE EMBARGADA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**, já devidamente qualificadas nos autos da ação em epígrafe, em que contende com **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, por intermédio de seus advogados signatários, constituídos nos termos dos instrumentos de procuração e substabelecimento anexos, com endereço indicado nos mesmos locais para recebimento das intimações alusivas ao presente feito, vem, perante V. Exª, conforme o respeito e acato de estilo, opor

### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Em face de Decisão proferida por este MM Juízo nos autos do processo em epígrafe, consoante as razões de direito a seguir expendidas.

#### **II| DA TEMPESTIVIDADE**

---

D. Juízo, inicialmente, insta aclarar a tempestividade do presente recurso, uma vez que ainda não foi realizada a intimação da sentença.

#### **III| DO RESUMO DA LIDE**

---

Tratam-se os autos de ação ordinária ajuizada por **LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, fundada em cobrança de valor indenizatório de seguro DPVAT por invalidez em razão de acidente ocorrido em 24.09.2019.



Preclaro Juízo, a Embargada ingressou com a ação postulando o pagamento de indenização correspondente ao teto máximo indenizável.

Em sede de defesa, fora esclarecido os diversos equívocos perpetrados, tendo a Embargante elaborado tese de defesa fundamentada na jurisprudência e legislação aplicável à presente demanda.

Proferida sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA, o MM. Juízo condenou a Embargante nos seguintes termos:

“Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do NCPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar a parte ré, a pagar a parte autora o valor de R\$2.362,50, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426). Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora, conforme §3º do art. 98 do CPC.”

Ocorre que os honorários foram fixados de forma desproporcional, como adiante se verá.

**Desse modo, justifica-se a oposição dos presentes embargos de declaração.**

### III| DO CABIMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

---

Consoante preceitua o Novo Código de Processo Civil, os Embargos de Declaração configuram espécie de recurso oponível a decisões jurisdicionais quando houver obscuridade, contradição, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal ou em hipótese de erro material que vicia a decisão (**art. 1.022**).

Faz-se notório que a decisão ora embargada padece dos vícios de erro material e omissão extremamente visíveis, tornando oportuna a oposição dos presentes Embargos de Declaração.



#### IV| DA OMISSÃO

---

#### IV. 1| DA CONTRADIÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

---

Vê-se que no presente caso, a sentença condenou a seguradora ao pagamento **R\$2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** a título de indenização, enquanto que estipulou **honorários** no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

**I - o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável a condenação de honorários no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), visto que tal valor é incompatível com o proveito econômico obtido pela parte autora.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.





O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte ao julgar a **Apelação Cível de nº 0822682-33.2016.8.20.5106** o nobre Desembargador Eduardo Pinheiro, assim se manifestou a respeito dos critérios para fixação de honorários nas ações que versam sobre o DPVAT:

“(…) Ultrapassada esta etapa, registro que se trata de ação de Seguro Dpvat, sendo imperioso destacar o **baixo grau de complexidade da demanda**. É certo que **o valor deve ser arbitrado em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando-se também em consideração os elementos dispostos pelo legislador como parâmetros, conforme destacado no art. 85, §2º do CPC.** (….) Destarte, revela-se excessivo o arbitramento dos honorários na espécie, dado que valor condenatório foi de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), ao passo que os honorários foram fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), de modo que, como forma de adequá-los às regras e princípios informadores do processo civil, minoro-os para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. O valor a ser percebido pelo causídico da parte apelada, a título de verba sucumbencial, apesar de mínimo, é compatível com o proveito econômico exposto na sentença. **Em demandas de seguro DPVAT, normalmente o proveito econômico é bem menor que em outras ações indenizatórias, de modo que não há como se majorar para valores acima daqueles obtidos em outras ações semelhantes ou que ultrapassem o proveito econômico obtido**” (grifo nosso) (….) Face ao exposto, conheço e dou provimento parcial ao recurso para minorar os honorários advocatícios de sucumbência fixados na sentença para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.”

Sobre este ponto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco também se posicionou de forma semelhante, ao julgar a **Apelação Cível de nº 0063254-46.2019.8.17.2001**, na qual entendeu:

“Isso porque, via de regra, os honorários deverão ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa – art. 85, §2º, do CPC. Somente nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, é que



o juiz poderá fixar o valor dos honorários por apreciação equitativa – art. 85, §8º, do CPC. **Considerando que o valor da condenação (R\$ 945,00) não é irrisório, não poderia o Magistrado a quo ter fixado o valor dos honorários advocatícios por equidade. Portanto, entendo que deve ser dado provimento ao recurso, a fim de que a condenação das rés/apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais seja fixado em 20% sobre o valor da condenação.**

Assim, vê-se que no presente caso o valor a título de honorários é incompatível com o proveito econômico que o autor obteve na demanda, de modo que, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tal valor deverá ser fixado em 20% sobre o valor da condenação.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:

**“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas”.**

Desta feita, requerer que seja nada a contradição da sentença no que diz respeito aos honorários advocatícios, para que estes sejam fixados no máximo **20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.**

#### **V|CONCLUSÃO E PEDIDO**

---

Posto isto, requer o recebimento dos presentes Embargos de Declaração com efeito suspensivo e modificativo para que seja esclarecida a contradição apontada no que diz respeito fixação do valor dos honorários.

**Requer, por fim, que todas as publicações e notificações sejam realizadas em nome de ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, inscrito na OAB/PE nº 16.983 e na capa dos autos, para que conste de todas as**

**5|**





publicações/intimações relativas a este processo, sob pena de nulidade, na forma do art. 236, §1º, do CPC.

Termos em que, Pede e espera deferimento.

Recife/PE, 16 de dezembro de 2020.

**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**

**OAB/PB nº 20.282-A**





20/05/2020

Número: **0063254-46.2019.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho (2ª CC)**

Última distribuição : **18/03/2020**

Processo referência: **0063254-46.2019.8.17.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                    |         |
|--|--------------------|--|---------|
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.<br>(REPRESENTANTE)                 |                    | ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA<br>(ADVOGADO) |         |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO<br>DPVAT S.A (REPRESENTANTE) |                    | ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA<br>(ADVOGADO) |         |
| ALEXANDRE ANTONIO DEODATO (REPRESENTANTE)                              |                    | FLAVIA ROBERTA DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO)       |         |
| CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (ASSISTENTE)                          |                    |  |         |
| Documentos   |                    |  |         |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo    |
| 10567080   | 25/04/2020 13:02   | <a href="#">Acórdão</a>                          | Acórdão |





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**2ª Câmara Cível - Recife**

Praça da República, s/n, Santo Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-040 - F:( )

Processo nº **0063254-46.2019.8.17.2001**

REPRESENTANTE: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

REPRESENTANTE: ALEXANDRE ANTONIO DEODATO

## **INTEIRO TEOR**

**Relator:**  
**STENIO JOSE DE SOUSA NEIVA COELHO**

**Relatório:**

### **RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e Outro** em face de sentença proferida pela MM. Juíza de Direito da Seção A da 17ª Vara Cível da Capital (Dra. Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque), nos autos da Ação de Cobrança Securitária – DPVAT, n. 0063254-46.2019.8.17.2001, proposta por **Alexandre Antônio Deodato** contra as seguradoras apelantes, em que os pedidos autorais foram julgados procedentes em partes para condenar as rés ao pagamento de indenização no valor de R\$ 945,00, corrigido monetariamente de acordo com a tabela ENCOGE desde a data do sinistro (29.06.2018) e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data da citação. Ante a sucumbência recíproca, condenou ambas as partes a pagarem as custas processuais e verba honorária nas seguintes proporções: “a) o autor deverá arcar com 40% (quarenta por cento) das custas processuais e honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 800,00 (oitocentos reais), ressaltando que sua exigibilidade fica condicionada ao implemento da condição prevista no artigo 98, §3º

Num. 10567080 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:29  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708572989200000071239268>  
Número do documento: 20121708572989200000071239268

Num. 72668191 - Pág. 2

do CPC, respeitado o limite de 05 (cinco) anos; b) a Ré deverá arcar com 60% (sessenta por cento) das custas processuais e honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 900,00 (novecentos reais), conforme artigo 85, § 8º, do CPC.”. (S13)

Em razões recursais (Id 10104477), as apelantes alegaram, em síntese, a existência de equívoco por parte do magistrado de origem ao fixar os honorários advocatícios sucumbenciais no valor fixo de R\$ 900,00, ao final afirmando que verba deveria ter sido fixada nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Sob tal fundamento, pugnou pelo provimento do recurso no sentido de ser reformada a sentença atacada.

Contrarrazões apresentadas pelo apelado (Id 10104479), nas quais requereu o desprovimento do recurso.

**É o relatório.**

**Inclua-se em pauta de julgamento.**

Recife, data da certificação digital.

**Stênio Neiva Coêlho**

**Desembargador Relator (C)**

**Voto vencedor:**

### **VOTO RELATOR**

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e Outro** em face de sentença proferida pela MM. Juíza de Direito da Seção A da 17ª Vara Cível da Capital (Dra. Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque), nos autos da Ação de Cobrança Securitária – DPVAT, n. 0063254-46.2019.8.17.2001, proposta por **Alexandre Antônio Deodato** contra as seguradoras apelantes, em que os pedidos autorais foram julgados procedentes em partes para condenar as rés ao pagamento de indenização no valor de R\$ 945,00, corrigido monetariamente de acordo com a tabela ENCOGE desde a data do sinistro (29.06.2018) e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data da citação. Ante a sucumbência recíproca, condenou ambas as partes a pagarem as custas processuais e verba honorária nas seguintes proporções: “a) o autor deverá arcar com 40% (quarenta por cento) das custas processuais e honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 800,00 (oitocentos reais), ressaltando que sua exigibilidade fica condicionada ao implemento da condição prevista no artigo 98, §3º do CPC, respeitado o limite de 05 (cinco) anos; b) a Ré deverá arcar com 60% (sessenta por cento) das custas processuais e honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 900,00 (novecentos reais), conforme artigo 85, § 8º, do CPC.”. (S13)

Em razões recursais (Id 10104477), as apelantes alegaram, em síntese, a existência de equívoco por parte da magistrada de origem ao fixar os honorários advocatícios sucumbenciais no valor fixo de R\$ 900,00, ao final afirmando que verba deveria ter sido fixada nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Sob tal fundamento, pugnou pelo provimento do recurso no sentido de ser reformada a sentença atacada.

Contrarrazões apresentadas pelo apelado (Id 10104479), nas quais requereu o desprovimento do recurso.



**Conheço da apelação**, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

Cinge-se a controvérsia em saber se os honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em sentença (R\$ 900,00), poderiam ter sido fixados por equidade ou não.

É cediço que as custas processuais e os honorários advocatícios são verbas sucumbenciais, ou seja, decorrem da sucumbência, sendo dever o vencido pagar tais valores ao vencedor da ação, nos termos do art. 82, §2º, e, art. 85, *caput*, todos do CPC.

Com efeito, antes de verificar a forma de fixação dos honorários advocatícios, é necessário analisar qual das partes foi sucumbente na lide.

*In casu*, verifico que o autor, na petição inicial, formulou pedido genérico de condenação das seguradoras rés ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no valor a ser arbitrado após a realização de perícia médica (Pedido n. 2 - Id 10104388 - Pag. 4).

Uma vez elaborado o laudo pericial, o autor, em manifestação do ato, liquidou o pedido inicial, e requereu a condenação das demandadas ao pagamento de uma indenização total de R\$ 337,50, em razão da debilidade permanente na mão esquerda com grau leve de repercussão (10%). (Id10104468 - Pag. 1).

As seguradoras demandadas também apresentaram manifestação sobre a perícia realizada, na qual requereram que, em caso de condenação, fosse a indenização limitada ao patamar de R\$ 945,00, entendimento este que foi seguido pela magistrada sentenciante, em razão do acerto do cálculo.

Diante deste cenário, é possível concluir que não houve sucumbência recíproca no caso. Pelo contrário, o autor, por erro de cálculo, requereu até mesmo menos do que tinha direito, não sendo possível qualificá-lo como sucumbente.

Sendo assim, há de ser reformada a sentença em relação ao ônus da sucumbência, a fim de ser esta imputada integralmente às seguradoras demandadas, ora apelantes.

Frise-se que, embora não seja propriamente o objeto do recurso, a distribuição do ônus da sucumbência, com a consequente condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, é matéria de ordem pública, restando permitido o seu redimensionamento de ofício pelo magistrado.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO NA ORIGEM EM FAVOR DA AGRAVANTE. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO. 1. A teor do que dispõem o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e a Súmula 182 do STJ, a parte deve infirmar, nas razões do agravo interno, todos os fundamentos da decisão atacada, sob pena de não ser conhecido o seu recurso. 2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada. 3. **A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que os honorários advocatícios constituem matéria de ordem pública, cognoscível de ofício.** Precedentes: AgInt no REsp 1722311/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018, e AgInt nos EDcl no REsp 1584753/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017. 4. Conforme já decidido por esta Corte, "o recurso interposto pelo vencedor para ampliar a condenação - que não seja conhecido, rejeitado ou desprovido - não implica honorários de sucumbência recursal para a parte contrária" (EDcl no AgInt no AREsp 1040024/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 31/08/2017). 5. Agravo interno não conhecido, com a exclusão, de ofício, da condenação em honorários recursais. (AgInt no AREsp 1244491/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 09/04/2019)



ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REMESSA NECESSÁRIA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE CUSTAS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. **1. A condenação ao recolhimento das despesas processuais, além de configurar questão de ordem pública**, representa mero corolário do julgamento da demanda, de modo que não há falar em reformatio in pejus pelo fato de ter sido determinado, em reexame necessário, o pagamento das referidas verbas. 2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1527491/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2019, DJe 05/12/2019)

Destarte, nos termos do art. 82, §2º, e, art. 85, *caput*, todos do CPC, concluo que deve ser reformada a sentença recorrida, no sentido ser imputado exclusivamente às seguradoras rés/apelantes o dever de arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais.

Já no que tange ao critério de fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, entendo que deve prosperar o presente apelo.

Isso porque, via de regra, os honorários deverão ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa – art. 85, §2º, do CPC. Somente nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, é que o juiz poderá fixar o valor dos honorários por apreciação equitativa – art. 85, §8º, do CPC.

Considerando que o valor da condenação (R\$ 945,00) não é irrisório, não poderia o Magistrado *a quo* ter fixado o valor dos honorários advocatícios por equidade.

Portanto, entendo que deve ser dado provimento ao recurso, a fim de que a condenação das rés/apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais seja fixado em 20% sobre o valor da condenação.

Diante do exposto, de ofício, voto no sentido de reformar a sentença recorrida para afastar o reconhecimento da sucumbência recíproca, e reconhecer a sucumbência integral das seguradoras demandadas/apelantes, e, por conseguinte, condená-las ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais. Em seguida, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao apelo interposto pela Seguradora Líder, unicamente para reformar a sentença em relação à forma de fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, os quais deverão ser calculados à base de 20% sobre o valor da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

É como voto.

Recife, data da realização da sessão.

**Stênio Neiva Coêlho**  
**Desembargador Relator (C)**

**Demais votos:**

**Ementa:**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Gabinete do Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho (2ª CC)**

Praça da República, s/n, Santo Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-040 - F:( )

APELAÇÃO CÍVEL (198) nº **0063254-46.2019.8.17.2001**

REPRESENTANTE: TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

REPRESENTANTE: ALEXANDRE ANTONIO DEODATO

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PROVIDO.**

1. A distribuição do ônus da sucumbência, com a consequente condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, é matéria de ordem pública, restando permitido o seu redimensionamento de ofício pelo magistrado.
2. Considerando que o valor da condenação (R\$ 945,00) não é irrisório, não poderia o Magistrado *a quo* ter fixado o valor dos honorários advocatícios por equidade. Portanto, deve ser dado provimento ao recurso, a fim de que a condenação das rés/apelantes ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais seja fixado em 20% sobre o valor da condenação.
3. Recurso provido. Decisão unânime.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, discutidos e votados estes recursos, tombados sob o nº **0063254-46.2019.8.17.2001**, ACORDAM os Desembargadores integrantes da SEGUNDA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **dar provimento** ao recurso de Apelação Cível, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, data da certificação digital.

**Stênio Neiva Coêlho**

<!-- /\* Style Definitions \*/ p.MsoNormal, li.MsoNormal, div.MsoNormal {mso-style-unhide:no;mso-style-qformat:yes;mso-style-parent:"";margin:0cm;margin-bottom:.0001pt;mso-pagination:widow-orphan;font-size:12.0pt;font-family:"Times New Roman",serif;mso-fareast-font-family:"Times New Roman";} p {mso-style-priority:99;mso-style-unhide:no;mso-margin-top-alt:auto;margin-right:0cm;mso-margin-bottom-alt:auto;margin-left:0cm;mso-pagination:widow-orphan;font-size:12.0pt;font-family:"Times New Roman",serif;mso-fareast-font-family:"Times New Roman";} p.Voto, li.Voto, div.Voto {mso-style-name:Voto;mso-style-unhide:no;margin:0cm;margin-bottom:.0001pt;text-align:justify;text-indent:126.0pt;mso-pagination:widow-orphan;font-size:11.0pt;mso-bidi-font-size:10.0pt;font-family:"Verdana",sans-serif;mso-fareast-font-family:"Times New Roman";mso-bidi-font-family:"Times New Roman";} p.ParagrafoNormal, li.ParagrafoNormal, div.ParagrafoNormal {mso-style-name:"Parágrafo Normal";mso-style-unhide:no;mso-style-link:"Parágrafo Normal Char";margin-top:0cm;margin-right:0cm;margin-bottom:3.0pt;margin-left:0cm;text-align:justify;text-indent:70.9pt;line-height:150%;mso-pagination:widow-orphan;font-size:12.0pt;font-family:"Arial",sans-serif;mso-fareast-font-family:"Times New Roman";} span.ParagrafoNormalChar {mso-style-name:"Parágrafo Normal Char";mso-style-unhide:no;mso-style-locked:yes;mso-style-parent:"";mso-style-link:"Parágrafo Normal";mso-ansi-font-size:12.0pt;mso-bidi-font-size:12.0pt;font-family:"Arial",sans-serif;mso-ascii-font-family:Arial;mso-hansi-font-family:Arial;mso-bidi-font-family:Arial;} .MsoChpDefault {mso-style-type:export-only;mso-default-props:yes;font-size:10.0pt;mso-ansi-font-size:10.0pt;mso-bidi-font-size:10.0pt;} @page WordSection1 {size:612.0pt 792.0pt;margin:70.85pt 3.0cm 70.85pt 3.0cm;mso-header-margin:36.0pt;mso-footer-margin:36.0pt;mso-paper-source:0;} div.WordSection1 {page:WordSection1;} /\* List Definitions \*/ @list l0 {mso-list-id:263808705;mso-list-type:hybrid;mso-list-template-ids:19145992 68550671 68550681 68550683 68550671 68550681 68550683 68550671 68550681 68550683;} @list l0:level1 {mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:18.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level2 {mso-level-number-format:alpha-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:54.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level3

Num. 10567080 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:29  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708572989200000071239268>  
Número do documento: 20121708572989200000071239268

Num. 72668191 - Pág. 6

{mso-level-number-format:roman-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:right;margin-left:90.0pt;text-indent:-9.0pt;} @list l0:level4 {mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:126.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level5 {mso-level-number-format:alpha-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:162.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level6 {mso-level-number-format:roman-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:right;margin-left:198.0pt;text-indent:-9.0pt;} @list l0:level7 {mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:234.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level8 {mso-level-number-format:alpha-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:left;margin-left:270.0pt;text-indent:-18.0pt;} @list l0:level9 {mso-level-number-format:roman-lower;mso-level-tab-stop:none;mso-level-number-position:right;margin-left:306.0pt;text-indent:-9.0pt;} --> **Desembargador Relator (C)**

**Proclamação da decisão:**

À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

**Magistrados:**

**ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**  
**ALBERTO NOGUEIRA VIRGINIO**  
**CANDIDO JOSE DA FONTE SARAIVA DE MORAES**  
**DEMOCRITO RAMOS REINALDO FILHO**  
**EURICO DE BARROS CORREIA FILHO**  
**FABIO EUGENIO DANTAS DE OLIVEIRA LIMA**  
**ROBERTO DA SILVA MAIA**  
**STENIO JOSE DE SOUSA NEIVA COELHO**

RECIFE, 25 de abril de 2020

Magistrado

Num. 10567080 - Pág. 6





18/06/2020

Número: **0044764-10.2018.8.17.2001**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Roberto da Silva Maia - 1ª CC**

Última distribuição : **26/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Processo referência: **0044764-10.2018.8.17.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado                 |         |
|---|--------------------|---|---------|
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (REPRESENTANTE) |                    | ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) |         |
| ARUANA SEGUROS S.A. (REPRESENTANTE)                                 |                    | ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) |         |
| LUCIANO FRANCISCO DA SILVA (REPRESENTANTE)                          |                    | PAULO ANTONIO COELHO CASTOR (ADVOGADO)        |         |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (ASSISTENTE)                |                    |   |         |
| Documentos  |                    |   |         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento                                     | Tipo    |
| 11433716  | 18/06/2020 15:38   | <a href="#">Acórdão</a>                       | Acórdão |





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Câmara Cível - Recife**

Praça da República, S/N, Santo Antônio, RECIFE - PE - CEP: 50010-040 - F:( )

Processo nº **0044764-10.2018.8.17.2001**

REPRESENTANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

REPRESENTANTE: LUCIANO FRANCISCO DA SILVA

## **INTEIRO TEOR**

**Relator:**

**ROBERTO DA SILVA MAIA**

**Relatório:**

### **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0044764-10.2018.8.17.2001**

**APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**APELADO: LUCIANO FRANCISCO DA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

## **RELATÓRIO**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 2

Trata-se de Apelação interposta contra sentença proferida pelo Juízo da Seção A da 25ª Vara Cível da Capital do Estado de Pernambuco, que julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais nos seguintes termos:

Pelo exposto, com fundamento no art. 3º, da Lei nº. 6.194/74, Julgo Parcialmente Procedente o pedido da exordial para, reconhecendo o direito do demandante à indenização do seguro Dpvat, condenar a seguradora a pagar à parte autora a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Sobre o valor apurado deverá incidir correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir da data do evento danoso (sinistro), conforme o AgRg no AREsp 46024/PR e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, nos termos do art. 240, caput, do CPC, do artigo 406, do Código Civil, em consonância, ainda, com o disposto no artigo 161, § 1º, do Código Tributário Nacional e Súmula 426 do STJ.

Em face da sucumbência mínima da parte autora, condeno a demandada no pagamento das despesas processuais e de verba honorária que fixo no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), considerando o trabalho realizado pelo advogado, a natureza e importância da causa, com esteio no art. 85, § 2º, do NCPC.

À exordial, narra o autor que sofreu acidente de trânsito que culminou com debilidade permanente em membro inferior esquerdo, relatando que recebeu administrativamente junto à Seguradora Líder a quantia de R\$4.725 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Não obstante, entende como devido o percentual de 70% da garantia máxima oferecida pela lei 11.945/09, pelo que defende ser credor de R\$4.725 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Citada para contestar, a ré arguiu como preliminares a carência do direito de ação por falta do laudo do IML e a falta de interesse de agir ante a quitação da obrigação em sede administrativa. No mérito, sustentou a aplicabilidade da súmula 474 do STJ para gradação da lesão e que houve quitação total do valor devido.

Sentença de parcial procedência ao ID 47233544.

Irresignada, a seguradora apresentou recurso de apelação cível no qual questiona o *quantum* fixado a título de honorários pelo juízo de piso, defendendo que, tendo em vista os parâmetros do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, o percentual máximo a ser arbitrado a título de honorários seria de 20%. Aduz que a causa não apresentou nenhum grau de complexidade, razão pela qual seria injustificável a aderência ao teto legal, requerendo a sua redução equitativa. Ademais, ressalta que houve sucumbência recíproca, pelo que pede que o pagamento dos honorários seja proporcionalmente distribuído, nos termos do art. 86 do Código de Ritos.

Contrarrazões ao ID 48580149.

É o que de essencial havia para relatar.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, janeiro de 2020.

**Roberto da Silva Maia**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 3

Desembargador Relator

(024)

**Voto vencedor:**

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0044764-10.2018.8.17.2001**

**APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**APELADO: LUCIANO FRANCISCO DA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

-

**VOTO**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 4

Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, passo à sua apreciação. Analisando atentamente os autos, entendo que merece a sentença ser parcialmente reformada.

Mas, primeiramente, cumpre fixar que, no que tange à alegação de sucumbência recíproca, não assiste razão à recorrente. Isso porque, nos casos em que a parte ajuíza ação visando a obter a diferença de indenização do seguro DPVAT em função do pagamento a menor na esfera administrativa, a sucumbência da seguradora depende unicamente da sua condenação, independentemente de haver coincidência entre o requerido na exordial e o montante definido na sentença.

Se houve pedido de condenação no valor equivalente à diferença entre o que era efetivamente devido e a quantia paga administrativamente, isto se deu tendo em vista o valor máximo de indenização legalmente possível para a extensão das lesões do autor, sendo que o valor preciso da indenização, para o caso concreto, ainda dependia da apuração judicial da extensão das lesões do Autor, através de perícia médica. Desta feita, o valor mencionado na petição inicial foi meramente estimativo, de forma que não pode gerar sucumbência recíproca. Em verdade, resta claro que não houve sucumbência pela parte Autora; pelo contrário, ela estava certa ao pleitear judicialmente o complemento de indenização não pago em sede administrativa.

Isso porque a seguradora, provocada administrativamente, não realizou o pagamento devido de forma integral, em contrariedade à legislação atinente à matéria; para tutelar os seus direitos, o segurado ingressa com demanda judicial, com vistas a obter o complemento da indenização; por mais que o valor apurado judicialmente tenha sido menor do que o teto previsto na Lei nº 6.194/74, quem deu causa à demanda foi a seguradora, ao descumprir as suas obrigações legais. Se a ora Apelante tivesse pago a indenização devidamente, sequer haveria processo judicial, de forma que é a ela que deve ser atribuída a responsabilidade pelo acionamento da jurisdição, em respeito ao princípio da causalidade.

A fim de consubstanciar as conclusões acima, seguem elucidativos julgados deste Tribunal e da jurisprudência pátria:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PERDA ANATÔMICA E/OU FUNCIONAL COMPLETA DO TERCEIRO DEDO DA MÃO DIREITA, EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL (SÚMULA 474/STJ). **SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 326 DO STJ.** CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 580/STJ). PRETENSÃO RESISTIDA VERIFICADA. CONTESTAÇÃO. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA 426/STJ). RECURSO DA SEGURADORA RÉ DESPROVIDO. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO, EM PARTE. REFORMA EX OFFICIO DA SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS (ART. 85, § 11, do CPC). DECISÃO UNÂNIME. 1- "A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos" (Súmula nº 405/STJ). Se o sinistro aconteceu em 05/07/11 e a presente demanda foi proposta em 03/07/14, afasta-se a prescrição. 2- "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula nº 474/STJ). 3- O pagamento do seguro obrigatório relativo a acidente de trânsito deve ser feito dentro do limite de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente decorrente de sinistro ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/07. 4- A tabela de graduação, implementada pela Lei 11.945/2009, estabelece para o caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos dedos da mão (exceto o polegar), o percentual de 10% de R\$ 13.500,00 (teto máximo para o caso de invalidez permanente, cf. art. 3º, inciso II), ou seja, o valor de R\$ 1.350,00. Deve ser considerado, na hipótese, o percentual de 75% sobre tal valor, conforme laudo médico, o que resulta na quantia de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos). 5- Logo,



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 5

a parte autora faz jus a uma indenização no valor de R\$ 1.012,50 (mil e doze reais e cinquenta centavos), conforme consta da sentença. **6- A demandante não decaiu do pedido, porquanto faz jus à indenização do seguro, que constitui a sua pretensão principal - apenas a condenação não alcançou o valor almejado (aplicação, por analogia, da Súmula nº 326/ STJ). Nesse sentir, deve a seguradora responder, integralmente, pelo ônus da sucumbência.** 7- "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" (Súmula nº 580/STJ). 8- A seguradora opôs resistência à pretensão deduzida nos autos, tanto assim é que apresentou contestação, postulando pela improcedência da demanda. Nesse contexto, a aplicação de encargos moratórios é medida que se impõe. Conforme entendimento sumulado do STJ, "os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação" (Súmula nº 426). 9- Inversão do ônus sucumbencial e majoração da verba honorária advocatícia para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, § 11, do CPC).

(TJ-PE - APL: 5198078 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 12/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 28/03/2019)

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT. LESÕES NOS MEMBROS SUPERIORES DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DEBILIDADE FUNCIONAL. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL (SÚMULA Nº 474 DO STJ). **PAGAMENTO PARCIAL REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. RECURSO DA SEGURADORA DESPROVIDO. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 326 DO STJ.** RECURSO DO AUTOR PROVIDO. JUROS DE MORA INCIDENTES DESDE A CITAÇÃO (SÚMULA Nº 426 DO STJ). REFORMA EX OFFICIO DA SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS (ART. 85, § 11, do CPC). DECISÃO UNÂNIME. 1. O Superior Tribunal de Justiça, a respeito do tema, em julgamento de Recurso Repetitivo (REsp 1246432/RS) firmou o entendimento de que: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula nº 474/STJ). 2. O pagamento do seguro obrigatório relativo a acidente de trânsito deve ser feito dentro do limite de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente decorrente de sinistro ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/07. 3. A tabela de graduação, implementada pela Lei 11.945/2009, estabelece para o caso de perda anatômica e/ou funcional de um dos membros superiores o percentual de 70% de R\$ 13.500,00 (teto máximo para o caso de invalidez permanente, cf. art. 3º, inciso II), ou seja, o valor de R\$ 9.450,00. Devem ser considerados, no caso, os percentuais de 75% e 25% - membros superiores direito e esquerdo, respectivamente - sobre tal valor (v. laudo médico), que resultam na quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). 4. Uma vez que o autor já percebeu, administrativamente, a quantia de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o complemento a ser concedido é de R\$ 4.387,50 (quatro mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). 5. Apelo da seguradora improvido. Apelo do sinistrado provido. Reforma ex officio da sentença no capítulo dos encargos moratórios, matéria de ordem pública. Decisão unânime. 6. Majora-se a verba honorária sucumbencial para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, § 11, do NCPD).

(TJ-PE - APL: 5123215 PE, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 29/01/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 08/02/2019)

APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO - INVALIDEZ COMPROVADA POR MEIO DE PERÍCIA. LEGISLAÇÃO A SER APLICADA É AQUELA VIGENTE NA DATA DO ACIDENTE. VALOR MÁXIMO A SER PAGO EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE É DE R\$ 13.500,00. PERCENTUAL DE INVALIDEZ CALCULADO SOBRE ESTE VALOR. **NÃO HOUVE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ÔNUS QUE DEVE RECAIR SOBRE A RÉ.**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 6



HONORÁRIOS PERICIAIS DE RESPONSABILIDADE DA RÉ, A QUAL REQUEREU SUA REALIZAÇÃO COMO PROVA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. Recurso da autora não provido. Recurso da ré não provido.

**Trecho do voto: “Quanto aos ônus sucumbenciais, não há qualquer alteração a ser feita. A autora, ao ajuizar a ação, não possuía conhecimentos acerca do grau de incapacidade que a acometia, ou seja, o pedido foi feito baseado no que entendia devido. A decisão de primeiro grau julgou parcialmente procedente apenas no tocante ao valor, sendo procedente o pedido no tocante ao dever de indenizar. Logo, não houve sucumbência recíproca, devendo ser mantida a condenação de ônus sucumbências”.**

(TJ-SP - APL: 00206948720098260482 SP 0020694-87.2009.8.26.0482, Relator: Claudio Hamilton, Data de Julgamento: 30/04/2013, 27ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/05/2013)

**E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL DA SEGURADORA– AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – NEXO CAUSAL – COMPROVADO – BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DOCUMENTO NÃO ESSENCIAL – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O Boletim de Ocorrência não é o único documento apto à comprovação do nexo causal entre o acidente e a invalidez da vítima, podendo o julgador se orientar por outros documentos igualmente válidos. No caso dos autos, o nexo de causalidade entre a sequela e o acidente de trânsito está demonstrado pelo prontuário de atendimento médico/hospitalar, cuja veracidade não foi afastada por prova em contrário, corroborado pela perícia médica. **APELAÇÃO CÍVEL DA PARTE AUTORA – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – REFORMADA – ÊXITO DO AUTOR EM SUA PRETENSÃO INICIAL – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA – MAJORADOS – ART. 85, §§ 8º E 11 DO NCPC – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O autor obteve êxito em seu pedido, qual seja, de indenização de seguro DPVAT de acordo com o grau de invalidez do membro lesionado. Com isso, o pagamento das custas e honorários deve ser atribuído integralmente à seguradora apelada.****

[...]

(TJ-MS 08258297820168120001 MS 0825829-78.2016.8.12.0001, Relator: Des. Sideni Soncini Pimentel, Data de Julgamento: 30/05/2017, 5ª Câmara Cível)

*Ad argumentandum tantum*, ainda que se considere que houve sucumbência pela parte Autora ao ter estimado valor de indenização maior do que o devido (o que, reitera-se, não foi o caso), esta sucumbência seria mínima, tal e qual constatado pelo juízo de piso, de forma que andou ele bem ao fixar que é a seguradora quem deve arcar com as despesas e honorários, em respeito à disciplina do art. 86, p.u., do CPC. Por todo o exposto, nesse ponto, deve ser mantida a sentença.

Definido que a sucumbência deve recair unicamente sobre a seguradora, cumpre-nos, agora, analisar a forma de cálculo da verba sucumbencial utilizada pelo primeiro grau, matéria esta questionada nas razões recursais.

Regra geral, os honorários de sucumbência são arbitrados sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido, ou, subsidiariamente, do valor da causa, entre o mínimo de 10% e o máximo de 20%, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

Tendo por norte o proveito econômico obtido pelo Apelado foi de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o advogado receberia, no máximo, R\$ 472,50



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 7

(quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Se, excepcionalmente, o parâmetro utilizado fosse o valor da causa, o patamar máximo de ganhos do causídico estaria limitado a R\$945 (novecentos e quarenta e cinco reais). Nenhum dos valores coincide com a verba de R\$1.000,00 (mil reais) fixada em sentença, pelo que impende constatar haver se tratado de arbitramento por equidade.

O art. 85, §8º do Código de ritos, entretanto, limita essa possibilidade aos feitos “em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo”, o que não entendo haver se configurado no caso em epígrafe.

Desta feita, no presente caso, considerando o trabalho desenvolvido pelo advogado, o local da prestação dos serviços, a natureza e a importância da causa (cobrança de complemento de seguro DPVAT), entendo que a fixação da verba honorária por equidade em R\$1.000,00 furtou-se a cumprir os termos legalmente estabelecidos, extrapolando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Assim, entendo que deve se dar parcial provimento ao apelo para reduzir o montante dos honorários para 20% do proveito econômico obtido pelo acionante.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de **dar parcial provimento** à Apelação Cível nº 0044764-10.2018.8.17.2001, para, reformando em parte a sentença apelada, determinar que os honorários de sucumbência devidos pela parte Ré sejam fixados no patamar de 20% do proveito econômico obtido pelo autor, nos termos do art. 85, §2º, do CPC.

É como voto.

Recife/PE, janeiro de 2020.

**Roberto da Silva Maia**

Desembargador Relator

(024)

**Demais votos:**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 8

**Ementa:**

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0044764-10.2018.8.17.2001**

**APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**APELADO: LUCIANO FRANCISCO DA SILVA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DPVAT. RECONHECIDO O DEVER DA SEGURADORA DE PAGAR O COMPLEMENTO DA INDENIZAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO INFERIOR AO REQUERIDO NA INICIAL. INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER ARCADOS INTEGRALMENTE PELA SEGURADORA. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA PARTE RÉ. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA COM BASE NO ART. 85, §2º. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO NA SENTENÇA. APELO PROVIDO EM PARTE.

1. Em razão do princípio da causalidade, havendo condenação da seguradora a pagar diferença de indenização do seguro DPVAT, ainda que em valor inferior ao requerido na exordial, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, devendo a parte Ré suportar os ônus da sucumbência de forma integral.

3. Dada a ausência dos requisitos legais para a aplicação do art. 85, §8º, impõe-se que a fixação dos honorários observe os patamares constantes do art. 85, §2º.

4. Apelação provida em parte para reduzir o valor arbitrado a título de honorários advocatícios de sucumbência, com base nos critérios legais, para o equivalente a 20% do proveito econômico obtido pelo autor.

**ACÓRDÃO**



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 9

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em **dar parcial provimento** à Apelação Cível nº 0044764-10.2018.8.17.2001, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife/PE

**Roberto da Silva Maia**

Desembargador Relator

(024)

**Proclamação da decisão:**

"Certifico, para os devidos fins de direito, que procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição de ID nº 11177804 e em observância ao art. 210, § 5º, do Regimento Interno do TJPE, devendo o feito ser encaminhado para julgamento em sessão presencial."O certificado é verdade e dou fé."

**Magistrados:**

**FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA**  
**FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO**  
**FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES**  
**ITABIRA DE BRITO FILHO**  
**ROBERTO DA SILVA MAIA**

RECIFE, 18 de junho de 2020

Magistrado



Assinado eletronicamente por: ROBERTO DA SILVA MAIA - 18/06/2020 15:38:11  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061815381187100000011309580>  
Número do documento: 20061815381187100000011309580

Num. 11433716 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 17/12/2020 08:57:30  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121708573004000000071239270>  
Número do documento: 20121708573004000000071239270

Num. 72668193 - Pág. 10

Em Anexo.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

EMBARGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

PARTE EMBARGADA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu advogado, vem, perante V. Exª, apresentar resposta aos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Em face de Decisão proferida por este MM Juízo nos autos do processo em epígrafe, conforme razões de direito a seguir aludidas.

Tratam-se os autos de ação ordinária ajuizada por LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES, fundada em cobrança de valor indenizatório de seguro DPVAT por invalidez em razão de acidente ocorrido em 24.09.2019.

Proferida sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA, o MM. Juízo condenou a Embargante nos seguintes termos:

*Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para condenar a parte ré, a pagar a parte autora o valor de R\$2.362,50, que deverá ser corrigido monetariamente de acordo com os índices da tabela do ENCOGE, a partir da data do evento danoso (STJ súmula n.580), e acrescida de juros moratórios, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (STJ Súmula n.426). Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora, conforme §3º do art. 98 do CPC.*



Diante da sentença proferida por este MM Juízo, não vislumbro qualquer situação que seja amparada por Embargos de Declaração, já que não houve Obscuridade, Contradição ou Omissão (pressupostos de admissibilidade dos Embargos de declaração. Ocorre que este Juízo entendeu que o patrono da parte autora laborou com total zelo e dedicação durante toda a demanda, inclusive por se tratar de causa complexa e com varias atuações significativas para finalização coerente da Lide.

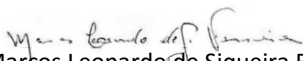
Alem do mais, o próprio artigo 85 do nosso Código de Processo Civil nos trás a flexibilização dos honorários sucumbenciais de maneira que a Decisão deste MM Juízo está completamente condizente com o que o nosso diploma processual nos trás. Acima de tudo, os Embargos de Declaração não são a maneira adequada para se discutir tal Decisão Jurisdicional.

Portanto, requer seja ratificada a, sempre, acertada Decisão em tela.

Nesses termos,

Pede e espera Deferimento.

Paulista, 17 de Dezembro de 2020-12-17

  
Marcos Leonardo de Siqueira Ferreira

OAB-PE 52.970





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS  
**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que diante dos embargos de declaração de ID 72668188 e resposta de ID 72714231, faço os autos conclusos O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 18 de dezembro de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

## **SENTENÇA**

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE  
OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO  
– IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS.**

**COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS E SEGURADORA LÍDER DOS  
CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, qualificados nos autos, interpuseram Embargos de  
Declaração contra a sentença proferida id.71979315, que julgou parcialmente procedente os  
pedidos constantes na exordial.**

**Alegaram que os honorários advocatícios sucumbenciais foram arbitrados em  
valor superior ao limite de 20% sobre o valor da condenação.**

**Pediram a retificação dos vícios alegados, para arbitrar os honorários na razão  
entre 10 % e 20% sobre o valor da condenação.**

**Intimada, a parte embargada manifestou-se id.72714227, pedindo improcedência  
dos pedidos do embargante.**



**É o relatório, passo à decisão.**

**A sentença embargada foi clara e completa, tendo sido esgotada a prestação jurisdicional que cabia ao juízo, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a aclarar mediante embargos.**

**A impugnação nesses aspectos reflete apenas o desejo da parte embargante de ver rediscutida a matéria posta nos autos, o que somente poderá ser feito mediante recurso próprio, não o sendo possível em sede de embargos de declaração, como é cediço.**

**O arbitramento dos honorários foi fundamentado no §8º do art. 85 do CPC, que dispõe a possibilidade de fixação por apreciação equitativa do Juízo em causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou quando o valor da causa for muito baixo.**

**Assim, as alegações dos embargantes refletem apenas o desejo de ver rediscutida a matéria posta nos autos, o que somente poderá ser feito mediante recurso próprio, não o sendo possível em sede de embargos de declaração, como é cediço.**

**Dessa forma, inexistente obscuridade, contradição ou omissão na sentença embargada, estando o *decisum* devidamente fundamentado, JULGO IMPROCEDENTES os embargos declaratórios, mantendo inalterada a sentença de id. 71979315.**

**Publique-se. Registre-se. Intimem-se.**

**Transitada em julgado, arquivem-se os autos.**

**Recife (PE), 18 de dezembro de 2020.**

***Iasmina Rocha***

***Juíza de Direito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
AUTOR: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 72748331, conforme segue transcrito abaixo:

" **EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS. COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS E SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT, qualificados nos autos, interpuseram Embargos de Declaração contra a sentença proferida id.71979315, que julgou parcialmente procedente os pedidos constantes na exordial. Alegaram que os honorários advocatícios sucumbenciais foram arbitrados em valor superior ao limite de 20% sobre o valor da condenação. Pediram a retificação dos vícios alegados, para arbitrar os honorários na razão entre 10 % e 20% sobre o valor da condenação. Intimada, a parte embargada manifestou-se id.72714227, pedindo improcedência dos pedidos do embargante. É o relatório, passo à decisão. A sentença embargada foi clara e completa, tendo sido esgotada a prestação jurisdicional que cabia ao juízo, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a aclarar mediante embargos. A impugnação nesses aspectos reflete apenas o desejo da parte embargante de ver rediscutida a matéria posta nos autos, o que somente poderá ser feito mediante recurso próprio, não o sendo possível em sede de embargos de declaração, como é cediço. O arbitramento dos honorários foi fundamentado no §8º do art. 85 do CPC, que dispõe a possibilidade de fixação por apreciação equitativa do Juízo em causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou quando o valor da causa for muito baixo. Assim, as alegações dos embargantes refletem apenas o desejo de ver rediscutida a matéria posta nos autos, o que somente poderá ser feito mediante recurso próprio, não o sendo possível em sede de embargos de declaração, como é cediço. Dessa forma, inexistente obscuridade, contradição ou omissão na sentença embargada, estando o decisum devidamente fundamentado, JULGO IMPROCEDENTES os embargos declaratórios, mantendo inalterada a sentença de id. 71979315. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Recife (PE), 18 de dezembro de 2020. Iasmira Rocha Juíza de Direito "**

RECIFE, 22 de dezembro de 2020.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A,

já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por LUIS  
FELIPY ANGELO DE MORAES vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa  
Excelência, requerer a juntada das guias e comprovantes de custas finais.

Nestes termos, pede deferimento.

RECIFE/PE, 12 de janeiro de 2021.

ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA

ADVOGADO – OAB/PE Nº 16.983

Agência / Código do Cedente

Nº do documento Espécie DOC Aceite Data Process. Nosso Número

Local Pagamento

Cedente

001-9

Carteira

Data do Documento

Espécie

Vencimento

Quantidade xValor

Instruções

(=) Valor do Documento

(-) Desconto / Abatimento

(+) Juros / Multa

(=) Valor Cobrado

(-) Outros Acréscimos

Sacado

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104

Sacador / Avalista

Uso do Banco

Pagável em qualquer banco até o vencimento

Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife

N

17 R\$

DS

00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676

31/12/2021

3234 / 354800

06/01/2021 651705 31064340000651705

R\$ 286,76

06/01/2021

R\$ 286,76

Qtd Descrição Valor Unit. Valor Total

1 Em todos os processos cíveis R\$ 215,88 R\$ 215,88

1 Taxa Judiciária 1% R\$ 70,88 R\$ 70,88

Total R\$ 286,76

Tarifa Banco R\$ 0,00

(-) Outras Deduções

- Sr. caixa, não receber após o vencimento.

- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para  
que assim você possa efetuar o pagamento.

Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor



Declarado: R\$ 7.087,50  
Agência / Código do Cedente  
Nº do documento Espécie DOC Aceite Data Process. Nosso Número  
Local Pagamento  
Cedente  
001-9  
Carteira  
Data do Documento  
Espécie  
Vencimento  
Quantidade xValor  
Instruções  
(=) Valor do Documento  
(-) Desconto / Abatimento  
(+) Juros / Multa  
(=) Valor Cobrado  
(-) Outros Acréscimos  
Sacado  
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104  
Sacador / Avalista  
Uso do Banco  
Pagável em qualquer banco até o vencimento  
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  
N  
17 R\$  
DS  
00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676  
31/12/2021  
3234 / 354800  
06/01/2021 651705 31064340000651705  
R\$ 286,76  
06/01/2021  
R\$ 286,76  
Qtd Descrição Valor Unit. Valor Total  
1 Em todos os processos cíveis R\$ 215,88 R\$ 215,88  
1 Taxa Judiciária 1% R\$ 70,88 R\$ 70,88  
Total R\$ 286,76  
Tarifa Banco R\$ 0,00  
(-) Outras Deduções  
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.  
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.  
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor  
Declarado: R\$ 7.087,50  
Agência / Código do Cedente  
Nº do documento Espécie DOC Aceite Data Process. Nosso Número  
Local Pagamento  
Cedente  
001-9  
Carteira  
Data do Documento  
Espécie  
Vencimento



Quantidade xValor

Instruções

(=) Valor do Documento

(-) Desconto / Abatimento

(+) Juros / Multa

(=) Valor Cobrado

(-) Outros Acréscimos

Sacado

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104

Sacador / Avalista

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

Uso do Banco

Pagável em qualquer banco até o vencimento

Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife

N

17 R\$

DS

00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676

31/12/2021

3234 / 354800

06/01/2021 651705 31064340000651705

R\$ 286,76

06/01/2021

R\$ 286,76

Qtd Descrição Valor Unit. Valor Total

1 Em todos os processos cíveis R\$ 215,88 R\$ 215,88

1 Taxa Judiciária 1% R\$ 70,88 R\$ 70,88

Total R\$ 286,76

Tarifa Banco R\$ 0,00

(-) Outras Deduções

- Sr. caixa, não receber após o vencimento.

- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.

Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor

Declarado: R\$ 7.087,50

08/01/2021

DATA DO DEPÓSITO

0 ESTADUAL

0

AGÊNCIA (PREF / DV)

Nº DA CONTA JUDICIAL

Nº DA PARCELA TIPO DE JUSTIÇA

00358386920208172001

Nº DO PROCESSO

08/01/2021

DATA DA GUIA

651705

Nº DA GUIA

PE Vara Cível

ORGÃO/VARA

RÉU 286,76

UF/COMARCA DEPOSITANTE VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Jurídica



09248608000104

NOME DO RÉU/IMPETRADO TIPO DE PESSOA CPF / CNPJ

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES FÍSICA 70204821479

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE TIPO DE PESSOA CPF / CNPJ

B8AC72AF7028F8C9

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Guia - Ficha de Compensação

00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676

CÓDIGO DE BARRAS





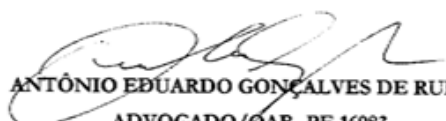
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001**

**SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A,**  
já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **LUIS  
FELIPY ANGELO DE MORAES** vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa  
Excelência, **requerer a juntada das guias e comprovantes de custas finais.**

Nestes termos, pede deferimento.

RECIFE/PE, 12 de janeiro de 2021.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO - OAB/PE Nº 16.983**

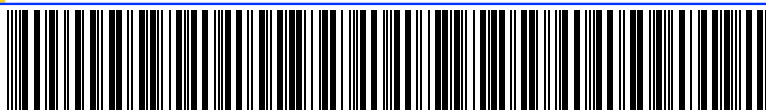


|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2021                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 06/01/2021   |                              | 651705          | DS   | N          | 06/01/2021                  | 31064340000651705      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 286,76             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor Declarado: R\$ 7.087,50                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit.     | Valor Total  |            |                             |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 215,88      | R\$ 215,88   |            |                             |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 70,88       | R\$ 70,88  |            |                             |                        |
|  |                              |                 |  |            | (+ Juros / Multa            |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2021                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 06/01/2021   |                              | 651705          | DS   | N          | 06/01/2021                  | 31064340000651705      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 286,76             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor Declarado: R\$ 7.087,50                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit.     | Valor Total  |            |                             |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 215,88      | R\$ 215,88   |            |                             |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 70,88       | R\$ 70,88  |            |                             |                        |
|  |                              |                 |  |            | (+ Juros / Multa            |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2021                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 06/01/2021   |                              | 651705          | DS   | N          | 06/01/2021                  | 31064340000651705      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 286,76             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00358386920208172001 Valor Declarado: R\$ 7.087,50                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit.     | Valor Total  |            |                             |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 215,88      | R\$ 215,88   |            |                             |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 70,88       | R\$ 70,88  |            |                             |                        |
|  |                              |                 |  |            | (+ Juros / Multa            |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 286,76                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 13/01/2021 15:04:56  
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011315045667900000072046588  
Número do documento: 21011315045667900000072046588

|  |            |                      |                      |                         |
|--|------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
|  |            |                      | Nº DA CONTA JUDICIAL |                         |
|  |            |                      | 0                    |                         |
| Nº DA PARCELA  |            | DATA DO DEPÓSITO     | AGÊNCIA (PREF / DV)  | TIPO DE JUSTIÇA         |
|  |            | 08/01/2021           | 0                    | ESTADUAL                |
| DATA DA GUIA   | Nº DA GUIA | Nº DO PROCESSO       |                      |                         |
| 08/01/2021   | 651705     | 00358386920208172001 |                      |                         |
| UF/COMARCA   |            | ORGÃO/VARA           | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PE   |            | Vara Cível           | RÉU                  | 286,76                  |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                                  |            |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A    |            |                      | Jurídica             | 09248608000104          |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                             |            |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES                           |            |                      | FÍSICA               | 70204821479             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                                |            |                      |                      |                         |
| B8AC72AF7028F8C9                                       |            |                      |                      |                         |
| CÓDIGO DE BARRAS                                       |            |                      |                      |                         |
| 00190.00009 03106.434008 00651.705170 2 88510000028676 |            |                      |                      |                         |



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE  
PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001  
PARTE AUTORA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES  
PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A  
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A,  
empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe  
vem requerer a juntada do comprovante de pagamento da condenação, no valor de R\$  
3.340,26 (três mil e trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) que segue em  
anexo.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de  
cumprimento da obrigação, bem como o arquivamento do feito e sua baixa no  
distribuidor.

Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as  
intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do  
Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE 16.983, com  
escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.

Pede Deferimento

RECIFE/PE, 21 de janeiro de 2021  
ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA  
ADVOGADO – OAB/PE Nº 16.983

21/01/2021

DATA DO DEPÓSITO

0 ESTADUAL

0

AGÊNCIA (PREF / DV)

Nº DA CONTA JUDICIAL

Nº DA PARCELA TIPO DE JUSTIÇA

00358386920208172001

Nº DO PROCESSO

21/01/2021

DATA DA GUIA

040271700222101063

Nº DA GUIA

PE Vara Cível

ORGÃO/VARA

RÉU 3340,26

UF/COMARCA DEPOSITANTE VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A Jurídica

09248608000104

NOME DO RÉU/IMPETRADO TIPO DE PESSOA CPF / CNPJ

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES FÍSICA 70204821479

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE TIPO DE PESSOA CPF / CNPJ

BC9517B32326ACD9

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Guia - Ficha de Compensação

10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026

CÓDIGO DE BARRAS

Data de Emissão: 06/01/2021 - Hora: 09:39:44 #10

104-0

Local de pagamento Vencimento

Beneficiário CPF/CNPJ do Beneficiário Agência / Código do Cedente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 00.360.305/0001-04



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Data do documento N° do documento Espécie de docto. Aceite Data do processamento Nosso Número

Uso do Banco Carteira Moeda Quantidade Valor (=) Valor do Documento

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): (-) Desconto

(-) Outras Deduções/Abatimentos

(+) Mora/Multa/Juros

(=) Valor Cobrado

(+) Outros Acréscimos

Sacado:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:

UF:

CPF/CNPJ:

CEP:

Autenticação - Ficha de Compensação

PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA

10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026

2717 / 839299

06/01/2021 040271700222101063 DJ 06/01/2021

CR 3.340,26

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO 09.248.608/0001-04

14000000125361456-6

R\$

S

104-0

Cedente / Beneficiário CPF/CNPJ do Beneficiário Agência / Código do Cedente

N° do documento Nosso Número Vencimento Valor do Documento

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): (-) Desconto

(-) Outras Deduções/Abatimentos

(+) Mora/Multa/Juros

(=) Valor Cobrado

(+) Outros Acréscimos

Sacado:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:

UF:

CPF/CNPJ:

CEP:

10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026

2717 / 839299

040271700222101063 3.340,26

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO 09.248.608/0001-04

14000000125361456-6

RECIBO DO SACADO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

RECIFE - 07A VARA CIVEL

2717

JURISDICIONADOS: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO

CONSORCIO DO SEGURO

CONTA:



OBS:

Nº GUIA:

01826164

00358386920208172001

040271700222101063

- 0

PROCESSO:

VARA:

040

PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID:

GUIA PAGAMENTO CONDENAÇÃO SISJUR\_ 2746149

PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID:

01826164 - 0

JURISDICIONADOS:

OBS:

PROCESSO:

CONTA:

Nº GUIA:

GUIA PAGAMENTO CONDENAÇÃO SISJUR\_ 2746149

LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  
2717 040

00358386920208172001

VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL

040271700222101063

TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO

TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO

04/02/2021

04/02/2021

00.360.305/0001-04

COMARCA: RECIFE

COMARCA: RECIFE

CÁLCULO INVALIDEZ

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo

Valor Nominal R\$ 2.362,50

Indexador e metodologia de cálculo ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.

Período da correção Agosto/2019 a Dezembro/2020

Taxa de juros (%) 1 % a.m. simples

Período dos juros 14/8/2020 a 21/1/2021

Dados calculados

Fator de correção do período 488 dias 1,058823

Percentual correspondente 488 dias 5,882271 %

Valor corrigido para 1/12/2020 (=) R\$ 2.501,47

Juros(160 dias-5,00000%) (+) R\$ 125,07

Sub Total (=) R\$ 2.626,54

Valor total (=) R\$ 2.626,54

CÁLCULO HONORÁRIOS

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo

Valor Nominal R\$ 700,00

Indexador e metodologia de cálculo ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.



Período da correção Novembro/2020 a Dezembro/2020

Taxa de juros (%) 1 % a.m. simples

Período dos juros 3/12/2020 a 21/1/2021

Dados calculados

Fator de correção do período 30 dias 1,009500

Percentual correspondente 30 dias 0,950000 %

Valor corrigido para 1/12/2020 (=) R\$ 706,65

Juros(49 dias-1,00000%) (+) R\$ 7,07

Sub Total (=) R\$ 713,72

Valor total (=) R\$ 713,72

VALOR DA CONDENAÇÃO

R\$ 2.626,54 + R\$ 713,72 = R\$ 3.340,26



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0035838-69.2020.8.17.2001

PARTE AUTORA: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A


**SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A**,  
empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe  
vem requerer a juntada do comprovante de pagamento da condenação, no valor de R\$  
**3.340,26 (três mil e trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) que segue em**  
anexo.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de  
cumprimento da obrigação, bem como o arquivamento do feito e sua baixa no  
distribuidor.

Na oportunidade, ratifica o pedido a V. Exa. de que todas as  
intimações e/ou publicações sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do  
Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE 16.983**, com  
escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento

RECIFE/PE, 21 de janeiro de 2021

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO - OAB/PE Nº 16.983**






|  |                    |                      |                      |                         |
|--|--------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
|  |                    |                      | Nº DA CONTA JUDICIAL |                         |
|  |                    |                      | 0                    |                         |
| Nº DA PARCELA  |                    | DATA DO DEPÓSITO     | AGÊNCIA (PREF / DV)  | TIPO DE JUSTIÇA         |
|  |                    | 21/01/2021           | 0                    | ESTADUAL                |
| DATA DA GUIA   | Nº DA GUIA         | Nº DO PROCESSO       |                      |                         |
| 21/01/2021   | 040271700222101063 | 00358386920208172001 |                      |                         |
| UF/COMARCA   |                    | ORGÃO/VARA           | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PE   |                    | Vara Cível           | RÉU                  | 3340,26                 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                                  |                    |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A    |                    |                      | Jurídica             | 09248608000104          |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                             |                    |                      | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| LUIZ FELIPY ANGELO DE MORAES                           |                    |                      | FÍSICA               | 70204821479             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                                |                    |                      |                      |                         |
| BC9517B32326ACD9                                       |                    |                      |                      |                         |
| CÓDIGO DE BARRAS                                       |                    |                      |                      |                         |
| 10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026 |                    |                      |                      |                         |




## RECIBO DO SACADO

|  |                                     |                          |  |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--|---|
|   |                                     | 104-0                    | 10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026 |   |
| Cedente / Beneficiário<br><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>   |                                     |                          | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04         | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299  |
| Nº do documento<br>040271700222101063  | Nosso Número<br>14000000125361456-6 | Vencimento<br>04/02/2021 | Valor do Documento<br>3.340,26                         |   |
| Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):<br>TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL<br>PROCESSO: 00358386920208172001 N° GUIA:<br>JURISDICIONADOS: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO<br>CONTA: 2717 040 01826164 - 0<br>PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700222101063<br>OBS: GUIA PAGAMENTO CONDENAÇÃO SISJUR_ 2746149 |                                     |                          |  | (-) Desconto<br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br>(+) Mora/Multa/Juros<br>(+) Outros Acréscimos<br>(=) Valor Cobrado |
| Sacado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  |                                     |                          |  | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04<br>UF: CEP:  |
| Sacador/Avalista:  |                                     |                          |  | CPF/CNPJ:   |

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

|  |                                       |                         |  |   |
|--|---------------------------------------|-------------------------|--|---|
|   |                                       | 104-0                   | 10498.39291 94000.100043 12536.145639 1 85210000334026 |   |
| Local de pagamento<br>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA  |                                       |                         |  | Vencimento<br>04/02/2021  |
| Beneficiário<br><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>   |                                       |                         | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04         | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299  |
| Data do documento<br>06/01/2021  | Nº do documento<br>040271700222101063 | Espécie de docto.<br>DJ | Aceite<br>S  | Data do processamento<br>06/01/2021   |
| Uso do Banco<br>CR   | Carteira<br>CR                        | Moeda<br>R\$            | Quantidade   | Nosso Número<br>14000000125361456-6   |
|  |                                       |                         |  | (=) Valor do Documento<br>3.340,26  |
| Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):<br>TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA: RECIFE - 07A VARA CIVEL<br>PROCESSO: 00358386920208172001 N° GUIA:<br>JURISDICIONADOS: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES / SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO<br>CONTA: 2717 040 01826164 - 0<br>PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700222101063<br>OBS: GUIA PAGAMENTO CONDENAÇÃO SISJUR_ 2746149 |                                       |                         |  | (-) Desconto<br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br>(+) Mora/Multa/Juros<br>(+) Outros Acréscimos<br>(=) Valor Cobrado |
| Sacado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO  |                                       |                         |  | CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04<br>UF: CEP:  |
| Sacador/Avalista:  |                                       |                         |  | CPF/CNPJ:   |

Autenticação - Ficha de Compensação



## CÁLCULO INVALIDEZ

| Dados básicos informados para cálculo |   |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do cálculo                  |   |
| Valor Nominal                         | R\$ 2.362,50  |
| Indexador e metodologia de cálculo    | ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio. |
| Período da correção                   | Agosto/2019 a Dezembro/2020                               |
| Taxa de juros (%)                     | 1 % a.m. simples  |
| Período dos juros                     | 14/8/2020 a 21/1/2021                                     |

| Dados calculados               |            |                     |
|--------------------------------|------------|---------------------|
| Fator de correção do período   | 488 dias   | 1,058823            |
| Percentual correspondente      | 488 dias   | 5,882271 %          |
| Valor corrigido para 1/12/2020 | (=)        | R\$ 2.501,47        |
| Juros(160 dias-5,00000%)       | (+)        | R\$ 125,07          |
| Sub Total                      | (=)        | R\$ 2.626,54        |
| <b>Valor total</b>             | <b>(=)</b> | <b>R\$ 2.626,54</b> |

## CÁLCULO HONORÁRIOS

Em face da sucumbência recíproca condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, em favor da parte adversa respectiva, que fixo em 700,00 (setecentos reais). Em razão da concessão de gratuidade da justiça fica suspensa a referida condenação para a parte autora, conforme §3º do art. 98 do CPC.

| Dados básicos informados para cálculo |   |
|---------------------------------------|---|
| Descrição do cálculo                  |   |
| Valor Nominal                         | R\$ 700,00  |
| Indexador e metodologia de cálculo    | ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio. |
| Período da correção                   | Novembro/2020 a Dezembro/2020                             |
| Taxa de juros (%)                     | 1 % a.m. simples  |
| Período dos juros                     | 3/12/2020 a 21/1/2021                                     |

| Dados calculados               |            |                   |
|--------------------------------|------------|-------------------|
| Fator de correção do período   | 30 dias    | 1,009500          |
| Percentual correspondente      | 30 dias    | 0,950000 %        |
| Valor corrigido para 1/12/2020 | (=)        | R\$ 706,65        |
| Juros(49 dias-1,00000%)        | (+)        | R\$ 7,07          |
| Sub Total                      | (=)        | R\$ 713,72        |
| <b>Valor total</b>             | <b>(=)</b> | <b>R\$ 713,72</b> |

## VALOR DA CONDENAÇÃO

R\$ 2.626,54 + R\$ 713,72 = **R\$ 3.340,26**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

EXEQUENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE  
SEGUROS

## DESPACHO

Em nome do princípio do contraditório, intime-se a parte autorapara se manifestar sobre petição de Id 74032774, no prazo de **05 (cinco) dias**, requerendo o que entender de direito.

Ressalto que, em não havendo manifestação, será declarada como satisfeita a obrigação, nos termos do art. 526, §3º, do NCPC.

Recife, 26 de janeiro de 2021

**Iasmina Rocha**

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

EXEQUENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE  
SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 7ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s)  
intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 74081105 , conforme segue transcrito abaixo:

*DESPACHO*

*Em nome do princípio do contraditório, intime-se a parte autora para se manifestar sobre petição de Id 74032774, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o  
que entender de direito.*

*Ressalto que, em não havendo manifestação, será declarada como satisfeita a obrigação, nos termos do art. 526, §3º, do NCPC.*

*Recife, 26 de janeiro de 2021*

*lasmina Rocha*

*Juiz de Direito*

RECIFE, 26 de janeiro de 2021.

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Segue em anexo petição para separação de honorários para posterior levantamento de alvará.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SESSÃO A DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-PE.

Processo n.º 0035838-69.2020.8.17.2001

**LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio do seu procurador que a este subscreve requerer:

- a) O peticionário ingressou com demanda judicial em face da empresa SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, tendo ocorrido, neste juízo, na qual a empresa juntou os boletos confirmando o pagamento e pede a extinção do feito como confirma o ID nº 74032775.
- b) Por todo o exposto, Requer a expedição do alvará liberatório assim como os valores referentes aos honorários advocatícios pagos como cumprimento de sentença.
- c) Conforme contrato em anexo, requer seja separado os valores referentes aos honorários contratuais e sucumbências, quais sejam:

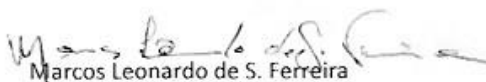
A quantia de R\$: 713,72 (Setecentos e Treze reais e Setenta e Dois Centavos) referentes aos honorários sucumbenciais e o valor de R\$: 787,96 (Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos) referente a 30% de honorários contratuais.

Portanto, requer expedição do alvará no valor total de R\$: **1.501,68** (Um mil, Quinhentos e Um Reais e Sessenta e Oito Centavos) em nome do patrono que laborou nesta Lide.

- d) Em nome do autor, requer seja expedido o alvará no valor de R\$: **1.838,58** (Um mil, Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Paulista, 29 de Janeiro de 2021.

  
Marcos Leonardo de S. Ferreira

OAB/PE 52.970





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção A da 7ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0035838-69.2020.8.17.2001**

EXEQUENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE  
SEGUROS

## SENTENÇA

EMENTA: EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PAGAMENTO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. O pagamento integral do débito pelo executado conduz a extinção do cumprimento de sentença. Inteligência do art. 523, c/c arts. 526, §3º e 924, II do CPC.

Vistos etc.

A seguradora acostou depósito judicial alusivo ao pagamento da condenação (id 74032775), como também o memorial de cálculos (id 74032775).

A parte credora anuiu com o valor depositado e requereu a expedição de alvarás, com retenção dos honorários contratuais (id 74327431).

Após, vieram-me os autos conclusos.

**É o relatório. Passo à decisão.**

Consoante entendimento doutrinário e jurisprudencial, o procedimento de cumprimento de sentença continua a deter natureza jurídica de ação, razão pela qual sua extinção dar-se-á através de sentença.

Pela sistemática do Código de Processo Civil, é dado ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, oferecer espontaneamente o pagamento do valor que entender devido (art. 526, caput).

O parágrafo terceiro do dispositivo supramencionado determina que, concordando a parte autora com quantia depositada, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo.

Na hipótese dos autos, a parte demandada depositou voluntariamente a quantia devida, tendo a parte autora concordado com o valor.

Desse modo, declaro satisfeita a obrigação e extingo a execução com fundamento no art. 526, § 3º c/c art. 924, inciso II, do CPC.

Ademais, defiro o pedido de expedição de alvarás, consoante memorial de id 74032775.





Por outro lado, por não ter vislumbrado nos autos o contrato de honorários advocatícios firmado entre a parte e seu patrono, **indefiro** a retenção da verba em questão.

Ainda sobre os honorários advocatícios, saliento que, havendo interesse na expedição de alvará em nome de um único patrono, deve ser observado se há mais de um(a) advogado(a) habilitado(a) pela **parte autora** nos presentes autos e, em caso positivo, deverá o(a) causídico (a) interessado (a) acostar termo de renúncia/anuência dos demais patronos.

De outro modo, caso haja pedido de expedição do alvará dos honorários em favor de determinada sociedade de advogados, faz-se necessária a comprovação de que todos os advogados habilitados nos presentes autos fazem parte da sociedade, porventura indicada.

Preceitua o novo Código de Processo Civil:

Art. 85, § 15. O advogado pode requerer que o pagamento dos honorários que lhe caibam seja efetuado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, aplicando-se à hipótese o disposto no § 14.

Sobre esse assunto, dispõe a LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil):

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.

**§ 3º As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte.**

Após preclusão desta, certifique-se o pagamento integral das custas processuais e arquivem-se os autos.

Em não tendo ocorrido pagamento das custas, intime-se a parte sucumbente para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de quinze dias, sob as penalidades da lei.

Em não havendo manifestação, à secretaria para efetuar os cálculos dos valores anteriormente mencionados e, em seguida, oficie-se à Procuradoria do Estado, para as devidas providências legais, e à Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos termos do Provimento nº 007/2019 - CM, de 10 de outubro de 2019.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após, arquivem-se os autos.

Recife/PE, 01 de fevereiro de 2021.

**IASMINA ROCHA**

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

EXEQUENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção A da 7ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES - CPF: 702.048.214-79**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 2.626,54 (dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTA 2717 040 01826164-0 (ID 74032775)**

**BENEFICIÁRIO (002): MARCOS LEONARDO DE SIQUEIRA FERREIRA, OAB/PE 52.970 - Procuração de ID 65870601**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 713,72 (setecentos e treze reais e doze centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTA 2717 040 01826164-0 (ID 74032775)**

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID 74381343 dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafo: "defiro o pedido de expedição de alvarás, consoante memorial de id 74032775."

Eu, GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 1 de fevereiro de 2021

**DANIELLE TAVARES DA MOTA FERNANDES**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(assinado eletronicamente)**

**IASMINA ROCHA**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 7ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0035838-69.2020.8.17.2001

EXEQUENTE: LUIS FELIPY ANGELO DE MORAES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 01/02/2021, por força do Art. 1000 do CPC, e que, na data de hoje, arqueei definitivamente os presentes autos. Por fim, certifico que as custas processuais foram devidamente recolhidas, conforme consulta ao SICAJUD. O certificado é verdade. Dou fé.

SICAJUD - Sistema de Controle da Arrecadação das Custas Judiciais

Área Administrativa

TJPE

Guia de Custas Consultas Ajuda

Página Inicial» Guias Pagas por Processo»

**Número do Processo(NPU): 0035838-69.2020.8.17.2001**

**Guias Pagas**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA - 09248608000104

| Guia       | Parcela | Tipo de Receita | Classe CNJ                    | Valor Declarado | Data de Pagamento | Valor Pago |
|------------|---------|-----------------|-------------------------------|-----------------|-------------------|------------|
| 0000651705 | 0/0     | Inicial         | 156 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA | R\$ 7.087,50    | 08/01/2021        | R\$ 286,76 |

Total Pago: R\$ 286,76

RECIFE, 2 de fevereiro de 2021.

**GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO**  
Diretoria Cível do 1º Grau

